



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ

INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E CONECTIVIDADE DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO ARAPIUNS, PA

Maria Isabel Sobral Escada
Ana Paula Dal'Asta
Fernanda da Rocha Soares
Pedro Ribeiro Andrade
Carolina Moutinho Duque de Pinho
Líliam César de Castro Medeiros
Vagner Luiz Camilotti
José Nazareno Araújo dos Santos
Vanessa Cardoso Ferreira
Silvana Amaral

Relatório Técnico de Atividade de
Campo - Projeto UrbisAmazônia
e Projeto Cenários para a Amazô-
nia: Uso da terra, Biodiversidade e
Clima

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>

INPE
São José dos Campos
2013

PUBLICADO POR:

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Gabinete do Diretor (GB)

Serviço de Informação e Documentação (SID)

Caixa Postal 515 - CEP 12.245-970

São José dos Campos - SP - Brasil

Tel.:(012) 3208-6923/6921

Fax: (012) 3208-6919

E-mail: pubtc@sid.inpe.br

CONSELHO DE EDITORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO INPE (RE/DIR-204):

Presidente:

Marciana Leite Ribeiro - Serviço de Informação e Documentação (SID)

Membros:

Dr. Antonio Fernando Bertachini de Almeida Prado - Coordenação Engenharia e Tecnologia Espacial (ETE)

Dr^a Inez Staciarini Batista - Coordenação Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA)

Dr. Gerald Jean Francis Banon - Coordenação Observação da Terra (OBT)

Dr. Germano de Souza Kienbaum - Centro de Tecnologias Especiais (CTE)

Dr. Manoel Alonso Gan - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPT)

Dr^a Maria do Carmo de Andrade Nono - Conselho de Pós-Graduação

Dr. Plínio Carlos Alvalá - Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CST)

BIBLIOTECA DIGITAL:

Dr. Gerald Jean Francis Banon - Coordenação de Observação da Terra (OBT)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA:

Marciana Leite Ribeiro - Serviço de Informação e Documentação (SID)

Yolanda Ribeiro da Silva Souza - Serviço de Informação e Documentação (SID)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Maria Tereza Smith de Brito - Serviço de Informação e Documentação (SID)

Luciana Manacero - Serviço de Informação e Documentação (SID)



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ

INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E CONECTIVIDADE DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO ARAPIUNS, PA

Maria Isabel Sobral Escada
Ana Paula Dal'Asta
Fernanda da Rocha Soares
Pedro Ribeiro Andrade
Carolina Moutinho Duque de Pinho
Líliam César de Castro Medeiros
Vagner Luiz Camilotti
José Nazareno Araújo dos Santos
Vanessa Cardoso Ferreira
Silvana Amaral

Relatório Técnico de Atividade de
Campo - Projeto UrbisAmazônia
e Projeto Cenários para a Amazô-
nia: Uso da terra, Biodiversidade e
Clima

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>

INPE
São José dos Campos
2013

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Projetos UrbisAmazônia e Cenários/FINEP e à Divisão de Processamento de Imagens do INPE pelo suporte oferecido para a realização da expedição de campo, e ao escritório regional do Projeto LBA pelo transporte em Santarém.

Agradecemos especialmente a todos os ribeirinhos que participaram deste trabalho, fornecendo as informações que buscávamos e dividindo conosco o conhecimento sobre a floresta.

RESUMO

Este relatório apresenta a metodologia de coleta de dados e a descrição inicial dos resultados obtidos no trabalho de campo com comunidades ribeirinhas do Rio Arapiuns, afluente do Rio Tapajós, realizado no período de 4 a 15 de junho de 2012, no município de Santarém, Pará. Esse trabalho amplia e reproduz a coleta de dados realizada para as comunidades ribeirinhas do Tapajós em 2009 para análises de redes e de infraestrutura. Nosso objetivo foi caracterizar os núcleos populacionais quanto à: infraestrutura, serviços de saúde e educação, uso da terra, uso de produtos extrativistas de origem animal e vegetal e percepção de bem estar, buscando identificar relações de organização e interdependência entre os núcleos. Foram percorridos aproximadamente 300 km com um barco motor, pelas duas margens do Rio Arapiuns e de seus afluentes, os rios Aruã e Maró. As informações foram coletadas em 49 comunidades ribeirinhas, entrevistando informantes-chaves a partir de questionários semiestruturados. Os núcleos populacionais correspondem a aldeias indígenas, vilas e comunidades e estão inseridas na Resex Tapajós-Arapiuns, no Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande, na Terra Indígena do Maró e na Gleba Nova Olinda. De modo geral, a infraestrutura é precária: as localidades carecem de equipamentos e serviços urbanos, para os quais dependem de Santarém. Diferentemente da oferta de ensino fundamental, presente na maioria dos núcleos, há poucas escolas de ensino médio, o que exige o deslocamento da população. Mobilidade também é necessária para a população acessar postos de saúde, médicos e hospitais. O mosaico de terras públicas da região restringe a legalização fundiária e o uso da terra. Agricultura e pecuária são apenas para subsistência e praticadas em pequenas áreas de capoeira. As principais atividades econômicas geradoras de renda são a produção de farinha de mandioca, o artesanato e a pesca. A produção de farinha é reduzida quando há incremento de renda por outras atividades, como artesanato e turismo, ou por benefícios como aposentadoria e bolsa família. O artesanato depende do mercado e da possibilidade de comercialização, principalmente de utensílios para processar a mandioca. A disponibilidade de pescado, mais importante para subsistência do que para a geração de renda, é sazonal, e no inverno alguns núcleos recorrem a outras fontes de proteína. O uso dos produtos extrativistas de origem vegetal e animal (PEVA) nas comunidades é de grande importância para consumo, embora pouco explorado para geração de renda e praticado sem manejo. Os indicadores de bem estar variam de regular a satisfatório, com positiva percepção de segurança, moradia, participação nas decisões, atividades de lazer, festividades, solidariedade e divisão equitativa de tarefas entre homens e mulheres. As principais demandas elencadas foram: melhorias na saúde, educação e abastecimento de água, seguidas pelo acesso à energia elétrica, telefonia, internet e apoio institucional para atividades de geração de renda. A caracterização apresentada neste relatório é preliminar. Análises mais detalhadas sobre as comunidades e as redes de serviço, transporte e abastecimento deverão ser realizadas após a transcrição completa e sistematização dos dados para uma base digital. Os resultados desse trabalho deverão ser reunidos com outros dados de campo e análises contribuindo para o melhor entendimento das redes urbanas do sudoeste paraense, na área de abrangência do DFS da BR -163.

INFRASTRUCTURE, SERVICES AND INTERCONNECTIONS FOR RIVERINE COMMUNITIES AT ARAPIUNS RIVER, PARÁ STATE, BRAZIL

ABSTRACT

This report presents the methodology and the initial results obtained at the fieldwork along riverine settlements at Arapiuns River, tributary of Tapajós River, municipality of Santarém, Pará state, from June 4th to 15th, 2012. This research reproduces and extends the data collection accomplished for Tapajós communities in 2009, regarding the infrastructure and network relations of riverine human settlements. The main objective was to characterize the organization and interdependence between settlements concerning to: infrastructure, health and education services, land use, ecosystem services provision and perception of welfare. We covered approximately 300 km, navigating in a motor boat along the riverbanks of Arapiuns River and its tributaries Aruã and Maró Rivers. Based on a semi-structured questionnaire, we interviewed key informants in 49 localities. Riverine settlements corresponded to Indian tribes, villages, and communities that are inserted into public lands: Terra Indígena do Maró, Resex Tapajós-Arapiuns, Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande and Gleba Nova Olinda. In general, the settlements lack basic infrastructure and depend on the city of Santarém for urban services. There are primary schools in most of the localities, but only a few secondary schools, requiring population displacement between settlements. Population also needs to displace in the territory to access health centers, doctors and hospitals. Since such settlements occupy public lands, the land tenure and land use are restricted by specific rules. Cattle ranching and agriculture are mainly for subsistence and they take place in small areas of forest regrowth. Cassava flour production, handcraft, and fishery are the main activities for income generation. In places where the population has other sources of income, either from official social benefits or activities like handcraft and tourism, flour production is lower. Handcraft work produces mainly manioc processing tools, and its sustainability depends on the market and trade activity established. Fishery is more important for subsistence than for income generation, and its production varies seasonally: when it diminishes during wintertime, riverine population has to look after other protein sources. Extractive products from vegetal and animal origins have great importance for inhabitants' consumption, low value for income generation and it is carried out without any forest management. Welfare indicators varies from regular to satisfactory, and the interviewees declared positive perception of security, housing, participation in the decision-making, leisure activities, festivities, solidarity and equitable division of tasks between men and women. The most frequent demands are for health and education services, water supply, followed by access to electric energy, telephony, Internet, and institutional support to implement new activities for income generation. After this preliminary report, the collected data will be organized in a geographical database to analyze settlements networks. Integrating these data with information collected from previous fieldworks will contribute to better understand the role of settlement networks as part of urban tissue in the southwest of Pará state.

LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
Figura 2.1 - Localização da área de estudo.	7
Figura 4.1 - Trajeto realizado em campo.....	13
Figura 4.1.1 - Comunidades visitadas durante o trabalho de campo e o contexto territorial: Resex Tapajós-Arapiuns, PAE Lago Grande, Terra Indígena do Maró e Gleba Nova Olinda	14
Figura 4.2.1. População (número de habitantes) e tempo de fundação (anos) das comunidades visitadas.	17
Figura 4.4.1. Oferta das etapas do ensino nas comunidades do Arapiuns – 2012.	23
Figura 4.5.1. Distribuição das atividades econômicas geradoras de renda nas comunidades do Arapiuns – 2012.....	25
Figura 4.5.2. Número de comunidades que praticam determinada atividade econômica com produção destinada à comercialização local ou externa.	27

LISTA DE TABELAS

	<u>Pág.</u>
Tabela 4.1.1 Comunidades visitadas nos Rios Arapiuns, Aruã e Maró.....	15
Tabela 4.5.1 Produtos agropecuários das comunidades do Arapiuns.	28
Tabela 4.6.1. Espécies extrativistas vegetais e animais utilizadas para consumo e renda relatadas pelos informantes nas comunidades visitadas.	32

SUMÁRIO

Pág.

1	Introdução	1
1.1	Estudos anteriores realizados no DFS da BR-163	3
1.2	Objetivos.....	6
2	Área de estudo	7
3	Metodologia.....	9
4	Resultados.....	13
4.1	Identificação das comunidades ribeirinhas	13
4.2	Caracterização da população e infraestrutura das comunidades .	16
4.3	Saúde nas comunidades	21
4.4	Educação nas comunidades.....	22
4.5	Uso da terra e atividades econômicas nas comunidades.....	25
4.6	Uso de Serviços Ecosistêmicos: Produtos Extrativistas de Origem Vegetal e Animal.....	29
4.7	Informações sobre Bem Estar	39
5	Considerações Finais	43
6	Referências Bibliográficas	47
	ANEXO A - Planilhas de campo.....	51
	Anexo A.1 - Comunidade, população, organização, infraestrutura e transporte.....	51
	Anexo A.2 - Planilha Saúde & Educação.....	52
	Anexo A.3 - Planilha Uso da Terra & Atividades Econômicas	53
	Anexo A.4 - Uso de serviços ecosistêmicos: produtos de origem animal e vegetal (PEVA)	54
	Anexo A.5 - Questionário sobre o bem-estar comunitário	55
	ANEXO B - Sumário das Comunidades	57

1 Introdução

Os estudos da DPI/INPE na região do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (DFS da BR-163), porção sudoeste do estado do Pará, tiveram início em 2007, com o projeto PIME - Projeto Integrado Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e EMBRAPA. Este projeto reuniu pesquisadores da rede GEOMA, LBA, Ppbio e EMBRAPA, e teve como principal objetivo analisar e acompanhar a criação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, o primeiro DFS criado no Brasil, em fevereiro de 2006.

O DFS foi criado para ser um complexo geoeconômico e social capaz de promover desenvolvimento local integrado com atividades baseadas na exploração vegetal. Nessa região, políticas públicas de diversos setores do governo devem ser planejadas para fomentar a atividade florestal em bases sustentáveis, incluindo política fundiária, de infraestrutura, de desenvolvimento industrial, de gestão de áreas públicas, assistência técnica e educação (MMA, 2006). Entretanto, para o estabelecimento do DFS nessas bases, é necessário obter um amplo conhecimento da dinâmica econômica, social e ambiental que se desenrola na região, para que possam ser traçados os principais mecanismos a serem utilizados em sua implementação e gestão.

Neste contexto, foram iniciadas as pesquisas do PIME e do grupo do INPE na região. Os resultados deste projeto, concluído em 2010, mostraram que há uma grande diversidade de atividades econômicas sendo desenvolvidas na região, associadas aos diferentes padrões e processos de ocupação. Foi destacada também a existência de diversas dinâmicas de interações entre os núcleos urbanos e populacionais, tanto nas áreas ribeirinhas quanto nas regiões de terra firme. Esses estudos apontaram para a necessidade de um maior aprofundamento das análises e de ampliação do levantamento de dados para áreas que ainda não haviam sido visitadas.

A partir de 2010, foram propostos novos estudos do DFS da BR-163, sendo incorporados, mais recentemente a dois projetos de pesquisa, LUA/IAM (Fapesp) e Urbis/ITV Vale, a partir de duas linhas de trabalho. A primeira delas tem como objetivo a detecção e caracterização dos principais padrões e

dinâmicas de uso e cobertura da terra associados a uma tipologia de ocupação em que os atores, suas lógicas produtivas, estágios e formas de ocupação são considerados. Nesses estudos, são utilizadas imagens de satélite, métricas de paisagem e técnica de mineração de dados, como proposto por Silva et al. (2008). Dados ambientais, demográficos e sócio-econômicos são incorporados a essas análises para uma melhor caracterização dos padrões de ocupação (Gavlak, 2011).

O segundo foco baseia-se na análise das redes urbanas, a partir da perspectiva de Monte-Mór (2004) que propõe o conceito de urbanização extensiva, em que a dimensão local substitui a contraposição cidade – campo. Nessa perspectiva, a dimensão local pode se manifestar em escalas diferentes, articulando-se com outras dimensões e assumindo diferentes formas sócio-espaciais dentro de um mesmo município (Amaral et al., 2011). Sedes de município, comunidades ribeirinhas, agrovilas, projetos de assentamentos, reservas ambientais, reservas indígenas e até sede de fazendas, são exemplos de tipologias de ocupação do território que estão presentes nos municípios amazônicos (Cardoso; Lima, 2006). O conceito de urbanização extensiva permite que as duas linhas de pesquisas supracitadas se articulem e os processos sejam observados e analisados conjuntamente.

As atividades descritas nesse relatório estão inseridas na segunda linha de pesquisa que tem como foco central a análise das redes urbanas. Neste documento, são apresentados os resultados das atividades de levantamento de campo realizadas em 2012 na região do Rio Arapiuns, no município de Santarém, identificando e caracterizando as comunidades ribeirinhas quanto à disponibilidade e o acesso aos equipamentos urbanos, infraestrutura, transporte, uso da terra e serviços de saúde, educação. Para complementar esta análise, foram incluídos dois temas, sobre o uso de recursos extrativistas animal e vegetal e a percepção de bem estar da população das comunidades visitadas.

1.1 Estudos anteriores realizados no DFS da BR-163

A partir do estudo sócio econômico e do uso da terra realizado por Alves et al. (2010) com dados do IBGE e de evidências de campo apontadas por Escada et al. (2009), foi proposta uma divisão do DFS da BR-163 em setores, considerando seis dinâmicas distintas, que orientaram os estudos e os subsequentes levantamentos de dados na região:

- (1) *Região da Grande Santarém*, que atende a toda a região do DFS de comércio e serviços;
- (2) *Itaituba (dos rios)*, região onde o rio Tapajós e seus afluentes desempenham importante papel conectando diversos núcleos populacionais, além da sede do município de Aveiro e seus distritos, a Itaituba e a Santarém, para acesso aos serviços (educação, saúde, abastecimento, etc.);
- (3) *Itaituba terrestre*, área circunscrita a um raio de cerca de 50 km da sede do município de Itaituba, cujo principal uso da terra está relacionado com atividades de pecuária, garimpo e extração madeireira;
- (4) *Região da Transamazônica* (excluído o município de Itaituba), que apresenta relevo acidentado, e cuja ocupação ocorreu inicialmente nas décadas de 60/70 por projetos de assentamentos do INCRA, onde se observa um nível de organização social maior que o das demais regiões. O acesso se dá pelas estradas e as atividades de uso da terra estão ligadas às formas de produção de pequenos produtores rurais (produção de pimenta, cacau, arroz e leite), que mantêm a mobilidade da população local.
- (5) *Região que inclui o distrito de Moraes Almeida e a Transgarimpeira (Itaituba)*, na qual o garimpo é a principal atividade econômica. Essa região é instável, do ponto de vista das suas dinâmicas econômicas e populacionais. Os núcleos urbanizados dependem fortemente do garimpo/mineração, embora outras atividades econômicas sejam desenvolvidas, como a pecuária e a exploração madeireira.

(6) *Região de Novo Progresso/Altamira/Jacareacanga*, apresenta intensa dinâmica de desmatamento, apesar da atividade madeireira ter arrefecido após 2004. A principal atividade de uso da terra é a pecuária. A influência cultural e a articulação-dependência comercial é quase toda com o Mato Grosso e o sul do país.

A pluralidade de situações descritas nestes trabalhos reforçou a necessidade de realização de estudos específicos para as diferentes porções do território do DFS da BR-163. Assim, um novo levantamento de campo para caracterização das comunidades na região do baixo Tapajós foi realizado entre junho e julho de 2009 (Amaral et al., 2009) quanto às redes de serviço, infraestrutura e uso da terra, buscando compreender o efeito da conexão proporcionada pelo rio sobre as comunidades ribeirinhas. Este levantamento de campo complementou e aprofundou as análises na região entre Santarém e Itaituba, na área de influência do Baixo Tapajós onde 62 comunidades foram visitadas. Verificou-se que as relações de dependência entre as comunidades são estabelecidas principalmente pela oferta de serviços de saúde e educação. Observou-se ainda que a sustentabilidade econômica e a manutenção das populações nas comunidades ribeirinhas dependem da organização da própria comunidade, além da disponibilidade dos serviços de educação e saúde que lhes é proporcionada. Com base nesse levantamento, um estudo sobre a estrutura das redes que conectam as localidades e os núcleos urbanos foi realizado por Pinho (2012), utilizando métricas e técnicas de análise de redes sociais.

Em 2010 e 2011, os levantamentos de campo concentraram-se na região de terra firme (Amaral et al., 2012; Dal'Asta et al., 2011) onde buscou-se investigar a ocupação e conexão dos núcleos urbanizados a partir das estradas (Rodovia BR-163 e Transgarimpeira) e dos assentamentos fundiários que configuram o território de maneira diferenciada. Em 2010, foram levantados dados na região de Santarém e Belterra e na região do entorno de Itaituba e Novo Progresso. Esse levantamento de campo e os resultados obtidos podem ser encontrados em Dal'Asta et al. (2011). Análises sobre a tipologia urbana elaborada para essa região podem ser encontradas em Dal'Asta et al. (2011 e 2012) e Brigatti et al. (2011) que utilizaram imagens de satélite de alta resolução (HRC/CBERS e TM/Landsat) com dados de campo para sua

caracterização. Na análise de padrões de ocupação Gavlak et al. (2011) e Gavlak (2011) utilizaram os dados de campo para avaliar resultados da classificação desses padrões, do mapeamento de vegetação secundária e para a calibração de um modelo de distribuição populacional construído para o DFS (Amaral et al., 2012).

Em 2011, foi dada ênfase à região norte do estado do Mato Grosso, vizinha ao DFS da BR-163, que apresenta uma ocupação mais estruturada do que a do sudoeste do Pará. Durante a atividade de campo foi possível observar que esta região está conectada com Pará e influencia fortemente o processo de ocupação e uso da terra, além da estruturação das cadeias da pecuária, mineração, madeira, e grãos, sendo esta última ainda incipiente na região.

Também foi visitada a região sudoeste do Pará e a área cortada pela Rodovia Transgarimpeira (no Município de Itaituba), em que os núcleos populacionais foram formados a partir das atividades de exploração mineral, principalmente garimpo (Amaral et al., 2012). Verificou-se que a região apresenta processos de evolução e consolidação bastante diferenciados, evidenciando espaços com dinâmicas distintas, corroborando trabalhos anteriores. Os núcleos populacionais apresentam serviços e equipamentos urbanos precários, observou-se que a ocupação humana próxima à BR-163 depende dos grandes centros urbanos, sendo condicionada pela dinâmica estabelecida pela presença da rodovia.

Em 2012, tendo em vista a complementação dos estudos no DFS BR-163 e as análises sobre as dinâmicas dos rios, a região ribeirinha do Arapiuns foi selecionada para a realização de um novo levantamento de campo. O rio Arapiuns é menos extenso que o Tapajós, além de ser mais estreito e ligar as comunidades diretamente com a sede do município de Santarém.

Do estudo realizado com as comunidades ribeirinhas do Tapajós em 2009, observou-se que as relações de dependência entre as comunidades eram estabelecidas principalmente pela oferta de serviços de saúde e educação (Amaral et al., 2009). Pinho (2012) utilizou a base de dados produzida no levantamento de campo do Tapajós e descreveu a estrutura das redes que

conectam as localidades entre si e as cidades (Santarém, Aveiro e Itaituba), com técnicas e métricas de análise de redes sociais. As análises desenvolvidas revelaram que a estrutura das redes de saúde e educação é descentralizada, com um maior fluxo de pessoas em direção às localidades mais próximas (em um raio de até 20 km) que possuem escola e posto de saúde. Além das redes de saúde e educação, a autora analisou as redes de circulação de mercadorias nas quais o destino dos fluxos se dava prioritariamente para as cidades da região e para algumas localidades maiores.

1.2 Objetivos

Similar ao estudo das comunidades do Tapajós, o levantamento das comunidades do Arapiuns tem como finalidade identificar e caracterizar as comunidades ribeirinhas em relação à disponibilidade e acesso aos equipamentos urbanos de infraestrutura, serviços de saúde, educação e transporte e, também aos serviços ecossistêmicos associados ao extrativismo vegetal e animal. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a distribuição da população ribeirinha nas comunidades no trecho visitado do Rio Arapiuns e buscar informações sobre seu o histórico de ocupação;
2. Identificar e caracterizar as comunidades ribeirinhas quanto à disponibilidade e acesso a equipamentos urbanos, infraestrutura e serviços (educação, saúde, transporte, produção agropecuária, recursos extrativistas animal e vegetal e abastecimento);
3. Identificar e caracterizar as comunidades ribeirinhas quanto à percepção de bem estar da população;
4. Observar os conceitos e as relações entre o “rural” e o “urbano” na dinâmica das comunidades e núcleos urbanizados;
5. Identificar a ligação e os fatores condicionantes das conexões entre as comunidades e núcleos populacionais que relacionam as comunidades à rede formal de cidades;
6. Caracterizar as dinâmicas de uso e cobertura da terra e as principais atividades associadas à conversão da floresta.

2 Área de estudo

A área de estudo compreende a porção norte do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, região central do estado do Pará, localizada no município de Santarém, incluindo áreas na Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande e na Gleba Nova Olinda (Figura 2.1).

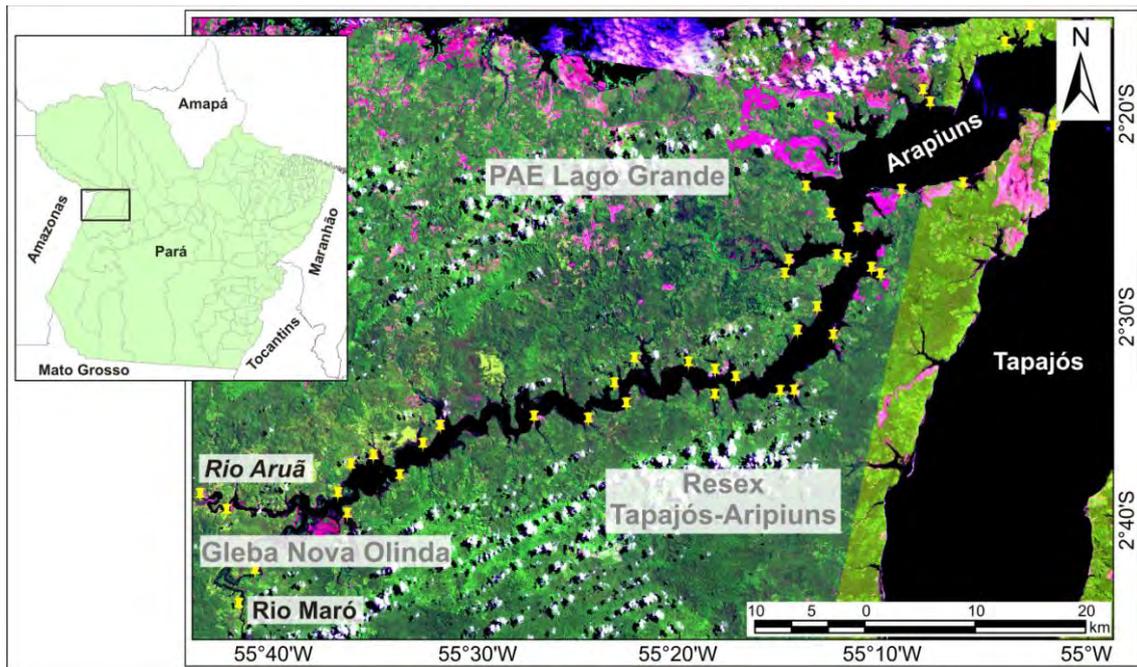


Figura 2.1 - Localização da área de estudo.

É uma região que apresenta comunidades antigas, algumas com mais de 150 anos, e entre elas, comunidades indígenas, muitas delas miscigenadas, que reivindicam o reconhecimento e a identidade indígena e seus direitos. Apresenta ocorrência de conflitos devido à grilagem de terras e à apropriação irregular dos recursos naturais, principalmente exploração madeireira. Algumas comunidades são assistidas pela ONG Saúde e Alegria, que além de prover infraestrutura, tem desenvolvido junto com a população projetos de ecoturismo e artesanato.

3 Metodologia

A missão de campo foi realizada no período de 4 a 15 de junho de 2012, e o percurso realizado abrangeu toda a extensão do Rio Arapiuns, aproximadamente 135 km, e parte de seus afluentes, nos trechos navegáveis dos rios Aruã e Maró.

Durante o planejamento da expedição, um banco de dados foi sistematizado em um SIG (Sistema de Informações Geográficas) contendo as bases de dados de algumas das localidades indicadas para serem verificadas a priori. As seguintes bases de dados foram usadas para a verificação de campo:

- Dados de referência para posicionamento: setores censitários em 2007, rodovias, hidrografia, distritos, sedes de município, dados de domicílios, escolas e estabelecimentos agropecuários (base de dados do IBGE de 2006 e 2010) e localidades (IBAMA, 2010);
- Dados de localidade extraídos da base de dados do Zoneamento Ecológico-Econômico da Rodovia BR-163 (Venturieri, 2008);
- Imagens Landsat TM, correspondentes às cenas 228/62 de 10 de agosto de 2011 e 227/62 de 20 de junho de 2010.

A meta do trabalho de campo foi visitar o maior número possível de comunidades considerando o tempo e recursos disponíveis. Foi feito um cronograma inicial, definindo as comunidades a serem visitadas a cada dia, com base nos dados de sua localização, provenientes dos dados do Zoneamento Ecológico-Econômico da Rodovia BR-163 (Venturieri, 2008) e dos dados do IBGE. A localização precisa e a distribuição dos pontos de estabelecimentos agropecuários do IBGE auxiliaram na adaptação e ajustes do trajeto do cronograma inicial. As condições de navegabilidade e o andamento do trabalho de coleta de dados variaram entre as comunidades, o que definiu o cronograma e trajeto final.

Um barco a motor foi utilizado para o deslocamento no Rio Arapiuns, e duas lanchas possibilitaram o acesso das equipes às comunidades. Em cada lancha, um guia/piloto com conhecimento da região deslocava uma equipe de cinco

pesquisadores a partir do barco motor para cerca de duas a três comunidades por dia. As primeiras comunidades (Vila Franca, Vila Anã e Raposa), localizadas na margem sul do Arapiuns, no trecho mais largo, foram visitadas conjuntamente pelos integrantes das duas equipes nos primeiros dias, como treinamento e para calibrar as perguntas, respostas e os registros feitos por cada integrante das equipes. Ao terminar as entrevistas nas três primeiras vilas, em uma reunião definiram-se os ajustes em relação à aplicação dos questionários e ao registro das respostas.

A aquisição de dados sobre as comunidades baseou-se em entrevistas, registros fotográficos e audiovisuais, para os quais foram utilizados os seguintes equipamentos: planilhas temáticas, gravador de voz, câmara digital com e sem GPS (Sistema de Posicionamento Global), filmadora e GPS.

Para o trajeto diário, um GPS conectado a um notebook fez a navegação em tempo real, verificando no banco de dados quais os pontos/feições deveriam ser registrados. Em cada ponto foram feitos registros das coordenadas geográficas, a documentação com fotografias e descrições das feições de uso e cobertura da terra.

Os questionários de campo foram elaborados baseados em trabalhos realizados anteriormente na região do Tapajós e nas áreas de terra firme do DFS, bem como nas variáveis usualmente utilizadas para a definição das redes de cidades. O Anexo 1 apresenta as planilhas de campo adotadas neste trabalho. Um dos integrantes de cada uma das equipes ficou responsável pelo registro fotográfico e filmagens, enquanto o restante ficou responsável por cada um dos seis temas a serem levantados com o questionário. Para orientar as entrevistas, seis planilhas com informações básicas foram preenchidas para cada localidade de modo a descrever os seguintes temas:

- a) A comunidade: origem, histórico, condição demográfica, renda, abastecimento, organização social;
- b) Equipamentos e Infraestrutura: água, energia elétrica, saneamento, lixo, comunicação (telefone e correios), transportes e serviços;
- c) Saúde e Educação: equipamentos, atendimento;

- d) Uso da terra: dinâmica e sazonalidade dos principais usos, organização das terras, extrativismo, atividade madeireira, mineração, agricultura, pecuária, apicultura, sistemas agroflorestais, uso de insumos agrícolas e de assistência técnica.
- e) Bem estar: renda, festividades, segurança, divisão de trabalho, uso do tempo, participação nas decisões coletivas, acesso à informação.
- f) Uso de produtos extrativistas de origem animal e vegetal: uso de recursos como caça, peixe, frutas, castanhas, mel, plantas medicinais e látex.

Permeando todos os temas, foram identificadas as principais carências das comunidades, além da sua dependência e alcance em relação a outras comunidades e centros urbanizados.

Para as entrevistas foram procuradas lideranças locais, tais como presidentes das comunidades e/ou caciques, ou moradores antigos ou com alguma representatividade local, como agente comunitário de saúde, diretores, professores, e representantes do sindicato de produtores rurais. Muitas vezes, outros membros da comunidade se juntavam para contribuir e participar das entrevistas. Cada equipe se dirigia a uma comunidade onde a entrevista era realizada em conjunto com cada integrante da equipe que registrava as informações da temática de sua planilha. As entrevistas foram gravadas e os informantes foram fotografados, mediante autorização prévia. Em paralelo, foram registrados os aspectos gerais para caracterização da comunidade quanto à infraestrutura e disponibilidade de equipamentos urbanos.

4 Resultados

A seguir apresenta-se uma descrição preliminar das atividades e dos principais resultados obtidos durante a missão de campo que percorreu aproximadamente 300 km (Figura 4.1), compreendendo os trechos de subida e descida do rio Arapiuns e seus afluentes. A descrição contempla as comunidades visitadas do Rio Arapiuns e dos rios Maró e Aruã.

As fotografias obtidas na expedição de campo estão georreferenciadas, com indicação de coordenada geográfica e orientação em relação ao norte, e encontram-se disponíveis para consulta no Banco de Dados de Fotos de Campo do INPE - Fototeca (<http://www.obt.inpe.br/fototeca/fototeca.html>), com a referência “2012-Urbis/Arapiuns-PA”.

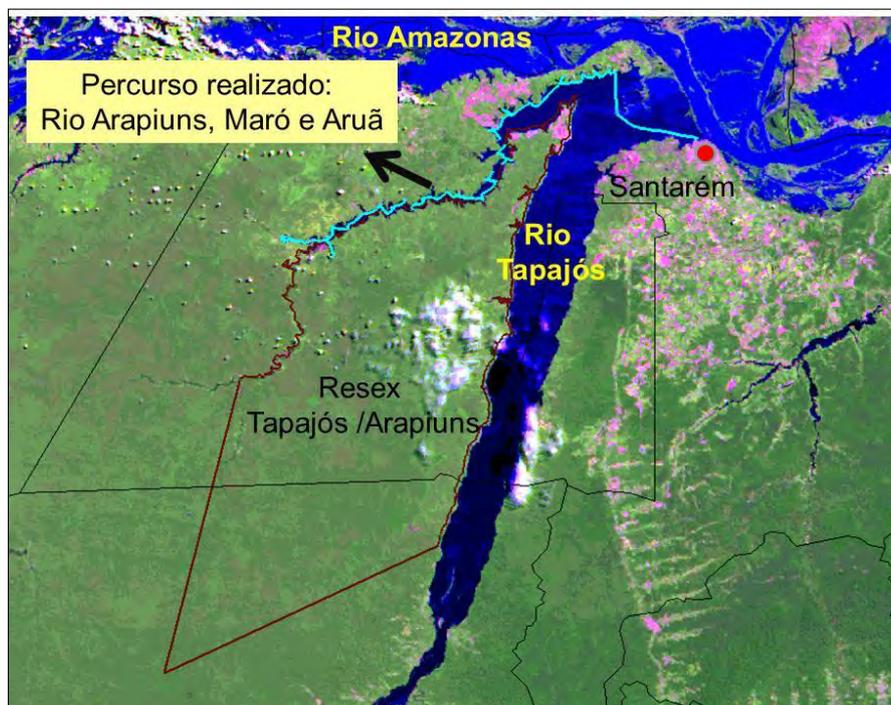


Figura 4.1 - Trajeto realizado em campo.

4.1 Identificação das comunidades ribeirinhas

No percurso de campo foram visitados 50 núcleos populacionais, dos quais 14 estão localizados na Resex, três na Terra Indígena do Maró, duas na Gleba nova Olinda e 31 no PAE Lago Grande e (Figura 4.1.1). A localização dessas comunidades nesses diferentes setores estabelece relações e dinâmicas diferenciadas, sendo este um importante elemento de análise da região.

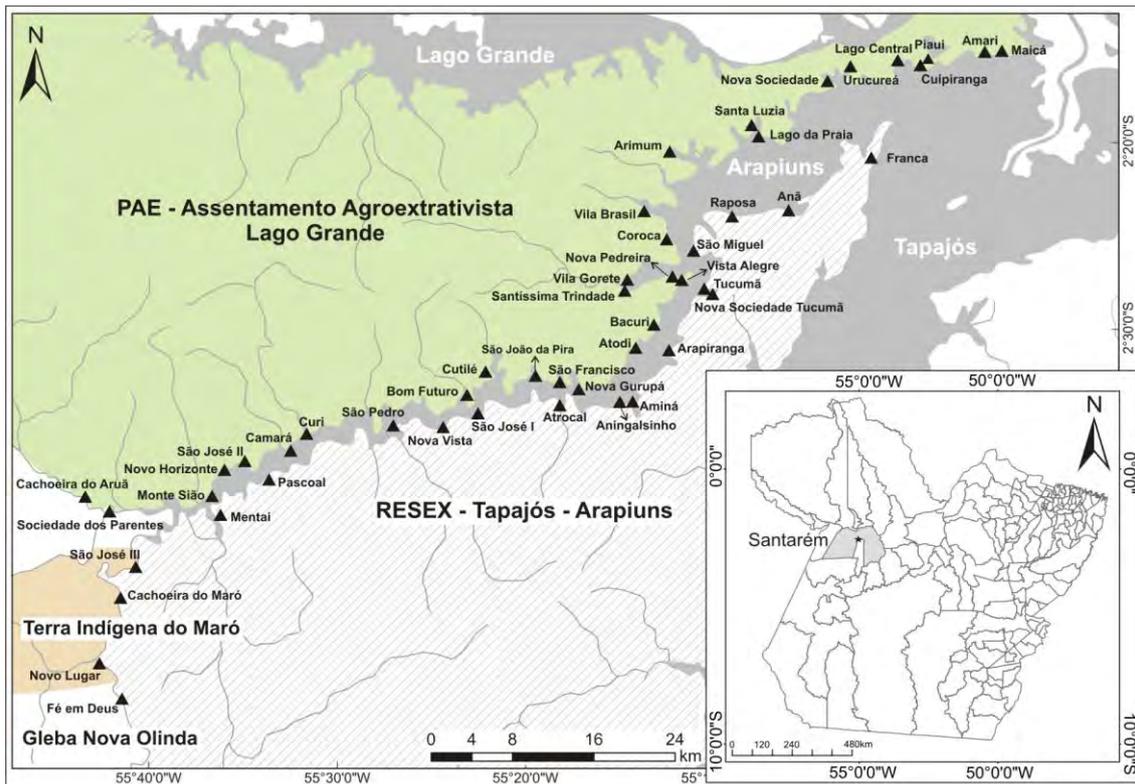


Figura 4.1.1 - Comunidades visitadas durante o trabalho de campo e o contexto territorial: Resex Tapajós-Arapiuns, PAE Lago Grande, Terra Indígena do Maró e Gleba Nova Olinda .

A Tabela 4.1.1 mostra as comunidades visitadas. De um total de 50 comunidades, 44 estão localizadas no Rio Arapiuns, duas no Aruã e quatro no Rio Maró. Poucas comunidades do Rio Maró e Aruã foram visitadas devido ao pequeno trecho percorrido desses rios, mais estreitos e menos profundos, causando maior dificuldade para a navegação. A inclusão destas últimas comunidades é importante por estarem próximas às comunidades do Arapiuns e estabelecem relações de dependência com elas, principalmente no que diz respeito ao serviço de saúde.

Das 50 comunidades visitadas, nove são aldeias lideradas por caciques e recebem alguns benefícios da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em muitas das 41 comunidades com líderes não indígenas existem famílias indígenas que não se subordinam às lideranças e às regras locais, o que muitas vezes gera conflitos de interesses e dificuldades no relacionamento e convívio entre as duas populações.

Apesar de terem sido visitadas 50 localidades, na comunidade Santo Antônio não foi possível a aquisição de dados pela ausência de informante chave, contabilizando-se apenas 49 comunidades com entrevistas realizadas.

Tabela 4.1.1 Comunidades visitadas nos Rios Arapiuns, Aruã e Maró.

Núcleo Populacional	Unidade	Rio	Tipo	ID*
Amari	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	50
Aminá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	27
Aningalsinho	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	30
Arapiranga	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	31
Arimum	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	40
Atodi	Resex Tapajós Arapiunis	Arapiuns	Comunidade	28
Atrocal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	26
Bacuri	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	29
Bom Futuro	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	20
Cachoeira do Aruã	PAE Lago Grande	Aruã	Comunidade	8
Cachoeira do Maró	TI do Maró	Maró	Aldeia	4
Camará	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	13
Coroca	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	39
Cuipiranga	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	49
Curi	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	17
Cutilé	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	24
Fé em Deus	Gleba Nova Olinda	Maró	Comunidade	5
Lago Central	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	46
Lagoa da Praia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	41
Maicá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	47
Mentai	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	11
Monte Sião	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	9
Nova Gurupá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	22
Nova Pedreira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	34
Nova Sociedade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	48
Nova Sociedade do Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	33
Nova Vista	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	19
Novo Horizonte	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	16
Novo Lugar	TI do Maró	Maró	Aldeia	6
Pascoal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	12
Raposa	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	3
Santa Luzia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	43
Santíssima Trindade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	38
Santo Antônio	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	18
São Francisco	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	21
São João da Pira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	25
São José I	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	23
São José II	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	15
São José III	TI do Maró	Maró	Comunidade	7
São Pedro	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	14
Sociedade dos Parentes	Gleba Nova Olinda	Aruã	Comunidade	10
Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	32
Urucureá	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	44
Vila Anã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	2
Vila Brasil	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	42
Vila Franca	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	1
Vila Gorete	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	37
Vila Piauí	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	45

Vila São Miguel	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	36
Vista Alegre	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	35

* ID - identificador da comunidade relacionado à sequência de observação em campo, índice para os sumários das comunidades - Anexo 2.

4.2 Caracterização da população e infraestrutura das comunidades

Com exceção de Vila Franca e Raposa, fundadas há cerca de 300 anos, a maioria das comunidades visitadas no Arapiuns são recentes, com menos de 100 anos de fundação (Figura 4.2.1). Aproximadamente metade das comunidades (22) tem menos de 50 anos, sendo Santa Luzia a comunidade mais recente, fundada há oito anos. As comunidades antigas têm suas origens a partir da ação dos jesuítas na região, algumas associadas ao movimento da Cabanagem, e muitas descendem das tribos indígenas. Deve-se lembrar que a data de fundação não reflete exatamente a origem da localidade, mas o reconhecimento das mesmas enquanto vilas e comunidades.

A população residente nas comunidades variou de 14 (Vista Alegre) a 700 (Cachoeira do Aruã) habitantes, sendo 200 o valor mais frequente registrado (Figura 4.2.1). As maiores comunidades foram São Pedro e Cachoeira do Aruã, com 700 habitantes cada, seguidas por Curi (650), Mentai (588), Vila Brasil (522) e Vila Gorete (518). O tempo de fundação das comunidades, a princípio, não se relaciona com o volume de população residente nas comunidades. Por exemplo, para as duas comunidades mais antigas, enquanto Vila Franca apresentou 368 habitantes, na comunidade Raposa, apenas 50 pessoas ainda residem no local. Muitos jovens ao terminarem os estudos, vão trabalhar em Santarém e não retornam mais às comunidades. Porém, houve relatos de um movimento de retorno destes jovens em comunidades onde a energia elétrica foi instalada. Em geral, o estabelecimento e persistência da população são atribuídos às oportunidades de produção, às condições da comunidade, e no caso específico das comunidades indígenas, à manutenção de suas origens.

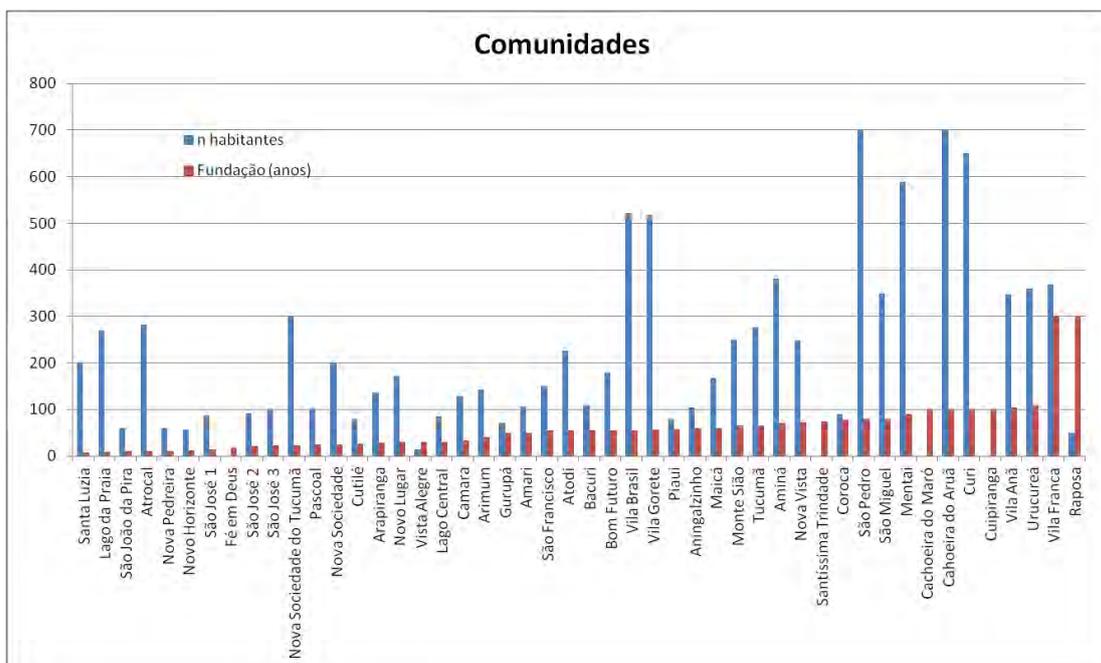


Figura 4.2.1. População (número de habitantes) e tempo de fundação (anos) das comunidades visitadas.

Na grande maioria das comunidades, as casas são próprias e adquiridas principalmente com recursos próprios. Apenas 15 comunidades (30%) contaram com recursos externos para financiamento das casas. Em apenas uma comunidade registrou-se a existência de casas de aluguel.

O uso de recursos externos é um fator relevante para a condição de renda das comunidades. Todas as comunidades contam com o auxílio da Bolsa Família, e em aproximadamente 70% delas todos habitantes ou a maioria da população é beneficiada pelo programa. Algumas comunidades contam ainda com recursos de outros programas, de menor abrangência: cerca de 37% das comunidades recebe alguma Bolsa Jovem e 27% das comunidades recebe alguma Bolsa Verde.

De modo geral, a infraestrutura das comunidades é precária. A energia elétrica na maioria das comunidades (40) é provida por gerador, apenas cinco comunidades não têm energia elétrica, e em apenas três delas, o fornecimento de energia "vem pelo linhão", ou seja, pelo fornecimento oficial da CELPA - Companhia de Energia Elétrica do Pará. Em oito comunidades há iluminação nas ruas. Apenas 18 comunidades têm poço artesiano e microssistema para abastecimento de água das casas. Muitas (20 comunidades) usam água de

poço ou diretamente do rio, e as demais (11 comunidades) têm soluções conjugadas de coleta de rio/poço com microssistema e poço artesiano. Em nenhuma das comunidades há coleta sistemática de lixo, em quatro delas foi relatada a prática de descarte a céu aberto, e nas demais, os próprios moradores fazem a destinação, queimando ou enterrando o lixo doméstico. Em nenhuma comunidade há sistema de esgoto, apenas fossa comum (fossa negra), e em algumas (27) há pedra sanitária. Apenas nas escolas novas, construídas recentemente pela prefeitura, verificou-se a existência de fossas sépticas e poços artesianos.

Quanto à comunicação, apenas nove comunidades registraram a existência de telefone público (orelhão) funcionando regularmente. A maior parte da população, em 39 comunidades, tem telefone celular, ainda que apenas a metade (26 comunidades) possui sinal de alguma companhia de telefonia (da operadora VIVO em sua maioria). Em apenas uma comunidade não há aparelho de televisão e apesar de apenas três comunidades possuírem serviço de internet, há computadores em 15 comunidades. Como não há serviço de correio para nenhuma das comunidades, a maneira mais eficiente de se receber informações é através da rádio Rural, que todas as comunidades ouvem com frequência, e através do programa de rádio comunitária da Rede Mocaronga, que divulga as notícias locais.

A rede de transporte conta com linhas regulares de barcos que assistem a região para o transporte de passageiros até Santarém. Apesar da estação seca dificultar o acesso a algumas comunidades, as linhas regulares e pequenas embarcações garantem a mobilidade o ano todo. No geral, a frequência das linhas regulares em cada comunidade é de duas vezes na semana e o tempo de deslocamento até Santarém varia entre 2,5 horas (Vila Franca) e 20 horas, caso da Comunidade Fé em Deus, a mais distante visitada. O custo da passagem para Santarém, que pode chegar a R\$35 (R\$70 ida e volta) nas comunidades mais distantes, influencia a frequência e a quantidade de pessoas de uma família que se deslocam até Santarém durante o mês. Normalmente, na primeira quinzena do mês o fluxo de passageiros é maior em virtude dos pagamentos de professores e de benefícios como aposentadoria e

subsídios provenientes de programas governamentais. Para os deslocamentos menores e entre comunidades são utilizadas as embarcações de menor porte, como as rabetas, que praticamente todas as famílias possuem. Além do transporte da população, as embarcações escoam a produção das comunidades, especialmente a farinha de mandioca. O custo para transportar um saco de farinha nos barcos de linha varia de R\$2 a R\$5.

Na região, a rede de estradas atende principalmente às comunidades do baixo curso e localizadas na margem esquerda do Rio Arapiuns, no PAE Lago Grande. As estradas normalmente são locais, ligando duas comunidades, e para algumas, como Curi, Vila Gorete, Vila Brasil, Santa Luzia, Nova Sociedade e Cuipiranga, possibilita a ligação com a Translago, rodovia que liga Santarém a Juruti. Foram encontradas poucas ou nenhuma motocicleta nas comunidades.

O comércio nas comunidades é muito restrito: 27 delas têm uma ou mais mercearias; 12 têm bares e; apenas duas comunidades possuem algum tipo de loja. Somente em Cachoeira do Aruã há uma pousada e um restaurante. Para os serviços bancários todas as comunidades dependem unicamente de Santarém.

Em todas as comunidades há igreja católica e/ou evangélica. Igreja evangélica está presente em apenas 17 comunidades e em 45 comunidades há igreja católica. Apesar da frequência máxima informada da presença de padre ser de seis vezes ao ano o culto acontece regularmente. A maioria religiosa católica na região teve origem na atividade dos jesuítas no passado: em algumas comunidades declaradas como aldeias indígenas, a população é católica praticante, e a igreja é o local de articulação social da comunidade. A tênue atividade da igreja evangélica merece estudo: chama a atenção o fato de que as comunidades com melhor acesso a centros urbanos ou ao longo de estradas na região não mantêm predominância católica.

Das comunidades visitadas, apenas Cachoeira do Maró, Novo Lugar e São José III estão inseridas nos limites da Terra Indígena do Maró, considerada como "delimitada" pela FUNAI (Brasil, 2011). Porém, outras seis comunidades

se autodeclararam indígenas, e nove comunidades informaram a coexistência de famílias indígenas. A existência de educação formal exclusiva para os indígenas corrobora a persistência e articulação política das comunidades indígenas no Arapiuns.

Apenas duas comunidades não possuem campo de futebol e há 24 comunidades com mais de um campo. Considerando os times de futebol, como uma forma de associação das comunidades, juntamente com outras organizações sociais como sindicatos, associação de pescadores, cooperativas, grupo de mulheres, etc., observou-se em todas as comunidades pelo menos dois indicadores de organização social. Um que articula e organiza a população nas comunidades, como as associações de moradores (31 comunidades), de produtores rurais (16 comunidades) e sindicato dos trabalhadores rurais (46 comunidades); e outro que a população interage e obtém algum tipo de suporte como as organizações locais FEAGLE (Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande), Associação TAPAJOARA (Associação das Organizações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns), CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns), as ONGs FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Saúde & Alegria (atuante em 43 comunidades), Núcleo Oikos; e a igreja católica por meio da Pastoral da Criança e Pastoral da Terra.

De modo geral, a presença do estado na região é reconhecida somente pelo suporte da prefeitura para a educação e saúde e pelas bolsas do governo federal. Há atuação do INCRA na demarcação/legalização dos lotes nas comunidades (32 delas), e para fomento das atividades de produção (cinco comunidades apenas), lembrando que 31 comunidades se inserem no Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande, e cinco na Gleba Nova Olinda. Apesar de 14 comunidades estarem na Resex Tapajós-Arapiuns, a presença do IBAMA foi citada apenas em sete comunidades e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em treze delas.

Dentre as principais carências identificadas como prioridade pelas comunidades, a melhoria da saúde foi o principal aspecto elencado (13

comunidades indicaram a saúde como principal demanda da coletividade), seguido pela melhoria das condições de educação (nove comunidades) e melhores condições de captação/abastecimento de água (sete comunidades). O acesso à energia elétrica e melhoria das condições de comunicação, incluindo telefonia e internet, foram as demandas secundárias mais citadas, seguidas pela necessidade de informações técnicas/apoio institucional para melhoria das atividades de geração de renda, como assistência para agricultura ou turismo, que poderiam proporcionar novas opções de atividades geradoras de renda para as comunidades.

4.3 Saúde nas comunidades

Oitenta por cento das comunidades possuem atendimento de saúde baseado na ação dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS. Entretanto, apenas metade delas possui seu próprio ACS, pois em geral, um ACS atua em mais comunidades além da que ele ou ela habita.

Poucas comunidades possuem Posto de Saúde - PS. Das 49 comunidades entrevistadas, somente oito possuem PS, sendo os mais procurados os PS's das Vilas São Miguel e São Pedro, por possuírem enfermeira e técnica de enfermagem, além do ACS. A população se desloca com frequência para o atendimento médico nas comunidades vizinhas. Mas houve relatos de pessoas que preferem procurar os pajés das aldeias indígenas vizinhas. Em casos muito graves, chamam a ambulância para ir para Santarém. Pela demora e difícil acesso à comunicação, muitos utilizam rabeta ou barco de linha. Muitas vezes preferem ir a São Miguel ou à outra comunidade com PS, cabendo à enfermeira ou o responsável no PS avaliar o paciente e encaminhá-lo para Santarém, quando for o caso. Liberam o paciente só em casos de emergência ou quando não conseguem suprir a demanda. A ida particular para Santarém ocorre somente em casos muito graves, devido ao elevado custo do transporte.

As doenças que mais afetam a região são gripe e doenças com sintomas como febre, vômito e diarreia, associados principalmente à má qualidade da água. As comunidades que possuem tratamento adequado da água, como poços

artesianos e microssistemas, possuem poucos casos de diarreia. Em todas as comunidades, a cobertura do calendário de vacinação foi declarada como suficiente: "as vacinas encontram-se em dia".

Para melhorar a qualidade da água, os PS, ACS ou a enfermeira distribuem cloro. Algumas famílias usam filtro de barro. Observou-se a utilização de um tipo de filtro procedente de um programa da Igreja da Paz. Este filtro, feito de concreto e com uma areia diferenciada para o processo de filtração, foi instalado no Brasil primeiramente em Santarém (projeto Bom Samaritano do Canadá em parceria com a Igreja da Paz), chegando a 99,4% de pureza da água e muito usado na várzea do rio Amazonas. É também conhecido por filtro bioativo e se encontra presente em algumas casas e principalmente em escolas, especialmente em comunidades onde tem a Igreja da Paz.

A frequência do Abaré, o barco da ONG Saúde e Alegria, que faz assistência médica às comunidades ribeirinhas, difere entre as comunidades. Em algumas comunidades sua visita ocorre apenas uma vez ao ano, enquanto que em outras é de até quatro visitas por ano. Em aproximadamente 25% das comunidades foi informado que o Abaré nunca assiste seus moradores.

As principais demandas listadas em relação à saúde foram: a) melhoria da qualidade no abastecimento da água, pois dependem muito do microssistema, e este muitas vezes não supre a demanda da comunidade; b) instalação de posto de saúde (em muitas comunidades); c) presença de ACS local; d) melhoria no atendimento da ambulância e, se possível, um enfermeiro na comunidade, pois dependem da visita de ACS's de outras comunidades para um rápido atendimento. Medicamentos para os postos de saúde também foram elencados como demanda geral.

4.4 Educação nas comunidades

Em relação à educação, observou-se a atuação da prefeitura municipal de Santarém responsável pela Educação Infantil e Fundamental I (primeiro ao quinto ano) e II (sexto ao nono ano) em algumas comunidades. Pela escassez de professores, as disciplinas do Ensino Médio são modulares. Os módulos possuem duração de quatro meses cada, contendo geralmente de duas a três

disciplinas. Os professores do Ensino Médio moram em casas na comunidade destinadas aos professores durante os períodos de atividade desses módulos. Após esse período, dirigem-se a outras comunidades, resultando em uma alta mobilidade de professores no estado inteiro a cada quatro meses.

A figura 4.4.1 ilustra a existência das etapas da educação oferecida nas comunidades. De um modo geral observa-se que é comum a locomoção dos alunos para outras comunidades. Além disso, enquanto o Ensino Fundamental I é ofertado em 88% das comunidades (44 comunidades), a oferta de Ensino Médio é mais concentrada ocorrendo em apenas 13 comunidades, das quais 12 recebem alunos diariamente de outras comunidades. Para a população idosa, em duas comunidades citou-se a presença do projeto Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA). Observou-se também o resgate da língua indígena em algumas comunidades, principalmente na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, bem como o esforço na implementação do Ensino Superior, através da Educação a Distância (EAD), na Vila Gorete.

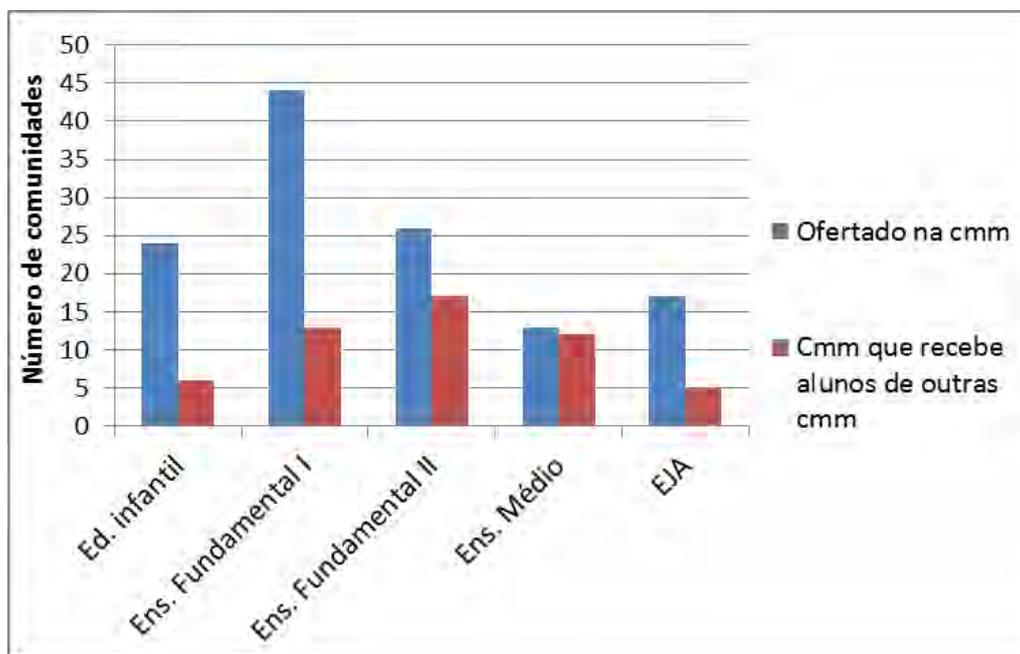


Figura 4.4.1. Oferta das etapas do ensino nas comunidades do Arapiuns – 2012.

Cerca de 20% das escolas que possuem o Ensino Fundamental I trabalham com o sistema multisseriado e bissérie. Em relação à Educação Infantil, as crianças esperam completar a idade para entrar na escola ou participam do

primeiro ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, pois nem todas as escolas oferecem a Educação Infantil.

A prefeitura disponibiliza transporte escolar para o Ensino Fundamental e em alguns casos, fornece combustível para transportar os alunos do Ensino Médio. Neste último caso, muitos alunos utilizam transporte particular ou pegam carona no barco da prefeitura com os alunos do Ensino Fundamental. Segundo o diretor da escola em Vila Gorete, algumas escolas ribeirinhas receberam lanchas do Governo Federal para uso no transporte escolar, via o Projeto Caminho da Escola (http://umaboaescola.mec.gov.br/caminho_escola.html). Até o momento da campanha de campo, foram relatadas cinco lanchas escolares no rio Arapiuns. Na estação seca, o baixo nível do rio dificulta o acesso das embarcações até as comunidades, resultando em longos trajetos percorridos pelos alunos até o transporte escolar.

A merenda é um dos problemas frequentemente levantado pelos entrevistados. No início do ano, as escolas recebem a quantidade de alimento destinado ao número de alunos do ano anterior, sendo regularizada a demanda somente no segundo semestre com a atualização da listagem dos alunos. A merenda somente é fornecida pelas prefeituras municipais, ou seja, não há merenda para alunos do Ensino Médio, que é de responsabilidade do Governo Estadual. Para contornar a falta de merenda, algumas soluções descritas foram: diminuição do tempo das aulas; dispensa para os alunos lanchar em suas casas no horário do recreio (aqueles que têm comida em casa); ou ainda a contribuição das famílias com alimentos para a merenda. Mesmo com estas estratégias, há casos em que a merenda não é suficiente para o mês todo. Relataram-se também a necessidade de melhoria na infraestrutura da escola: mais salas, material didático, computadores, gerador ou instalação de energia, mais professores e qualificação para os mesmos, transporte escolar para os alunos que precisam estudar em outras comunidades, bem como a implantação da Educação Infantil e Ensino Médio, pois são insuficientes.

4.5 Uso da terra e atividades econômicas nas comunidades

Nas comunidades do Arapiuns as principais atividades econômicas geradoras de renda são a produção de farinha de mandioca, o artesanato, e a pesca (Figura 4.5.1).

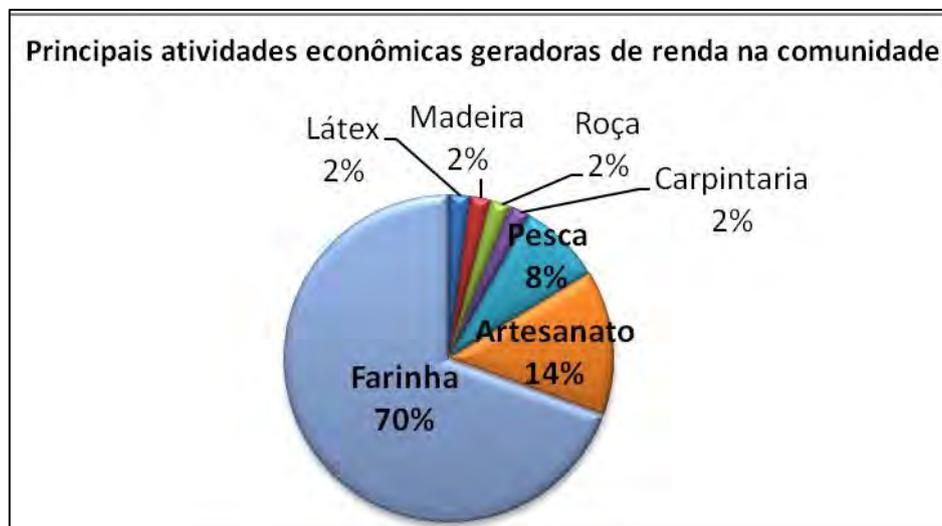


Figura 4.5.1. Distribuição das atividades econômicas geradoras de renda nas comunidades do Arapiuns – 2012.

Mesmo não apontada como a principal atividade econômica em 30% das comunidades, a produção de farinha está presente em todas elas, sendo que seis comunidades a produzem apenas para o consumo (12%). O restante das comunidades vende a produção, sendo que apenas 21% delas o fazem apenas localmente, contra 68% que vendem sua produção para Santarém. A venda de farinha se dá de forma direta, com os produtores utilizando os barcos de linha para se locomover para a cidade, ou de forma indireta, por meio de atravessadores que buscam a farinha na comunidade. Das 49 comunidades visitadas, 34 consideram a produção de farinha de alta importância para a renda familiar. A diminuição na produção de farinha foi relatada em 19 comunidades. As causas dessa redução foram várias: o preço da farinha; os auxílios governamentais, em forma de bolsas como Bolsa Família e Bolsa Verde, além da aposentadoria, que provém renda adicional às famílias; a falta de mão de obra e o desenvolvimento de atividades alternativas que geram mais renda, como o artesanato e trabalho em madeiras.

As sete comunidades que têm o artesanato como principal atividade econômica, com exceção de Curi, localizam-se no baixo Arapiuns, mais próximas à sede da cidade de Santarém. Nesta região, o PSA desenvolve o projeto de artesanato e turismo que incentiva a produção de artefatos com técnicas locais específicas e material coletado e processado em cada comunidade, e que traz turistas de outras regiões do país e do exterior para conhecer o “modo de vida” ribeirinho. Apenas duas comunidades deste grupo vendem sua produção diretamente para Santarém, as outras comunidades escoam sua produção com o auxílio do PSA¹. Fazem parte deste projeto as comunidades Curi, Urucureá, Vila Amazonas, Arimum, Vila Gorete, São Miguel e Vila Brasil.

Apesar de aparecer em poucas comunidades como principal atividade econômica, a produção de artesanato contribui para a formação da renda de 39 comunidades. Em 20 delas a produção é vendida para Santarém, ou para outras regiões do Brasil.

A pesca é mencionada como principal atividade econômica apenas em quatro comunidades: Lago da Praia, Vila Piauí, Maicá e Nova Sociedade, todas localizadas na região do baixo Arapiuns, próximo à confluência com o rio Tapajós. Estas comunidades vendem sua produção para Santarém e, devido à sua localização, estão menos restritas à sazonalidade de oferta de peixe. Quando a quantidade de peixe diminui no inverno, eles dirigem-se a áreas de pesca próximas a Santarém. A pesca está presente em todas as comunidades, apesar de pouco citada como principal atividade econômica. Apenas 50% das comunidades pratica a pesca como atividade geradora de renda. A venda normalmente ocorre dentro da própria comunidade. Excepcionalmente, no verão, quando a pesca é mais farta, a produção é vendida para comunidades vizinhas e para Santarém. A importância da pesca para a região é detalhada no item a seguir que discute o uso de Serviços Ecossistêmicos: Produtos Extrativistas de Origem Vegetal e Animal.

¹ O PSA também expõe os produtos em sua página na internet e vende para lojas do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e no Exterior. (<http://saudeealegria.org.br/artesanato/produtos>).

Quanto ao potencial de geração de renda nas comunidades, ou seja, contabilizando-se apenas a produção que é comercializada, e não a de subsistência observa-se que a farinha, o artesanato e a pesca se mantêm como as principais atividades (Figura 4.5.2). A produção destas três atividades tem Santarém como principal destino. A produção das demais atividades destina-se prioritariamente para a venda nas próprias comunidades produtoras ou nas comunidades vizinhas.

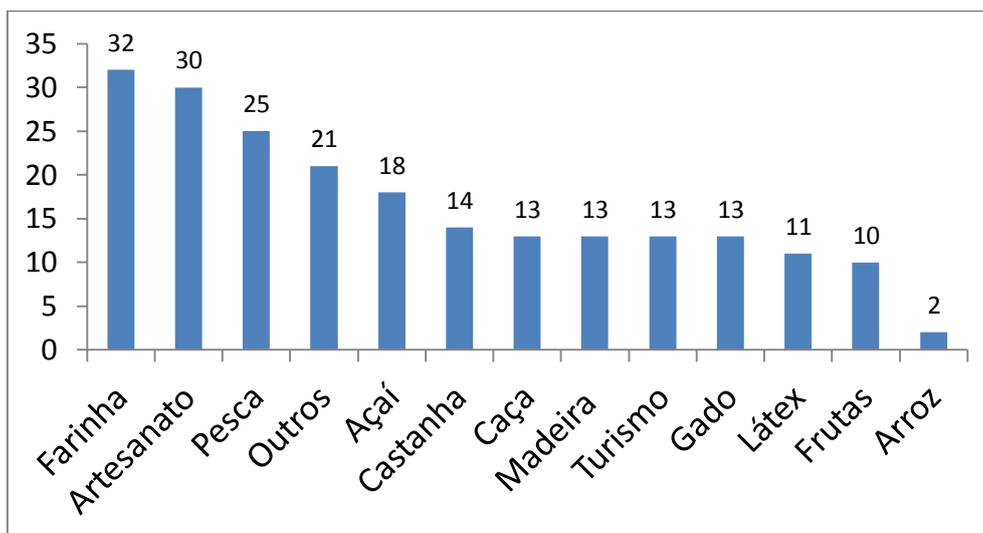


Figura 4.5.2. Número de comunidades que praticam determinada atividade econômica com produção destinada à comercialização local ou externa.

Produção agrosilvopastoril

A maioria das comunidades (29) pratica a agricultura itinerante, onde o pousio pode chegar a até 30 anos, sendo mais comum de 3 a 10 anos, e o tempo de cultivo, de 2 a 5 anos. Em geral, o plantio é feito na capoeira uma vez que grande parte das comunidades tem pouco estoque de floresta primária ou está dentro de unidade de conservação. Em apenas três comunidades foi mencionado o plantio da mandioca em novas áreas de floresta.

Em todas as comunidades ocorrem atividades de produção agrícola além da mandioca e a criação de animais. Foi relatado o cultivo de 24 espécies vegetais e a criação de seis espécies animais (Tabela 4.5.1). Para todas as comunidades, esses produtos são mais importantes para o consumo do que para a renda, apesar de algumas terem informado que utilizam esta produção vegetal e animal também como fonte de renda. A criação de gado bovino é

pequena e basicamente para consumo próprio, e/ou comércio interno e entre as comunidades próximas. Em muitas comunidades o gado é criado apenas para tração animal, o conhecido boi carreiro.

Tabela 4.5.1 Produtos agropecuários das comunidades do Arapiuns.

Espécies vegetais		Espécies animais
Abacaxi	Jerimum	Gado bovino
Abóbora	Inhame	Galinha
Acará	Macaxeira	Galinha-d'angola
Alface	Manicuera	Pato
Arroz	Maniva	Peru
Banana	Maxixe	Porco
Batata	Melancia	
Batata-doce	Milho	
Cana-de-açúcar	Pimenta	
Cará	Quiabo	
Caruru	Tomate	
Feijão	Urucum	

O uso de insumos agrícolas foi relatado por representantes de 15 comunidades e compreendem basicamente formicidas e ração para peixe. Foi relatado o uso de herbicida no passado em uma comunidade e em apenas uma comunidade foi mencionada a preocupação com o uso de formicida em relação à contaminação do solo. A assistência técnica para a agricultura ocorre em apenas seis comunidades. Essa assistência é prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Federação das Associações e Comunidades de Assentamentos Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), ONG Saúde Alegria (PSA), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Quanto ao uso de sistemas agroflorestais (SAF), apenas oito comunidades praticam, e em muitas a descrição do sistema não deixa claro se o sistema é um SAF ou se as culturas agrícolas são apenas cultivadas entre árvores remanescentes do roçado. As espécies listadas nos SAF foram abacate, urucum, cupuaçu, uxi, pequi, madeiras de lei, seringueira, jacarandá e a bananeira, todas plantadas juntamente com a mandioca.

A atividade de piscicultura, incentivada a partir de projetos e apoio da prefeitura de Santarém, foi relatada em apenas quatro comunidades nas quais o tambaqui e a tabatinga são as principais espécies criadas. Muitas comunidades apresentaram interesse na piscicultura e novos projetos estão sendo elaborados para criação de peixes em algumas comunidades. Houve casos em que a piscicultura foi introduzida mas, ao término do projeto, os comunitários abandonaram a criação por falta de assistência técnica.

A apicultura mostrou ser mais desenvolvida do que a piscicultura. Quatorze comunidades praticam apicultura a partir de iniciativas próprias e de projetos, em geral, com poucas famílias envolvidas na produção. As principais espécies criadas são as abelhas jandaíra, tucano, jupará (espécies nativas sem ferrão – meloponídeos) e espécies com ferrão (gênero *Apis*, exótica). Além da criação, 21 comunidades relataram a coleta de mel de abelhas nativas da floresta. Esse mel tem como principal função o uso medicinal nas comunidades, sendo também comercializado em Santarém com preços que podem variar de R\$12 a R\$20 por litro. Em geral, a coleta do mel resulta na derrubada das árvores onde a colmeia está inserida e, em muitos, casos, resulta no extermínio da colônia colocando em risco a sustentabilidade da atividade.

4.6 Uso de Serviços Ecosistêmicos: Produtos Extrativistas de Origem Vegetal e Animal

O uso de serviços ecosistêmicos nas comunidades limitou-se à avaliação do uso de Produtos Extrativistas de Origem Vegetal e Animal (PEVA). Além dos itens extraídos para consumo e renda e de outras questões que podem ser observadas no questionário em anexo (Anexo 1), questionou-se sobre a importância dada pelas comunidades para o consumo próprio e para geração de renda aos 163 PEVA relatados (Tabela 4.6.1). Essa importância foi avaliada segundo a escala 'baixa, moderada e alta' pelos informantes. A seguir é apresentado o relato de cada categoria de PEVA avaliada.

Frutas

Os informantes relataram o uso de 20 espécies de frutos amazônicos (Tabela 4.6.1). Esses frutos são coletados diretamente na floresta por todos os moradores das comunidades e algumas espécies são plantadas nos arredores das casas ou acabam nascendo nas áreas agrícolas, sendo muitas plantas preservadas durante o roçado.

Houve variação na quantidade de frutas informadas entre as comunidades. Em algumas, apenas uma ou duas espécies são utilizadas para consumo, destacando-se o uxi e o piquiá. No entanto, essa variação pode ser apenas um resultado da forma como a pergunta foi feita para os informantes, pois, sendo ela aberta, muitas espécies podem não ter sido lembradas no momento da entrevista.

A importância das frutas para o consumo das populações foi considerada alta pela maioria das comunidades, exceção apenas para duas, Urucureá e Nova Sociedade, para as quais foi considerada baixa e apenas o piquiá figurou como fruto consumido.

Quanto à importância para a renda, a maioria das comunidades não comercializa tais frutos. Apenas quatro comunidades responderam que esses frutos são medianamente importantes para renda e apenas uma comunidade os considera de alta importância, fazendo referência ao uxi, taperebá e ao cupuaçu. Em uma comunidade, o informante comentou que se houvesse energia elétrica eles poderiam aproveitar mais os frutos e inclusive produzir doces para a merenda escolar.

Cinco representantes das comunidades reportaram a diminuição na oferta dos frutos devido a processos antrópicos e seis reportaram o aumento. Para os informantes das demais comunidades, ou não perceberam a mudança ou ela não ocorreu. As causas de diminuição estão relacionadas às ameaças pelo desmatamento e a um incêndio que ocorreu em 1997. Como fatores do aumento na oferta de frutos foram citados o cultivo de espécies nativas e a criação das unidades de conservação. O fogo também foi um fator citado como

causa do aumento, uma vez que, nas áreas onde ocorrem incêndios, no processo de sucessão ecológica ocorre o estabelecimento de espécies frutíferas. A variação sazonal na produtividade foi citada também como um fator que influencia a percepção de mudança.

Tabela 4.6.1. Espécies extrativistas vegetais e animais utilizadas para consumo e renda relatadas pelos informantes nas comunidades visitadas.

Frutos	Caça	Peixes	Madeira	Plantas medicinais		Animais - fins medicinais	Plantas - artesanato
Açaí	Mamíferos	Acará	Angelim	Abotá	Jatobá	Abelhas	Amã
Açaí-branco	Anta	Apapá	Araraúba	Açaí	Jendirá	nativas	Anibé
Bacaba	Capivara	Apurá	Caraúba	Anaí	Jucá	Tucano	Apucá
Buriti	Cutia	Aracu	Caruba	Anani	Mangarataia	Jandaíra	Arumã
Castanha-do-Pará	Paca	Arapapa	Cedrona	Andiroba	Marupá	Jupará	Babaru
Cumarú	Peixe-boi	Bararuá	Cedrorana	Aruani	Mucuraça		Bacaba
Cupuaçu	Porco	Branquinha	Copaíba	Babaçu	Murici	Serpentes	Buriti
Inajá	(caititu ou queixada)	Cará	Cumarú	Barba-timão	Patauá	Cascavel	Caraná
Ingá	Quati	Caraguaçu	Cupiúba	Caju-branco	Pau-de-angola-do-mato	Sucuriju	Cedro
Invira	Veado	Carapuçu	Fava	Cama-de-menino	Pau-verônica	Sucuri	Corafaia
Muruci		Caratinga	Guaruba	Caranapanaúba	Pequi		Crajirú
Pajurá	Aves	Charuto	Ipê	Castanha-do-Pará	Piquiá	Mamíferos	Cuarauá
Patauá	Arara	Filhote	Itaúba	Cedro	Pitiá	Paca	Curuá
Pequi	Inambú	Japarama	Jacarandá	Cipó-alho	Pituia	Tatu	Itaúba
Piquiá		Jaraqui	Jacuba	Comandá	Preciosa		Jacarandá
		Jatuarana					
Piriquita	Jacu	(Matrinchã)	Jatobá	Copaíba	Sabugueiro		Jacitara
Pupunha	Mutum	Jucundá	Louro	Corama	Sacaca		Jenipapo
Taperebá	Papagaio	Jundiá	Meriramba	Cumarú	Sucuba		Mangarataia
Tucumã		Mapará	Muirapuxina	Erva-do-marajó	Taperebá		Marapá
Uxi	Répteis	Pacu	Pororoca	Escada-de-jabuti	Unha-de-gato		Taboca
	Jabuti	Pescado	Sapateira	Ingá-xixi	Urubucá-do-mato		Tucumã
	Lagarto	Piracu	Sapupira	Invirataia	Urucuba		
	Tartaruga	Piranha	Sucupira	Ipê	Uxi		
	Tracajá	Surubim	Taiúba				
		Tambaqui					
		Traíra					
		Tucunaré					

Caça

Foi relatado o uso de 17 a 18 espécies animais utilizadas como alimento (Tabela 4.6.1). O número incerto se deve ao uso genérico dos termos "porco", para as espécies queixada e caititu, ambas frequentes na área de estudo, e "tartaruga", o qual pode ter sido usado por um dos informantes para se referir a qualquer espécie de quelônio utilizada (foram mencionados tracajá e jabuti). As espécies com maior frequência de citação foram o tatu, a paca, a cutia, o porco e o veado, esse sendo considerado escasso na região por todos os que o citaram. Apenas em sete comunidades foi relatado o consumo de espécies de aves pelos moradores. Em uma, inclusive, foi mencionado que não as caçam. O peixe-boi foi relatado apenas por uma comunidade e que o encontraram enalhado. A caça da anta e de quelônios foi mencionada em duas comunidades e uma comunidade relatou o consumo de uma espécie de lagarto.

A importância da caça para o consumo foi considerada alta pela maioria das comunidades. Em nenhuma delas foi considerada baixa e, quando moderada, o principal argumento mencionado foi a falta de tempo para caçar. A importância desse serviço florestal é evidenciada em relatos onde a caça está sendo mais fácil do que a pesca. A caça pode ser fonte de conflito entre comunidades quando moradores caçam nas áreas de comunidades alheias. Contudo, diferente da coleta de frutos fica evidenciado nos questionários que nem todos os moradores caçam. Apenas em três comunidades a caça é fonte de renda e o comércio é realizado dentro da própria comunidade.

Na maioria das comunidades foi constatada a diminuição da caça. Apenas em quatro houve a observação de aumento devido à criação das unidades de conservação e à proibição da caça com cães. Como causas do declínio da caça foram citadas: o afugentamento da caça por cães e por estradas devido ao ruído dos veículos e redução do habitat; crescimento da população humana e aumento no consumo de caça; desmatamento para agricultura (roçado) - deixando a floresta e a caça mais distante; queimadas, uma das causas principais; caça em período de reprodução das espécies e ainda porque a caça está mais esperta ou porque espécies estão em extinção.

Açaí, castanha e látex (borracha)

Neste estudo esses itens foram investigados de forma isolada, pelo valor comercial agregado a esses produtos, apesar do açaí e da castanha poderem ter sido contemplados como frutos. Das comunidades avaliadas, 31 coletam açaí para consumo e dessas, nove obtêm renda da comercialização. Em geral, para as comunidades do Arapiuns que o extraem, o açaí possui uma importância que vai de moderada a alta para consumo e renda. O único caso relatado de diminuição na obtenção do produto foi na comunidade Nova Vista devido a um incêndio que destruiu a área de açazal. O aumento na obtenção do açaí relatado em cinco comunidades se deve ao plantio e ao aumento da área com açaí devido à dispersão natural da espécie. O número de famílias que extraem o açaí varia, desde menos de 10 em algumas comunidades até todas as famílias em outras.

A castanha-do-pará ocorre em menor proporção na região segundo os informantes. Vinte e duas comunidades coletam a castanha e, para 16 delas, sua importância é considerada de moderada a alta para consumo. Para renda, apenas cinco consideram este produto de grande importância. Os relatos de diminuição da coleta da castanha foi atribuído ao desmatamento na região tanto na Vila Gorete como na Comunidade de Mentai. Na Vila Aminá os moradores associam a redução da castanha à presença de animais que se alimentam desse produto.

A exploração da borracha na região, que já foi a principal atividade em algumas comunidades, parece estar voltando com o ICMBio atuando como intermediário, comprando a produção dos ribeirinhos. Apenas 11 comunidades a exploram, mas em geral, os informantes dizem ter bastante seringueira nas comunidades. Em algumas comunidades há seringueiras, mas não há exploração pelo baixo preço, falta de mercado, falta de mão de obra, desinteresse dos jovens, e em duas comunidades, devido à falência da cooperativa. No entanto, alguns informantes afirmam que, para as famílias que a exploram, em seis comunidades, a importância da borracha para renda varia de moderada a alta.

Madeira

Foi relatado o uso de 24 espécies de madeira extraídas da floresta (Tabela 4.6.1). Das comunidades visitadas, 43 exploram a madeira em suas terras e para elas, a importância para consumo é alta. Apenas 12 comunidades atribuem importância moderada e alta para a madeira como fonte de renda. Para a produção de tábuas para uso da comunidade, geralmente são os próprios moradores que as processam utilizando uma motosserra ou então contratam alguém de fora da comunidade que possui uma.

Em 23 comunidades foi notada a diminuição na quantidade das espécies e em oito a percepção foi de que se mantém estável. Nas demais comunidades o informante não soube responder ou não foi questionado. As causas de declínio relatadas foram: crescimento da população humana nas comunidades; desmatamento para o roçado, resultando no aumento da distância da floresta; exploração excessiva pelos comunitários, por exemplo, para construção de casas, e por madeiras. As madeiras, quando instaladas próximas às comunidades, oferecem empregos temporários, como observado na comunidade Fé em Deus, ocorrendo também o corte para a venda de lenha para cerâmicas, como relatado na comunidade Nova Sociedade. Ainda, algumas comunidades extraem a madeira para vender para outras comunidades, destacando-se a itaúba como espécie mais procurada para a construção de barcos. A comunidade Curi pode ser citada como exemplo, os moradores compram a itaúba para a produção de barcos, a principal atividade desenvolvida na comunidade. Nas comunidades inseridas dentro da Resex, o uso, segundo o informante, é apenas para construção das casas. Apenas duas comunidades possuem viveiros onde os comunitários estão cultivando espécies de interesse madeireiro, entre elas, a itaúba.

Em geral as comunidades não possuem um manejo adequado para a extração da madeira e o que mais se aproxima disso é um regimento que a comunidade Arimum possui. Pelo regimento, os moradores só podem extrair madeira em suas áreas. Na comunidade Aningalzinho, o informante relatou que os antepassados da comunidade exploraram muito e atualmente eles acordaram em não desmatar mais. Em algumas comunidades, como São João da Pira, há

a clara percepção pelos informantes do declínio das principais espécies, em compensação em outras comunidades, como na Vila Piauí, os informantes dizem encontrar facilmente as espécies.

Plantas e animais utilizados para fins medicinais

O uso das plantas medicinais na região do Arapiuns é considerado de extrema importância pelos moradores das comunidades. Quarenta e seis espécies de plantas e no mínimo oito espécies animais foram relatadas por seu uso medicinal (Tabela 4.6.1). Em geral, esses produtos possuem importância apenas para consumo. Apenas 11 comunidades atribuem importância para renda, variando de moderada a alta. Segundo um informante, as pessoas que comercializam tem uma renda boa. O leite da sucuba, por exemplo, pode ser comercializado por R\$7 o litro em Santarém. Em outra comunidade, o relato é de que renda advinda da comercialização dos produtos é baixa porque ocorre apenas via encomenda. Foi mencionado por um informante que o uso dos produtos medicinais da floresta diminui a necessidade de comprar medicamentos alopáticos, resultando em economia para as famílias.

Na comunidade de Vila Franca, as mulheres receberam treinamento para o uso das plantas medicinais e na comunidade Santa Luzia há o interesse de criar um projeto de uso das plantas na escola. Em uma única comunidade, Sociedade dos Parentes, foi relatado o não uso de plantas medicinais. No entanto, nesta comunidade, não foi possível encontrar o líder comunitário e que o informante não tinha muito conhecimento sobre essa atividade.

Apesar da importância desses produtos, nenhuma comunidade possui plano de manejo para sua extração. Mesmo assim, metade das comunidades (24) não observou declínios na oferta desses produtos. Nas 10 comunidades em que foi observado declínio, as causas relacionadas foram o desmatamento para extração de madeira, o roçado, a sobre-exploração de algumas espécies (sucuba, preciosa e barba-timão) e o incêndio de 1997.

Artesanato com produtos florestais

O artesanato é uma atividade bastante difundida na região do Arapiuns. Das comunidades visitadas, apenas oito não produzem qualquer tipo de produto. Para 31 comunidades, a importância para consumo e também renda varia de moderada a alta. Há uma grande variação no número de famílias que produzem artesanato nas comunidades, podendo ser apenas uma família ou todas elas. Em algumas comunidades a atividade não se desenvolveu por falta de mercado, preço e contatos para comercializar, enquanto que em outras foi relatado que as famílias que produzem podem obter um alto retorno financeiro. A ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA) tem atuado na questão do artesanato intermediando o comércio em comunidades como Vila Gorete. Essa atividade em algumas comunidades está associada ao turismo ecológico promovido pela ONG PSA como Vila Amazonas, Arimum e Atodi. Na comunidade Vista Alegre foi observada uma loja de venda de artesanato. Foi relatado também que ocorre comércio desses produtos entre as comunidades, especialmente entre aquelas que não produzem e as que produzem. Os principais produtos comercializados entre as comunidades são aqueles utilizados na produção da farinha, como o tipiti, utensílio usado para separar a goma do sumo da mandioca (o tucupi).

Foi relatado o uso de 21 espécies vegetais e de seus produtos a partir de talas, folhas, sementes, frutos, madeira (Tabela 4.6.1), utilizados para a confecção de cestos, bolsas, chapéus, tipiti, peneira, panela, móveis, barcos e outros produtos para uso como utensílios de cozinha. A percepção de declínio em algum desses produtos foi relatada em 10 comunidades devido ao desmatamento. Segundo os informantes a floresta "ficou distante", havendo também exploração e colheita de matéria-prima de forma não-sustentável resultando na morte das plantas. Em quatro comunidades foi relatado o aumento na oferta das espécies o que foi justificado pelos informantes devido ao pouco uso das espécies, pois trabalham pouco com artesanato. Em 16 comunidades não foi observada mudança na ocorrência das espécies.

Da mesma forma para os outros produtos extrativos, o manejo das plantas utilizadas no artesanato é praticamente inexistente nas comunidades. Quatro

mencionaram ter algum tipo de manejo como: queima de uma determinada área para favorecer o nascimento de novos indivíduos; a retirada de apenas uma haste do tucumã para que a planta não morra; e a criação de áreas de manejo, sem maiores detalhes do que seriam essas áreas e quais as práticas de manejo.

Pesca

Das atividades ligadas ao uso dos recursos naturais investigados nas comunidades, a pesca foi a única exercida em todas as comunidades visitadas. Possui alta importância para o consumo e 18 comunidades a consideram de importância moderada a alta para a renda. Muitos dos pescadores que comercializam a pesca pertencem à Colônia de Pescadores Z-20.

Foram relatadas 27 espécies de peixes pescados (Tabela 4.6.1) e a diminuição da quantidade de peixes foi relatada em 39 comunidades. Em apenas cinco comunidades não houve relato de diminuição, nenhuma percebeu o aumento na quantidade de peixes e em cinco comunidades os informantes não souberam responder. A principal causa relacionada ao declínio foi atribuída ao aumento da população humana na região, resultando em sobrepesca tanto para o consumo quanto para a venda. Outras causas relatadas foram a pesca de arrasto e práticas de mergulho, resultando no afugentamento dos peixes. Além do uso de redes, do efeito do desmatamento e da presença do boto que consome e afugenta os peixes. Uma questão importante com relação ao volume de pescado é a sazonalidade, que pode levar a percepção de declínio da pesca. As águas do Rio Arapiuns no período de chuvas (inverno), quando está com o nível mais alto, dificulta a atividade de pesca, pois os peixes se escondem entre as plantas e as raízes que ficam submersas. Assim, durante o inverno, algumas localidades tem maior dificuldade com a pesca, precisando recorrer a outras fontes de proteína, como a caça.

Muitas comunidades (22) possuem acordo de pesca que se baseia na restrição da área de pesca entre as comunidades. O estilo de pesca realizado por 40 comunidades é a artesanal. Apenas duas realizam pesca de arrasto ou de cerco. As famílias que comercializam o peixe em geral utilizam o sal como

conservante, principalmente as que estão localizadas mais distantes de Santarém. As 13 comunidades mais próximas a Santarém fazem uso de gelo comprado na cidade a um custo que varia de R\$6 a R\$10.

4.7 Informações sobre Bem Estar

No tema relativo ao bem estar, os representantes das comunidades foram abordados sobre questões relativas à segurança, formas de uso do tempo, participação comunitária, atividades econômicas, moradia, renda, entre outros. Questões relativas à saúde, educação e organização social das comunidades complementam a análise de bem estar e foram apresentadas nas seções anteriores.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns têm indicadores de bem estar que variam de regular a satisfatório. Embora a renda seja baixa, os serviços de saúde sejam precários, e os de educação sejam insuficientes, a percepção dos representantes entrevistados de grande parte das comunidades, de modo geral, é satisfatória. Nos aspectos positivos podemos citar a percepção de segurança, a moradia, participação nas decisões, atividades de lazer, festividades, solidariedade, divisão de tarefas equitativa entre homens e mulheres.

Com relação ao tema segurança, representantes de 26 das comunidades visitadas relataram ter problemas com alguma forma de violência. O tipo de violência mais frequente são furtos e brigas, esta última, em geral, associada ao uso de álcool. Outra forma de violência mencionada, também associada ao uso do álcool, é a violência contra mulheres e crianças. Com menor frequência, em geral um ou dois casos, foram mencionados os conflitos de terra, homicídios, estupro e tráfico de drogas. As poucas comunidades em que o tráfico de drogas foi mencionado são as que recebem frequentemente pessoas de fora para turismo, como Cachoeira do Aruã. Com relação à prostituição, apenas representantes de duas comunidades mencionaram este problema. Um problema mais comum é a ocorrência de gravidez na adolescência em algumas comunidades. Apesar de terem mencionado diversas formas de violência e de não haverem policiais em nenhuma das comunidades visitadas, a percepção

dos comunitários é de que há segurança, e de que o perigo vem de fora das comunidades, de pessoas que vem pelas estradas ou pelo rio.

Sobre a participação nas decisões relativas às questões coletivas da comunidade, a maioria delas conta com a participação majoritária dos comunitários. O mesmo ocorre na realização de serviços para a comunidade como a limpeza da área comum, conserto das edificações coletivas como escola, igreja, posto de saúde, quando os comunitários se organizam em mutirões. No passado formavam também mutirões para o trabalho no roçado de mandioca, mas hoje são poucas as comunidades que operam dessa maneira, cada família tem seu roçado e é responsável por ele. Na questão da representação política, nenhuma das comunidades tem um político que os represente em qualquer esfera do governo. Foi mencionado em algumas comunidades um vereador de Santarém que é da região do Arapiuns, mas não representa nenhuma comunidade em particular ou a região.

As principais atividades desenvolvidas pelos homens são o roçado, a pesca e a caça. Alguns trabalham com artesanato, coleta de látex e com madeira (construção de barcos, casas e móveis). As mulheres, além das tarefas domésticas e de cuidar das crianças, ajudam no roçado, produzem a farinha e trabalham com artesanato, algumas também caçam e pescam, embora não seja comum. Apesar desta clara divisão de tarefas, é comum ocorrer no dia a dia, ajuda mútua tanto das mulheres nas atividades dos homens quanto dos homens nas atividades das mulheres, esta última menos frequente. Os comunitários costumam ser solidários com seus vizinhos e familiares, em momentos de doença e de escassez de recursos, acionando muitas vezes a igreja e/ou a associação de moradores, fazendo doações de alimentos e/ou dinheiro para as famílias que passam por momentos de dificuldades.

A atividade de lazer mais comum é o futebol. Quase todas as comunidades visitadas têm pelo menos um clube de futebol masculino e, grande parte tem time de futebol feminino. Outras atividades mais citadas, além do futebol, foram o dominó, vôlei, forró, música (nas igrejas), sinuca e o bingo. Essas atividades são praticadas em algumas comunidades quase todos os dias, entretanto, na maioria delas, só nos finais de semana.

Grande parte das comunidades é católica e a festa mais comum é a festa do padroeiro da comunidade que ocorre uma vez por ano. Entretanto, algumas comunidades têm mais do que uma igreja e religião, entre elas, Assembleia de Deus e Igreja da Paz, que também organizam suas festas uma vez por ano. Além das festas religiosas, são realizadas festas nas escolas, festas juninas e dos clubes de futebol. Periodicamente são organizados bingos, chamados localmente de “promoções”, para angariar fundos para as comunidades. Essas festas ocorrem com uma frequência de 3 a 10 vezes por ano e contam com a participação de pessoas das comunidades vizinhas.

Com relação à renda, mais de 90% das comunidades são compostas por famílias com renda entre 0,25 a 2 salários mínimos (salário mínimo correspondia a R\$622,00 em junho de 2012). As famílias que possuem renda maior que um salário mínimo são compostas por funcionários públicos (saúde e educação) e aposentados. Segundo informantes de mais de 60% das comunidades, nos últimos anos a renda das famílias aumentou principalmente devido aos subsídios dados pelo governo, como bolsa família e bolsa verde. Ainda foi mencionado aumento da oferta de empregos devido à construção de escolas, e a introdução de atividades como o artesanato. Somente duas comunidades mencionaram o aumento da renda devido ao aumento da produção agrícola. Observou-se que nas comunidades em que o artesanato passou a gerar renda houve uma redução do plantio de mandioca e da produção de farinha. De acordo com moradores, o processo de produção da farinha, que inicia com o plantio da mandioca e utiliza baixo nível tecnológico, consome muito tempo, mão de obra e esforço, gerando pouca renda. Como a comercialização desse produto está sujeita a flutuação de preços, ao se estabelecer uma nova alternativa de renda, essa atividade se mantém apenas para o consumo das famílias.

Das comunidades que tiveram uma redução na renda, a maior parte delas foi devido à queda do preço dos produtos agrícolas, principalmente da farinha, e/ou redução dos subsídios (bolsa família). Em uma das comunidades (São José III) foi mencionada a diminuição da renda devido à diminuição do uso dos produtos da floresta. Esse tipo de percepção, de que os produtos da floresta

podem ajudar a compor a renda das famílias, é bastante incomum nos representantes das comunidades entrevistadas. Não é feita uma associação direta de que se alguns produtos como plantas medicinais, frutas (como o açaí), mel, e a madeira, não estivessem disponíveis eles teriam que pagar para adquiri-los.

Apesar dos relatos de que a renda aumentou nos últimos anos, ela é ainda insuficiente para atender as necessidades básicas de maior parte das famílias que vivem nas comunidades. De acordo com o levantamento feito, as famílias são grandes e faltam recursos principalmente para vestuário, compra de material escolar, transporte e alimentação. Apesar de viverem nas margens do rio, o peixe é um recurso que não está disponível em abundância o ano inteiro. A compra de carne é importante principalmente no inverno, quando o peixe é mais escasso.

Outro elemento importante diz respeito à casa própria. Embora os programas de habitação do governo (Caixa/INCRA) atendam menos que 40% das comunidades e não tenha beneficiado todas as famílias, quase todas elas têm casa própria, embora muitas precárias, feitas de barro e com teto de palha, sem banheiro e esgotamento sanitário. É importante notar também que o padrão de casas construído pelos programas de habitação não são os mais adequados para o clima da região. As casas em geral são projetadas sem considerar a circulação do ar e são feitas com materiais que não isolam o calor.

As principais formas de obtenção de informações são por meio de rádio (rádio Rural e rádio Mocaronga), TV, rádio comunitária e troca de informações entre os comunitários.

5 Considerações Finais

Em termos gerais, verificou-se que a região apresenta comunidades com condições e relações de dependência entre si e com Santarém, bastante diferenciadas, evidenciando espaços com dinâmicas distintas, influenciadas também pela existência da RESEX Tapajós-Arapiuns, PAE Lago Grande, Terra Indígena Maró e GLEBA Nova Olinda. Os núcleos populacionais são carentes de serviços e equipamentos urbanos e dependem de Santarém principalmente para o abastecimento de produtos básicos e para serviços de saúde, especialmente para casos de doenças mais graves. De modo geral, as condições de saúde e educação condicionam as relações de dependência entre as comunidades, uma vez que demandam mobilidade da população para acesso a estes serviços.

Diferentemente das comunidades do rio Tapajós, que tem a disponibilidade de peixe o ano inteiro, as comunidades do Arapiuns sofrem o efeito da sazonalidade, em que o potencial de pesca diminui bastante no período do inverno, estabelecendo uma maior dependência de Santarém para os gêneros alimentícios. As relações dessas comunidades com Santarém são bastante intensas. Além da presença de numerosos barcos de linha para Santarém atendendo a todas as comunidades visitadas, principalmente as que se localizam no baixo Arapiuns, existem estradas que fazem a ligação parcial por terra entre as comunidades da margem norte do baixo Arapiuns até Santarém.

Com relação ao uso da terra, pôde-se observar que, embora o plantio de mandioca e a produção de farinha são ainda uma importante fonte de renda e de subsistência, algumas comunidades reduzem a produção quando outras atividades como o artesanato e o turismo se estabelecem, ou quando as famílias passam a receber aposentadoria, bolsa família e/ou bolsa verde, restringindo a produção apenas ao consumo local. Tanto o plantio da mandioca quanto a produção da farinha são atividades que demandam muito tempo de trabalho, devido ao pouco uso de tecnologia, e tem um baixo retorno financeiro.

Vários itens são coletados na floresta, principalmente para consumo local, como madeiras (para construção de casa e barcos), ervas medicinais, mel

silvestre, castanhas, açaí, palha para artesanato, caça. Contudo, a população não tem consciência de que esses elementos fazem parte, de forma indireta, de sua renda, suprindo-os com produtos importantes sem que seja necessário comprá-los em centros maiores. Apesar da importância desses produtos, é comum o relato de que esses elementos estão cada vez mais inacessíveis, seja pela escassez, seja pela necessidade de percorrer cada vez mais, maiores distâncias para obtê-los.

Um elemento importante observado para a dinamização da economia local são as festividades e mais especificamente as chamadas “promoções” em que as comunidades se organizam para arrecadar fundos para realização de obras coletivas através de bingos e outras atividades. As comunidades vizinhas, das duas margens do rio, em geral da mesma paróquia ou distrito (a religião católica é predominante) são convidadas a participar dessas festividades, que ocorrem, em geral, nos finais de semana. Há uma grande interação entre elas também nas outras festividades como as festas religiosas (festa do padroeiro), festa junina, festa dos clubes de futebol e das escolas. Foi possível observar que as interações entre as comunidades das duas margens do rio são mais intensas do que na região do Tapajós, isso se deve à menor largura e à melhor condição de navegabilidade do Arapiuns.

A caracterização apresentada neste relatório é preliminar. Análises mais detalhadas sobre as comunidades, os serviços ecossistêmicos e as diferentes redes de serviço, transporte e abastecimento serão realizadas após a transcrição completa das planilhas de campo para a base de dados digital. Os dados deverão ser sistematizados possibilitando a construção de variáveis para a realização de análises quantitativas das redes (saúde, educação, transporte, abastecimento e produção) e para a construção de indicadores socioeconômicos e ambientais.

Futuramente os dados produzidos por este levantamento de campo deverão ser reunidos com dados de outros levantamentos tanto das áreas ribeirinhas quanto de terra firme do DFS, para uma análise conjunta. As análises destes dados fornecerão um panorama geral da região, podendo contribuir para um melhor entendimento das redes urbanas do sudoeste paraense e para um

melhor planejamento da região, considerando as diferentes populações, ambientes e formas de ocupação.

6 Referências Bibliográficas

ALVES, P. A.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.E; MONTEIRO, A. M. V. Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no sul do Pará: lições para o Distrito Florestal Sustentável da BR 163. **Geografia (Rio Claro)** [S.l.], v. 35, n. 1, p. 165 - 182, 2010.

AMARAL, S.; ANDRADE, P. R.; ESCADA, M. I. S.; ANDRADE, P. R.; ALVES, P. A.; PINHEIRO, T. F.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; SAITO, É. A.; RABELO, T. N. **Da canoa à rabeta: estrutura e conexão das comunidades ribeirinhas no Tapajós (PA)**. Pesquisa de Campo Jun/Jul de 2009. São José dos Campos: INPE, 2009. 30 p. (INPE-16574-RPQ/827). Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2009/09.11.18.27>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

AMARAL, S.; BRIGATTI, N.; DAL'ASTA, A. P.; ESCADA, M. I. S.; SOARES, F. da R. "Tem fofoca na currutela" núcleos urbanizados e uso da terra de Alta Floresta (MT) ao Crepurizão (PA) na Transgarimpeira. INPE: Relatório técnico, 2012.

AMARAL, S.; GAVLAK, A. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Using remote sensing and census tract data to improve representation of population spatial distribution: case studies in the Brazilian Amazon. **Population and Environment**, n. 4, p. 1043, 2012. doi: <10.1007/s11111-012-0168-2>.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Despacho do Presidente, nº107 de 07 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 out. 2011. Seção 1, p. 36.

BRIGATTI, N.; DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; GAVLAK, A. A. Identificação de áreas edificadas e núcleos urbanos na região Amazônica utilizando dados do sensor Landsat-TM5. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15. (SBSR), 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 6835-6842. DVD, Internet. ISBN 978-85-17-00056-0 (Internet), 978-85-17-00057-7 (DVD). Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFQRTRW/3A499DE>>. Acesso em: 25 set. 2012.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: A. C. D. Cardoso (Ed.). **O Rural e o Urbano na Amazônia**. Diferentes olhares e perspectivas. Belém-PA: EDUFPA, 2006. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? p.55-98.

DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; AMARAL, S.; SOBRAL ESCADA, M. I.; VIEIRA MONTEIRO, A. M. Identifying Spatial Units of Human Occupation in the Brazilian Amazon Using Landsat and CBERS Multi-Resolution Imagery. **Remote Sensing**, v. 4, n. 1, p. 68-87, Jan. 2012. doi: <10.3390/rs4010068>.

DAL'ASTA, A. P.; ESCADA, M. I. S.; BRIGATTI, N.; GAVLAK, A. A.; AMARAL, S. **Núcleos de ocupação humana e usos da terra entre Santarém e Novo Progresso, ao longo da BR-163 (PA)**. INPE. São José dos Campos. 2011

ESCADA, M. I. S.; AMARAL, S.; RENNÓ, C. D.; PINHEIRO, T. **Levantamento do Uso e Cobertura da Terra e da rede de infra-estrutura no Distrito Florestal da BR-163**. São José dos Campos: INPE, 2009. 52 p. (INPE-15739-RPQ/824).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Dados Vetoriais**. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/shapes/>>. Acesso em: 14. abr. 2010.

GAVLAK, A. A. **Padrões de mudança de cobertura da terra e dinâmica populacional no Distrito Florestal da BR-163: População, Espaço e Ambiente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. 250p.

GAVLAK, A. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Dinâmica de padrões de mudança de uso e cobertura da terra na região do Distrito Florestal Sustentável da BR-163. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15. (SBSR), 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 6152-6160. DVD, Internet. ISBN 978-85-17-00056-0 (Internet), 978-85-17-00057-7 (DVD). Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFQRTRW/39UFCP2>>. Acesso em: 25 set. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14.abr.2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/> IBGE, 2010.

IBGE. **Malha Municipal do Brasil - 2007**. Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14.abr.2010.

IBGE. **IBGECidades**. 2012. Disponível em <www.ibgecidades.gov.br>. Acesso em: 01. fev. 2012.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Dados Vetoriais. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/shapes/>>. Acesso em: 14. abr. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação 2006-2007: Grupo de trabalho interinstitucional do Distrito Florestal da BR-163**. Brasília: MMA, 2006. 27 p.

MONTE-MÓR, ROBERTO LUÍS. **A questão urbana e o planejamento urbano regional no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

PINHO, C. M. D. Análise das redes de localidades ribeirinhas Amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica. 2012. 178 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2012/04.19.04.13-TDI). **Tese** (Doutorado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BNMFS8>>. Acesso em: 25 set. 2012.

SILVA, M. P.; CAMARA, G.; ESCADA, M. I. S.; DE SOUZA, R. C. M. Remote-sensing image mining: detecting agents of land-use change in tropical forest areas. **International Journal of Remote Sensing**, v. 29, p. 4803-4822, 2008. doi: <10.1080/01431160801950634>.

VENTURIERI, A. (Org.). Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém): **Diagnóstico do Meio Socioeconômico Jurídico e Arqueológico**. Belém: Pará, 2007. v. 1. Disponível em: < <http://zeebr163.cpatu.embrapa.br/index.php>>. Acesso em: 2012.

A.2 - Planilha Saúde & Educação

LOCAL		DATA	
Informante/Cargo (idade)		endereço	
Educação			
Ed Infantil:	n alunos:	Alunos residentes:	
De outros locais (quantos):			
Destino opção:	n alunos:	Transporte:	
Merenda(dias;%mes):	Prof:		
Fundamental I	n alunos:	Alunos residentes:	
De outros locais (quantos):			
Destino opção:	n alunos:	Transporte:	
Merenda(dias;%mes):	Prof:		
Fundamental II	n alunos:	Alunos residentes:	
De outros locais (quantos):			
Destino opção:	n alunos:	Transporte:	
Merenda(dias;%mes):	Prof:		
TOTAL 1 a 8 série:			
Médio:	n alunos:	Alunos residentes:	
De outros locais (quantos):			
Destino opção:	n alunos:	Transporte:	
Merenda(dias;%mes):	Prof:		
EJA	n alunos:	Alunos residentes:	
De outros locais (quantos):			
Destino opção:	n alunos:	Transporte:	
Merenda(dias;%mes):	Prof:		
Transporte escolar:	De:	Para:	
Disciplina indígena	Faculdade		
SAÚDE			
Agente de Saúde:		Outro profissional:	
Posto Saúde:	residentes:	De:	n/mês:
Destino opção:	n/mês:	Transporte:	
Acidente vai para:		Transporte:	
Hospital	residentes:	De:	n/mês:
Destino opção:	n/mês:	Transporte:	
Abaré:	Frequência:	Vacinação:	
Doenças:			
Demanda/prioridade(s):			

A.3 - Planilha Uso da Terra & Atividades Econômicas

LOCAL		DATA	
Informante/Cargo (idade)		endereço	
Principal Atividade que gera renda\$:			
Quantidade:		Vende para:	
Turismo:	Qto:	Mercado:	
látex:	Qto:	Mercado:	
artesanato:	Qto:	Mercado:	
madeira:	Qto:	Mercado:	
Mineração:	Qto:	Mercado:	
Pesca:	Qto:	Mercado:	
Caça:	Qto:	Mercado:	
Castanha:	Qto:	Mercado:	
açai:	Qto:	Mercado:	
arroz:	Qto:	Mercado:	
Frutas:	Qto:	Mercado:	
Farinha:	Qto:	Mercado:	
outros?	Qto:	Mercado:	
roça:	tipo:	Qto:	roça merc:
ha/fam:		lote médio(ha)	
Desfloresta lote (%)		rotação:	
Regularizacão fundiária:			
Pecuária (tipo):		Gado mercado:	Preço:
Méd Cabeças/fam:		qto vende	
Compra de Mantimento:		Vende para:	
Preço óleo:		Preço arroz:	
Dependência:		Depend Tipo:	
Localidades que dependem desta:			
Demanda/prioridade(s):			

A.4 - Uso de serviços ecossistêmicos: produtos de origem animal e vegetal (PEVA)

Quais os recursos naturais que utilizam?								
Floresta	Rel.Consumo (A, M, B)	Rel.Renda (A, M, B)	Var. sazonal (s/n)	Meses exploração (N)	Var. ao longo dos anos (s,n)	Causa	Manejo (s/n/qual)	Trabalhadores (n)
Frutos								
Caça								
Castanha-do-Pará								
Açaí								
Borracha								
Madeira (espécies)								
Plantas medicinais (quais)								
Artesanato (o que usam)								
PESCA								
Acordo de pesca (s/n/qual)	Modalidade (artesanal ou		Gelo		Compra?		De quem?	
Materiais utilizados (puça,								
Produção agropecuária								
Vegetal	Relevância consumo (A, M, B)	Relevância renda (A, M, B)	Variação sazonal (s/n)	Quantos Meses de exploração	Variação ao longo dos anos (s,n)	Causa	Manejo (s/n/qual)	Trabalhadores (n)
Animal								
Psicultura (espécies)								
Se não produzem, por que?								
Apicultura (espécies)								
Se não produzem, por que?								
Insumos (adubos, defensivos, ração)	Qtidade	Valor (RS)	Por que utilizam?					
Recebem assistência técnica (agrônomo, veterinário, técnico agrícola) (s/n/qual?)								
Sistemas agroflorestais (listar espécies)								
Espécies								

A.5 - Questionário sobre o bem-estar comunitário

QUESTIONÁRIO SOBRE O BEM-ESTAR COMUNITÁRIO

- 1) **Procedência:** () nativos () outras comunidades/municípios – Quais?
- 2) **Segurança:**
- a) Quais os tipos de crimes/violências mais comuns?**
() não tem () Furtos () homicídios () brigas () violência contra a mulher () violência contra crianças () roubos () uso de álcool () uso de drogas () tráfico de drogas - Quais?
- b) Os moradores se sentem seguros na comunidade?**
() sim () não – Por quê?
- c) Tem policiais na comunidade?** Quantos? É suficiente?
- d) Ocorre prostituição? Qual a causa?**
- 3) **Uso do tempo:**
- a) Além do trabalho, há tempo para outras atividades?**
() futebol () vôlei () música () artesanato () outras, quais?
- b) Quantas vezes por semana realizam tais atividades?**
() todos os dias () só nos finais de semana () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () outra periodicidade – qual?
- 4) **Vitalidade comunitária**
- a) Os moradores participam das tomadas de decisão da comunidade?**
() todos () poucos – quantos porcentos (%)? () não – por quê?
- b) Quando alguém fica doente, o chefe da família recebe algum tipo de ajuda? Qual? Quem ajuda?**
() família () associação () igreja () vizinhos
- c) Ocorrem mutirões comunitários para executar tarefas na comunidade?**
() sim () não – Por quê?
- d) Quais são as festividades mais importantes?**
- e) Qual a frequência de festividades na comunidade?**
- f) Mães solteiras? Quantas?**
- 5) **Diversidade cultural**
- a) Quais são as atividades desenvolvidas pelos homens?**
- b) Quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres?**
- 6) **Padrão de vida:**
- a) A renda salarial (salários mínimos – SM) dos comunitários varia de:**
() menor que 1 SM () um SM () entre 1 e 2 SM () entre 2 e 3 () acima de 3 SM
- a) A renda dos moradores mudou nos últimos anos? Por quê?**
- b) A renda das pessoas satisfaz as necessidades básicas (roupa, moradia, alimentação)? Por quê?**
- c) A habitação é própria? Quantos %? Foram construídas com subsídios governamentais? Quais?**
- 7) **Governança**
- a) Existem candidatos ou representantes políticos da comunidade? Qual o cargo?**
- b) Quais são as fontes de informação política na comunidade?**
() rádio () televisão () jornal/folhetos () internet () diálogos () outros – qual?

ANEXO B - Sumário das Comunidades

Os sumários a seguir apresentam as principais características de cada comunidade.

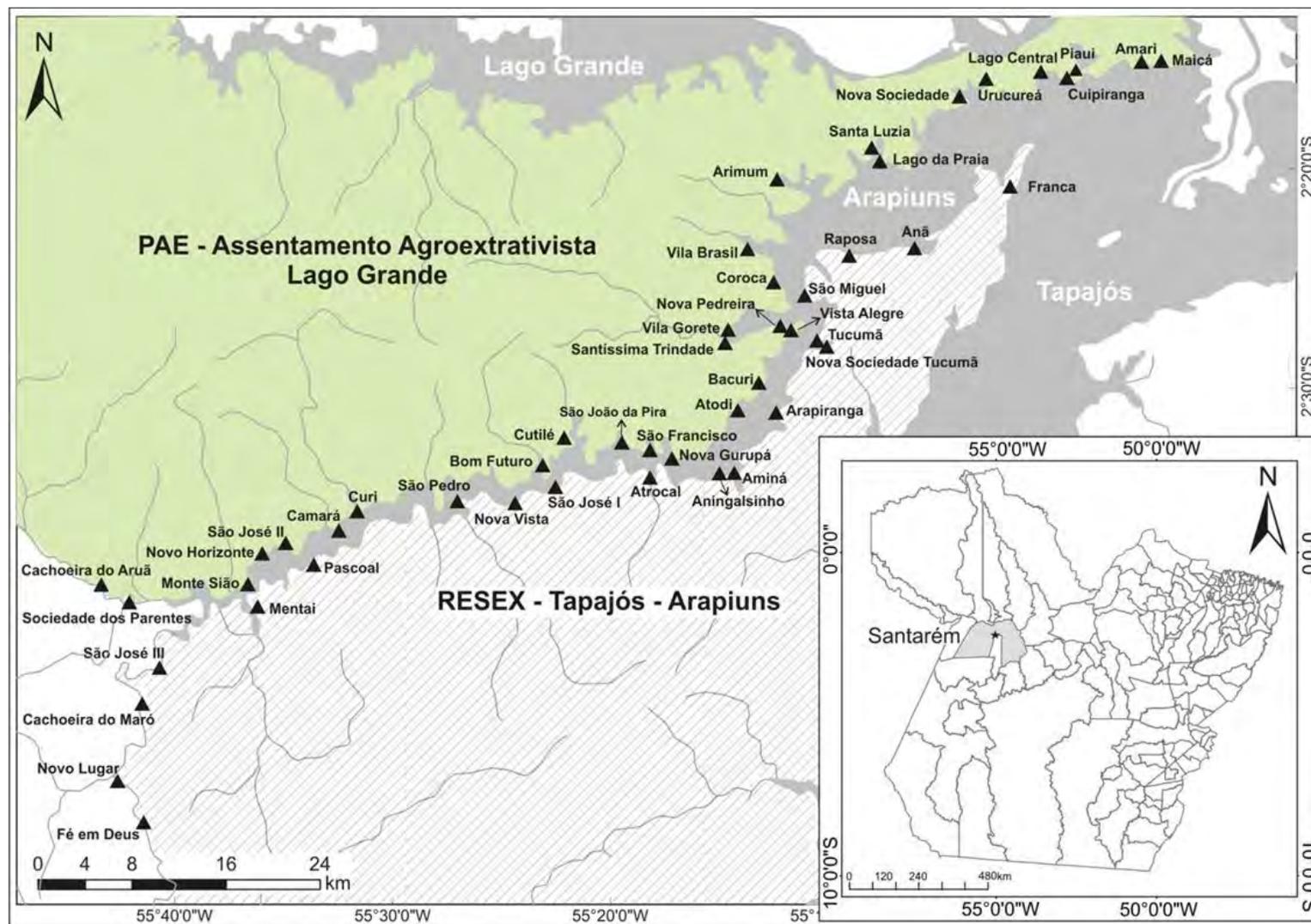
ID*	Núcleo Populacional	Unidade	Rio	Tipo	Pág.
1	Vila Franca	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	53
2	Vila Anã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	54
3	Raposa	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	55
4	Cachoeira do Maró	TI do Maró	Maró	Aldeia	56
5	Fé em Deus	Gleba Nova Olinda	Maró	Comunidade	57
6	Novo Lugar	TI do Maró	Maró	Aldeia	58
7	São José III	TI do Maró	Maró	Comunidade	59
8	Cachoeira do Aruã	PAE Lago Grande	Aruã	Comunidade	60
9	Monte Sião	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	61
10	Sociedade dos Parentes	Gleba Nova Olinda	Aruã	Comunidade	62
11	Mentai	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	63
12	Pascoal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	64
13	Camará	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	65
14	São Pedro	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	66
15	São José II	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	67
16	Novo Horizonte	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	68
17	Curi	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	69
19	Nova Vista	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	70
20	Bom Futuro	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	71
21	São Francisco	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	72
22	Nova Gurupá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	73
23	São José I	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	74
24	Cutilé	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	75
25	São João da Pira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	76
26	Atrocal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	77
27	Aminá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	78
28	Atodi	Resex Tapajós Arapiunis	Arapiuns	Comunidade	79
29	Bacuri	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	80
30	Aningalsinho	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	81
31	Arapiranga	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	82
32	Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	83
33	Nova Sociedade do Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	84
34	Nova Pedreira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	85
35	Vista Alegre	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	86
36	Vila São Miguel	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	87
37	Vila Gorete	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	88
38	Santíssima Trindade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	89
39	Coroca	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	90
40	Arimum	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	91
41	Lagoa da Praia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	92
42	Vila Brasil	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	93
43	Santa Luzia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	94
44	Urucureá	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade	95
45	Vila Piauí	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia	96
46	Lago Central	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	97
47	Maicá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	98
48	Nova Sociedade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	99
49	Cuipiranga	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	100
50	Amari	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade	101



As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

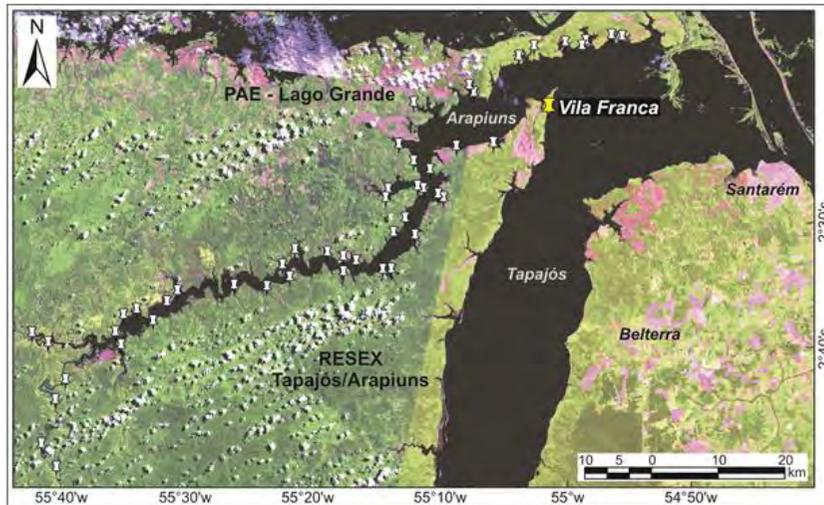


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila Franca



Há 360 anos, com a chegada dos jesuítas, das duas tribos Arapyum e Cumaru surgiu a Vila Franca.

Atualmente, com cerca de 368 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A vila é articulada e se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ASCOVIFRAN), a TAPAJOARA, Associação dos Produtores rurais, cooperativas, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde e um agente comunitário de saúde, requisita-se um enfermeiro para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na Vila Franca há também o ensino modular indígena Arapyum.

Para melhorar a educação, a prioridade é regularizar o abastecimento da merenda escolar.

Na vila, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de apenas um telefone público, há cobertura de celular para todas as operadoras.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Desenvolvimento de novas atividades que possam gerar renda fixa, como turismo ;
- Obras para conter a erosão do Rio Tapajós;
- Restauração de sua Igreja.

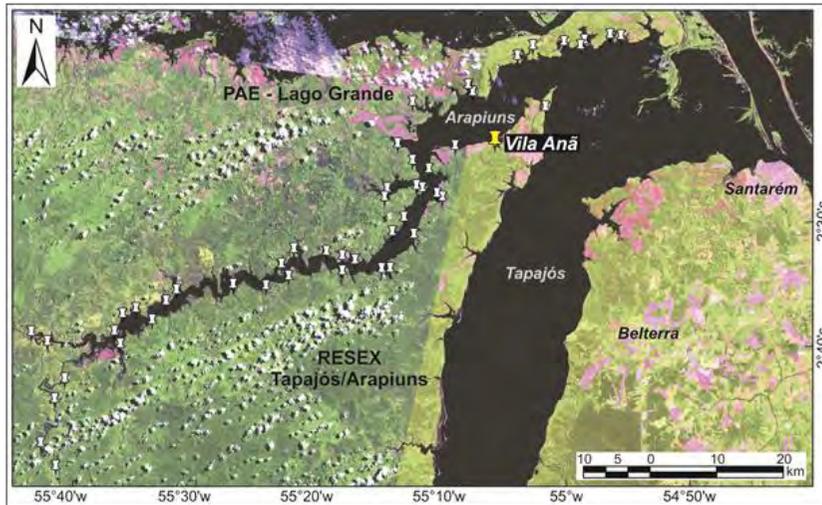


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila Anã



Há 106 anos, a partir dos portugueses, negros e índios, surgiu a Vila Anã.

Atualmente, com cerca de 348 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca e a piscicultura.



A vila é articulada e se organiza em entidades como a Associação de Produtores Rurais (APROANÃ), Associação Agroextrativista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MUSA, Z-20, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde e um auxiliar de enfermagem, requisita-se uma farmácia básica e enfermeiro para melhorar a assistência à saúde na comunidade.



Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na Vila Anã há também o ensino para idosos (MOVA).

Para melhorar a educação, as prioridades são regularizar o abastecimento da merenda escolar e construir sala de vídeo e biblioteca na escola.

Na vila, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de apenas um telefone público, há cobertura de celular para uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

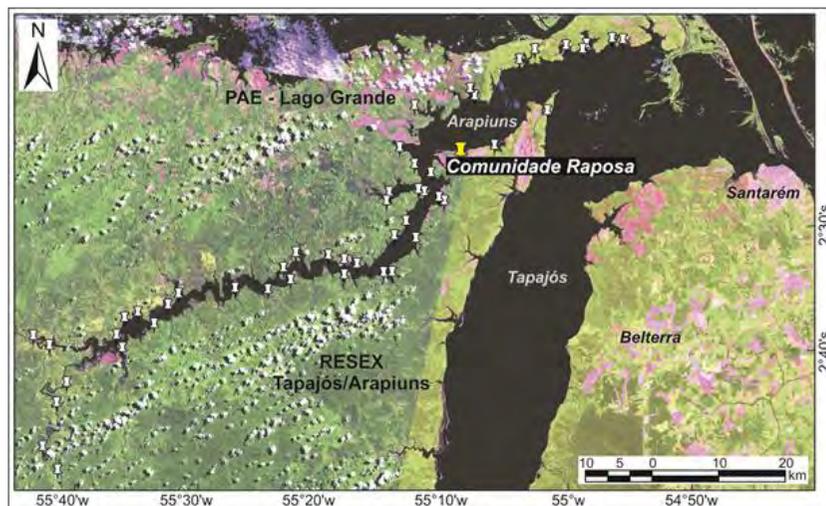
- Energia;
- Saúde;
- Educação;
- Saneamento básico;
- Geração de renda.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Raposa



Há 300 anos se estabeleceu a primeira família no local, que tornou-se Comunidade Raposa há 40 anos.

Atualmente, com cerca de 50 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza através da Associação dos Filhos e Descendentes da Comunidade Raposa.



Devido a proximidade, os moradores buscam atendimento no posto de saúde da Vila Anã.



A comunidade não possui escola e os alunos se deslocam até Vila Anã, com transporte da prefeitura.

Na comunidade, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, a principal demanda apontada foi:

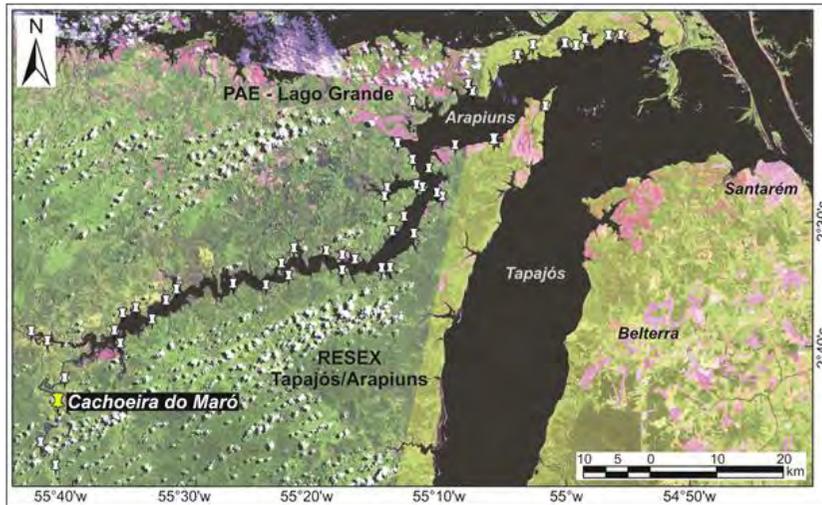
- Contenção da erosão na margem do rio Arapiuns.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Cachoeira do Maró



Há mais de 100 anos, com a fundação da igreja e a Cabanagem, surgiu a Comunidade Cachoeira do Maró.

Atualmente, com cerca de 35 famílias, a comunidade se insere na Gleba Nova Olinda e, juntamente com as comunidades São José III e Novo Lugar, reivindica a delimitação da Terra Indígena Maró. A principal atividade na comunidade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Indígena, FASE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Dispondo de um agente comunitário de saúde, que atende outras duas comunidades, e atendimento do barco Abaré, requisita-se um profissional da saúde e medicamentos para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A Comunidade Cachoeira do Maró possui Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, e projeto para implementar disciplina indígena.



Na comunidade, a água é de olho d'água, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de apenas um telefone público, há cobertura de celular para todas as operadoras.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

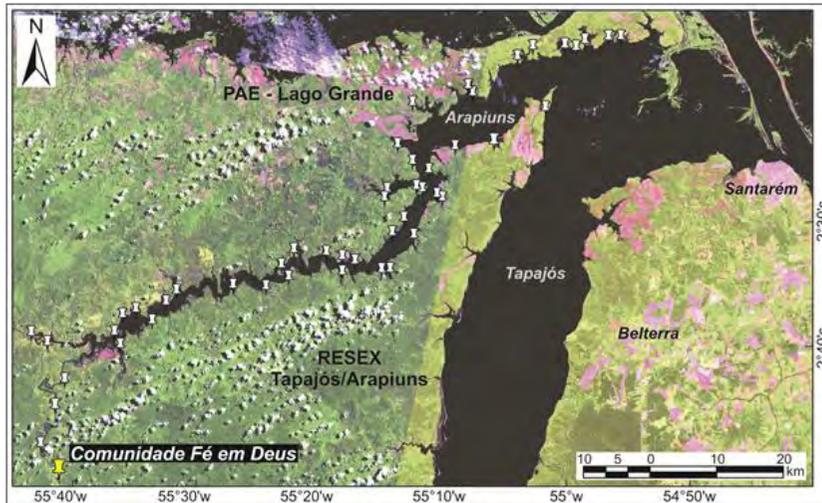
- Melhorias na escola e dispor de recursos para material escolar;
- Posto de saúde com médico e remédio;
- Microsistema de abastecimento de água.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Fé em Deus



Há 17 anos, foi fundada a Comunidade Fé em Deus.

Atualmente, com cerca de 47 famílias, a comunidade se insere na Gleba Nova Olinda e sua principal atividade é o trabalho nas madeiras e a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza através da Associação de Moradores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras entidades.



A assistência à saúde na comunidade é realizada pelo barco Abaré. As demandas na área de saúde são medicamentos, posto e profissional da saúde.

Na comunidade a escola atende os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 e 2. Para melhorar a educação, a prioridade é ampliar a estrutura da escola, com biblioteca e sala de vídeo, e oferecer o ensino médio.



Na comunidade, a água é de poço ou do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

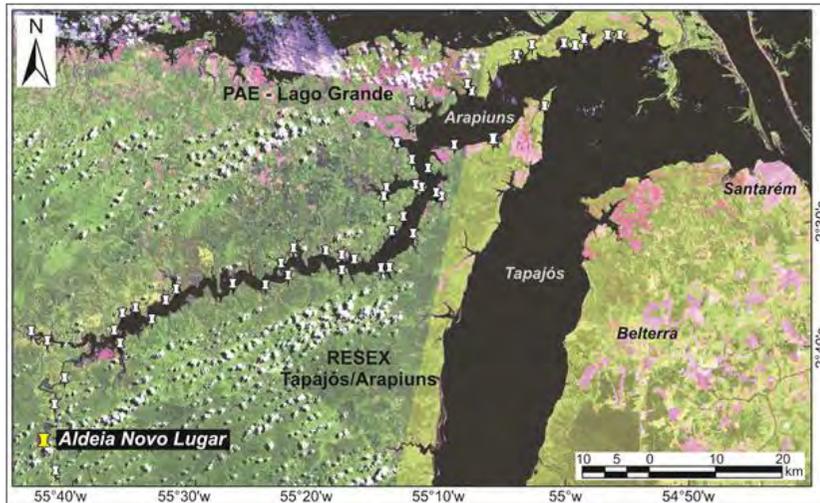
- Saúde;
- Educação;
- Energia elétrica provida pelo linhão.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Aldeia Novo Lugar



Há 30 anos, com familiares provenientes de Alter do Chão surgiu a Aldeia Novo Lugar.

Atualmente, com cerca de 170 habitantes, a aldeia, juntamente com as comunidades Cachoeira do Maró e São José III, reivindica a delimitação da Terra Indígena Maró. A principal atividade na comunidade é a produção de farinha de mandioca.



A aldeia se organiza em entidades como a Associação Indígena, Sindicato dos trabalhadores rurais, CPT, Terra de Direito, entre outras.



A aldeia conta com o agente comunitário da Comunidade Cachoeira do Maró e a melhoria na assistência à saúde é uma prioridade na aldeia.

Além do Ensino Fundamental 1, na Aldeia Novo Lugar há também o ensino indígena.

Para melhorar a educação, as prioridades são a regularização do abastecimento da merenda escolar, a distribuição de material escolar e a melhor remuneração dos professores.



Na aldeia, a água é do rio Arapiuns, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

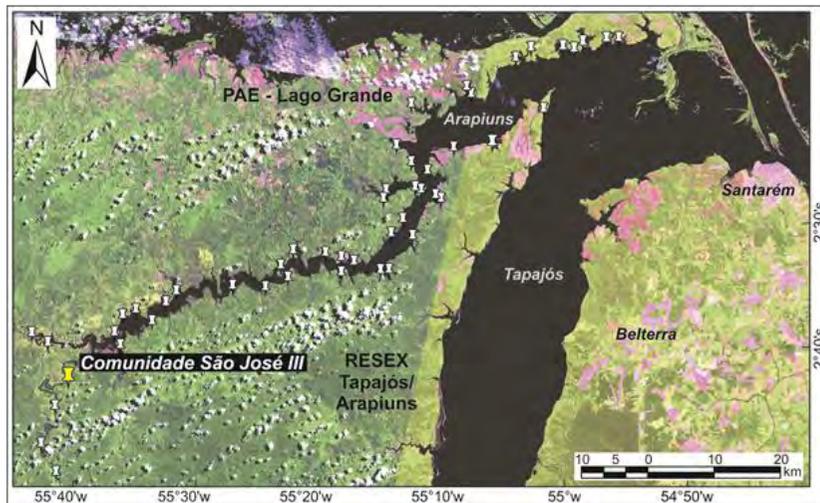
- Saúde;
- Assistência técnica agrícola;
- Melhorias na educação;
- Incentivo a atividades geradoras de renda, como piscicultura, avicultura e agricultura.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São José III



Há 23 anos, com algumas famílias surgiu a Comunidade São José III. Atualmente, com cerca de 100 habitantes, a comunidade, juntamente com as comunidades Cachoeira do Maró e Novo Lugar, reivindica a delimitação da Terra Indígena Maró. As principais atividades da comunidade são a produção de farinha de mandioca e a extração de madeira.



A comunidade se organiza através da Associação COIABI, sindicato dos trabalhadores rurais, entre outras entidades.



Contam com o agente comunitário de saúde da Comunidade Cachoeira do Maró. Para melhorar a assistência à saúde requisita-se um posto de saúde com enfermeiro e medicamentos, para a Comunidade Cachoeira do Maró.

A escola da comunidade atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e da 7ª série.

Para melhorar a educação, a prioridade é regularizar o abastecimento da merenda escolar e oferecer o ensino fundamental 2 completo.



Na comunidade, a água é do rio e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

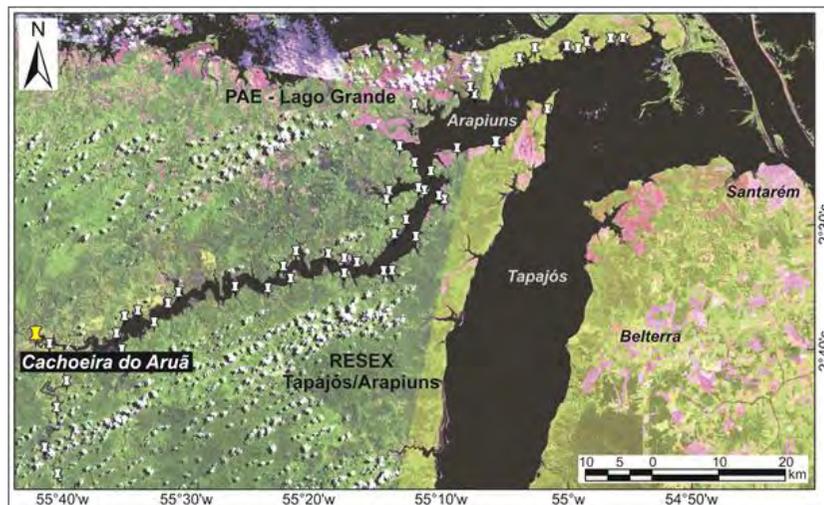
- Saúde;
- Educação;
- Assistência técnica agrícola, como para o plantio de abacaxi.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Cachoeira do Aruã



Há mais de 100 anos, com poucas famílias surgiu a Comunidade Cachoeira do Aruã.

Atualmente, com cerca de 700 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e suas principais atividades são o funcionalismo público e o emprego nas madeireiras.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (AMOPE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde e um agente comunitário de saúde, requisita-se um enfermeiro para melhorar a assistência à saúde na comunidade.



Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na Comunidade Cachoeira do Aruã há também o EJA.

Na vila, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por linhão, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de não possuir cobertura de celular, na comunidade há um telefone público e vários particulares.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Infra-estrutura;
- Assistência do poder pública na elaboração de projetos.

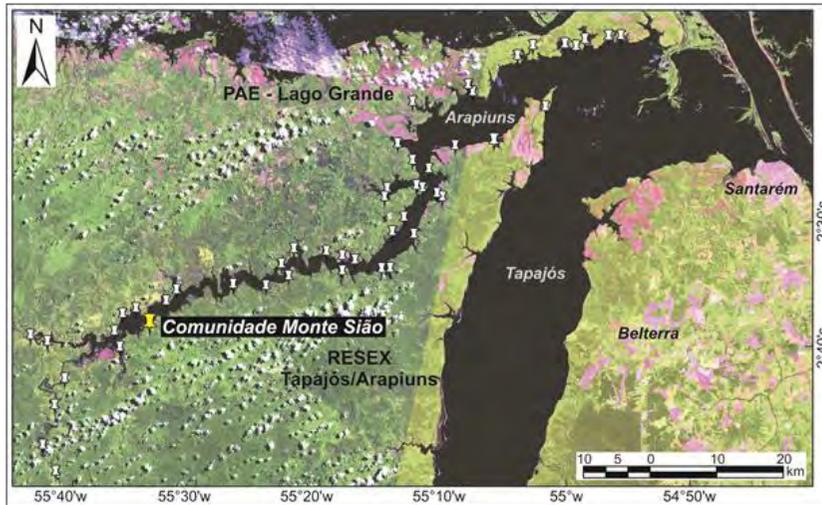


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Monte Sião



Há 65 anos surgiu a Comunidade Monte Sião.

Atualmente, com cerca de 250 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Seringueiros (ASER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



O barco Abaré atende a comunidade e requisita-se agente comunitário de saúde, medicamentos e posto de saúde para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

Na comunidade, a escola atende os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1.

Para melhorar a educação, as prioridades são aumentar o número de salas e de professores..



Na comunidade, a água é de microsistema e poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

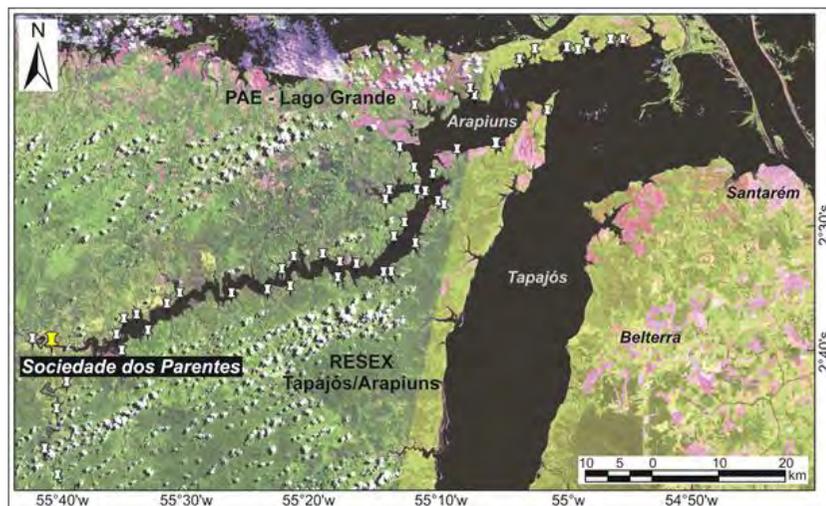
- Acesso a linhas de crédito para a produção;
- Telecentro;
- Posto de saúde;
- Implementar o Ensino Médio na escola;
- Antena de celular.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Sociedade dos Parentes



Com cerca de 10 famílias, a comunidade Sociedade dos Parentes possui como principal atividade a produção de farinha de mandioca. Devido a proximidade, a comunidade possui forte relação de dependência com a Comunidade Cachoeira do Aruã.



A comunidade possui Associação de Moradores e dois times de futebol.



A comunidade possui escola com Ensino Fundamental 1 e conta com o agente comunitário de saúde da Comunidade Cachoeira do Aruã.



Na comunidade, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Água encanada;
- Energia ininterrupta;
- Posto de saúde.

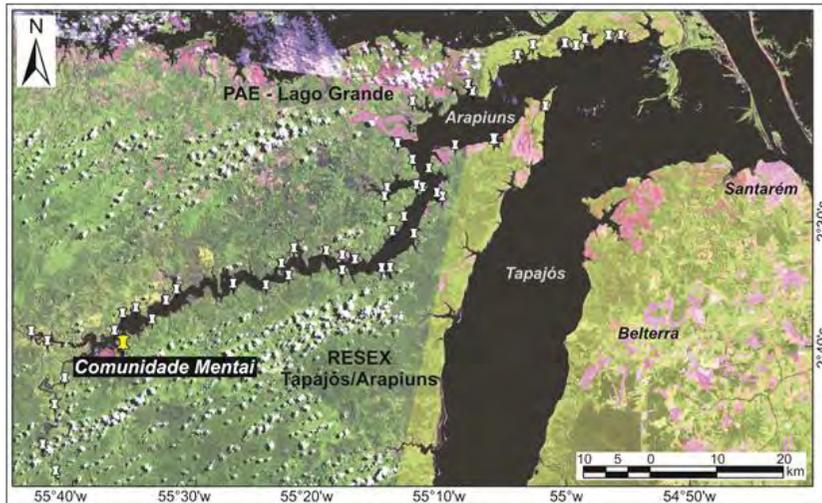


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Mentai



Há mais de 100 anos, com pequenas famílias surgiu a Comunidade Mentai.

Atualmente, com cerca de 98 famílias, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade é articulada e se organiza em entidades como a Associação de Moradores, a TAPAJOARA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde, um agente comunitário de saúde e uma técnica de enfermagem, requisita-se maior capacitação dos profissionais para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A escola da comunidade oferece Educação Infantil e o Ensino Fundamental 1 e 2, que atende também alunos de outras comunidades.

Para melhorar a educação, a prioridade é regularizar o abastecimento da merenda escolar.



Na comunidade, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de não possuir cobertura de celular, na comunidade há um telefone público e três particulares.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

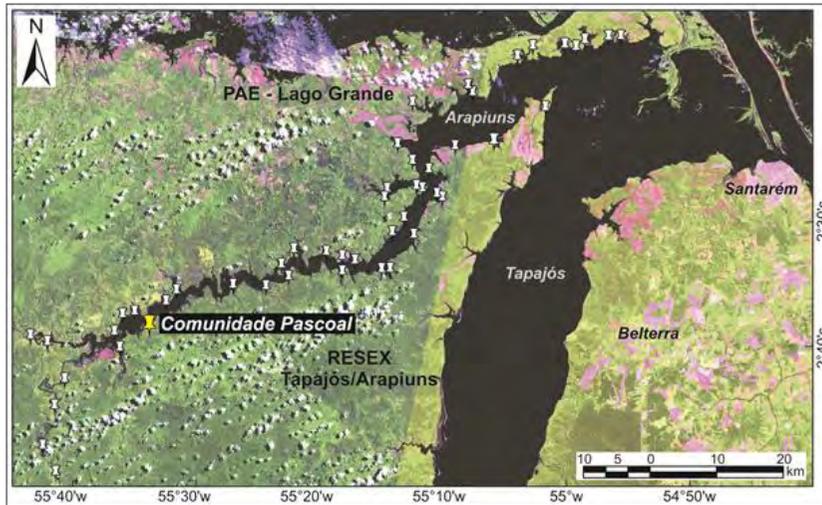
- Alimentação;
- Desenvolvimento de atividades que possam gerar renda fixa para os moradores;
- Melhoria na energia.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Pascoal



Há 24 anos, com a construção da escola e chegada de professores, foi fundada a Comunidade Pascoal.

Atualmente, com cerca de 108 habitantes, a comunidade se insere no RESEX Tapajós/Arapiuns e suas principais atividades são a produção de farinha de mandioca e madeira para artesanato e fabricação de móveis.



A comunidade é articulada e se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ACREP), Associação de Moradores, TAPAJOARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Devido a pouca assistência à saúde na comunidade, requisita-se um posto de saúde.

Na comunidade, a escola atende os alunos do Ensino Fundamental 1. Para melhorar a educação, a prioridade é a ampliação da escola, para atender mais alunos.



Na comunidade, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

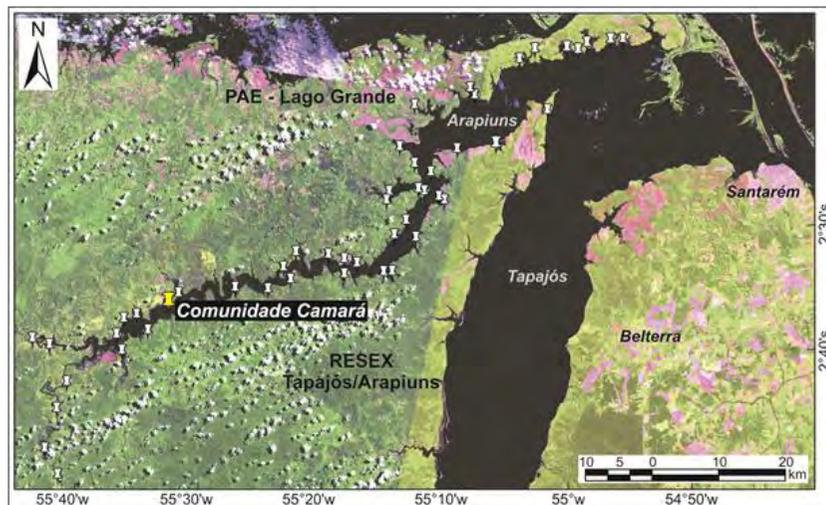
- Desenvolvimento de novas atividades que possam gerar renda;
- Posto de Saúde;
- Comunicação (telefone);
- Água.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Aldeia Camará



Há 33 anos, descendendo da Cabanagem foi fundada a Aldeia Camará.

Atualmente, com cerca de 128 habitantes, a aldeia se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A aldeia se organiza em entidades como a FEAGLE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Clubes (ABC), entre outras.



A ausência de agente comunitário de saúde e posto de saúde são as prioridades para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e EJA, a Aldeia Camará tem projeto para a implantação do ensino da língua indígena.



Na aldeia, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Energia elétrica;
- Educação;
- Telecentro;
- Microsistema de água;
- Saúde.



As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São Pedro



Há 81 anos, foi fundada a Comunidade de São Pedro.

Atualmente, com cerca de 700 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade é articulada e se organiza em entidades como a Associação de Moradores (AIRAMA), a TAPAJOARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, entre outras.



Apesar de possuir um posto de saúde, com agente comunitário, técnico de enfermagem e enfermeiro, requisita-se uma lancha para o transporte de doentes.



Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na comunidade São Pedro há também o EJA. A escola atende também alunos de duas outras comunidades.

Para melhorar a educação, a prioridade é uma lancha para transportar os professores.

Na comunidade, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Apesar de cinco telefones públicos, apenas um funciona.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Saúde, com atendimento médico mensal;
- Comunicação, com antena de celular;
- Lancha para transporte de mercadorias.

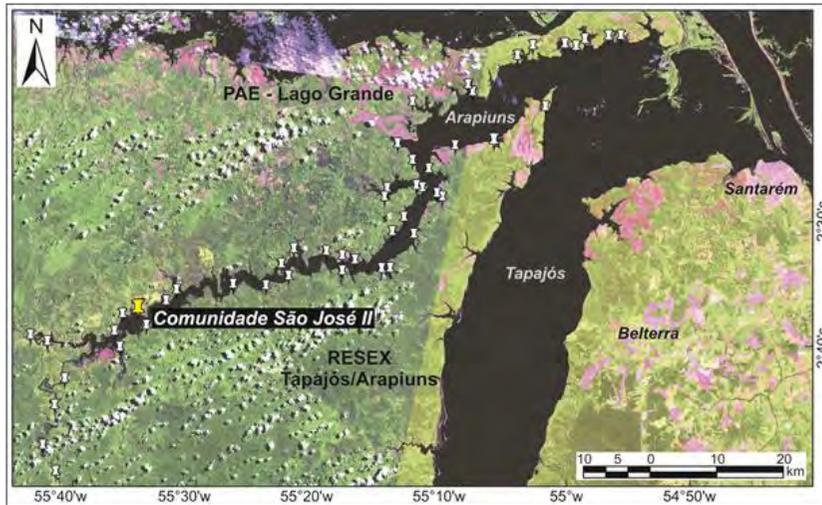


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São José II



Em 1991 foi fundada a Comunidade São José II.

Atualmente, com cerca de 90 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores e Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, FEAGLE, entre outras.



Devido a pouca assistência à saúde na comunidade, os moradores se deslocam para a Comunidade Mentai. Requistam agente de saúde e disponibilidade de medicamentos para todos os tipos de necessidade nos postos de saúde da região.

Na comunidade, a escola, que foi construída pelos moradores, atende os alunos do Ensino Fundamental 1. Para melhorar a educação, a prioridade é a qualificação dos profissionais de educação.



Na comunidade, a água é de poço e do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

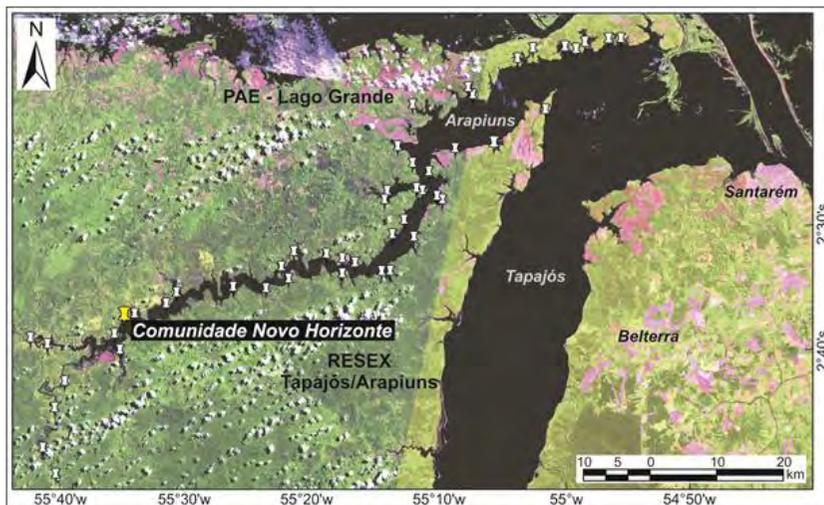
- Energia elétrica provida pelo linhão;
- Comunicação (telefone);
- Qualificação dos profissionais da saúde e educação.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Novo Horizonte



Há 12 anos, com um pequeno grupo de famílias foi fundada a Comunidade Novo Horizonte

Atualmente, com cerca de 57 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores, FEAGLE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Devido a pouca assistência à saúde na comunidade, requisita-se um agente comunitário de saúde e equipamentos para os postos de saúde das comunidades (Curi e Mentai) que prestam assistência para a Comunidade Novo Horizonte .

Na comunidade, a escola atende os alunos do Ensino Fundamental 1. Para melhorar a educação, a prioridade é a maior qualificação dos professores.



Na comunidade, a água é de igarapé, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Água;
- Posto médico;
- Comunicação (telefone).

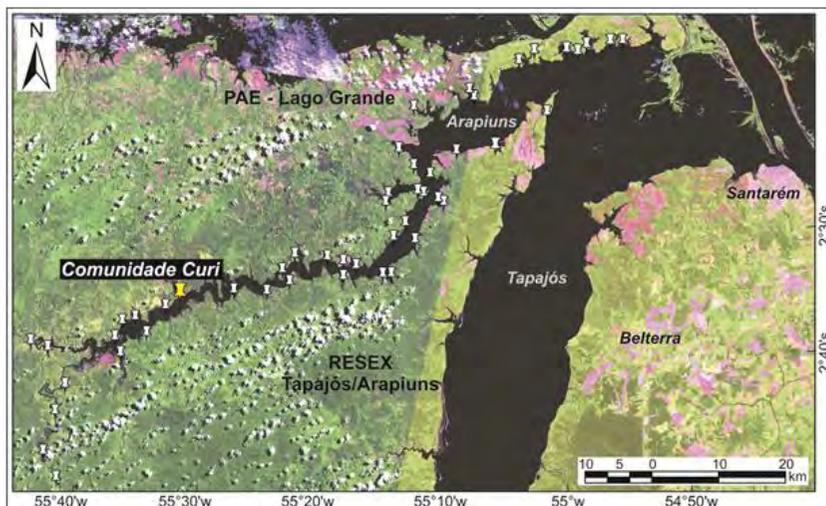


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Curi



Há 400 anos, com poucas famílias de portugueses e construção da igreja surgiu a Comunidade Curi.

Atualmente, com cerca de 700 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato, especialmente a construção de canoas, consideradas as melhor esdo Estado.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ASTRUC), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde, dois agentes comunitários de saúde e um auxiliar de enfermagem, requisita-se: equipamentos para o posto de saúde, enfermeiro, medicamentos e pacotes de materiais cirúrgicos para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A comunidade possui Ensino Fundamental 1 e 2 e EJA.

Para melhorar a educação, as prioridades são a regularização do abastecimento da merenda escolar, melhoria da infra-estrutura da escola, qualificação dos professores e recursos pedagógicos.



Na comunidade, a água é de microsistema e de igarapé, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

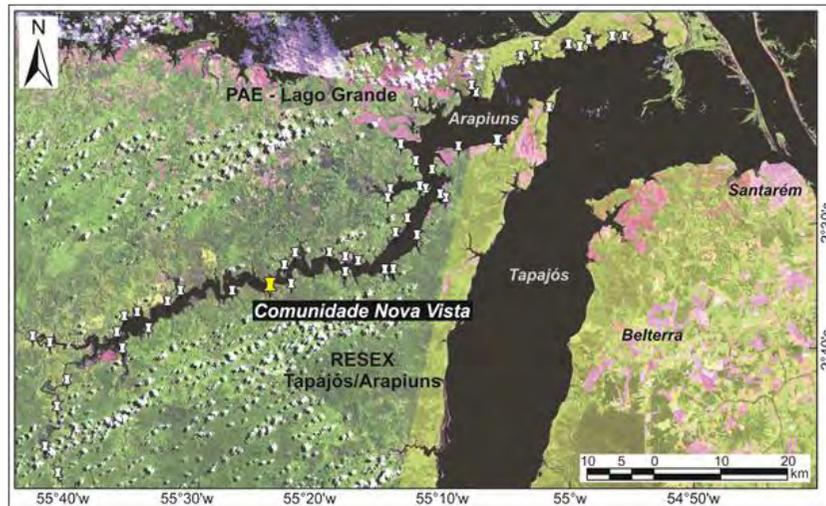
- Desenvolvimento de atividades para aumentar a renda das mulheres;
- Centro de saúde equipado para atender toda a comunidade;
- Implementação do Ensino Médio na comunidade;
- Energia elétrica.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Nova Vista



Há 74 anos, com a chegada de alguns moradores surgiu a Comunidade Nova Vista.

Atualmente, com cerca de 249 habitantes, dos quais cerca de 75% são indígenas, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Produtores e Pescadores (ASPRONIVE), Associação Indígena (COINOVA), CITA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade é atendida pelo barco Abaré e conta com um agente comunitário de saúde. Requisita-se um posto de saúde na comunidade para a melhoria da assistência à saúde



A comunidade possui escola pólo com sete anexos e, além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na comunidade é ofertado também o EJA.

Na comunidade, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de a maioria dos moradores possuírem celulares, a comunidade ainda não tem cobertura de celular.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Microsistema de água;
- Comunicação, com cobertura de celular e telefone fixo coletivo;
- Posto de Saúde.

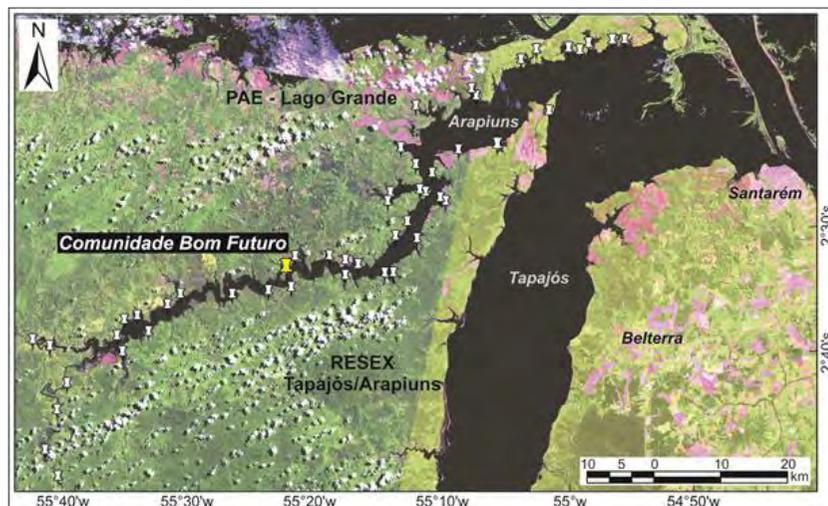


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Bom Futuro



Há 55 anos, com poucas famílias e a construção da escola surgiu a Comunidade Bom Futuro.

Atualmente, com cerca de 180 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (AMPRAEB), a FEAGLE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Possuem um agente comunitário de saúde e são atendidos pelo barco Abaré. Para melhorar a assistência à saúde na comunidade, requisita-se um posto de saúde.

A escola da comunidade possui Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e EJA e atende alunos de outras comunidades.



Na comunidade, a água é de micro sistema e do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

Apesar de apenas um telefone público, há cobertura de celular para todas as operadoras.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

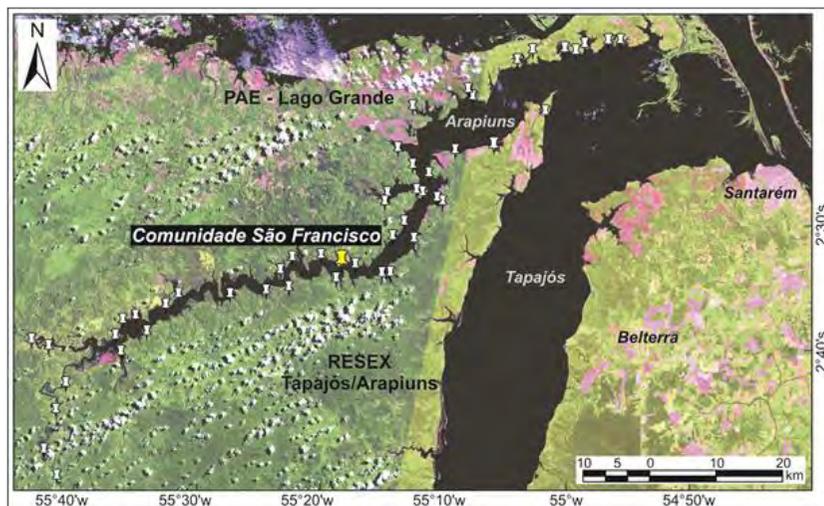
- Comunicação (telefone fixo coletivo, celular e internet);
- Saúde, com a implantação de um posto de saúde.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São Francisco



Há 55 anos foi fundada a Comunidade São Francisco, porém desde 1914 há moradores na comunidade.

Atualmente, com cerca de 150 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores e Produtores Rurais (AMPRACOSF), FEAGLE, Sindicato de Trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade conta com o agente comunitário de saúde da Comunidade Atrocal e requisita-se um posto de saúde na comunidade, com profissionais qualificados e bem equipado, para melhorar a assistência à saúde.

A escola da comunidade possui Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio e atende alunos de outras comunidades.



Na comunidade, a água é de micro sistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Possui um telefone público, um fixo e cobertura de celular por uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

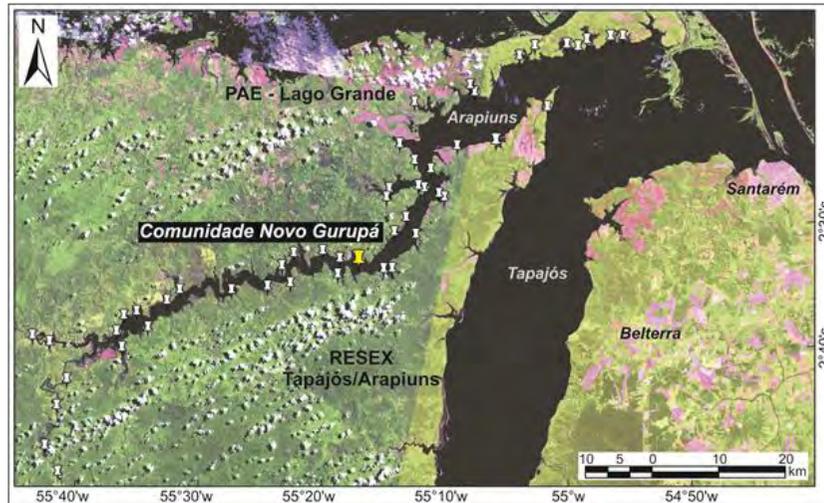
- Posto de saúde e medicamentos;
- Energia;
- Melhorar a estrutura escolar.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Nova Gurupá



Há mais de 50 anos, com a chegada de familiares dos atuais moradores surgiu a Comunidade Nova Gurupá.

Atualmente, com cerca de 70 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Extrativistas de Gurupá (ACOMPONGUE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade possui um agente comunitário de saúde e utiliza o posto de saúde da comunidade São Pedro.

A escola da comunidade atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e 2 e EJA.



Na comunidade, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Há telefone público e cobertura de celular para uma operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, a principal demanda apontada foi:

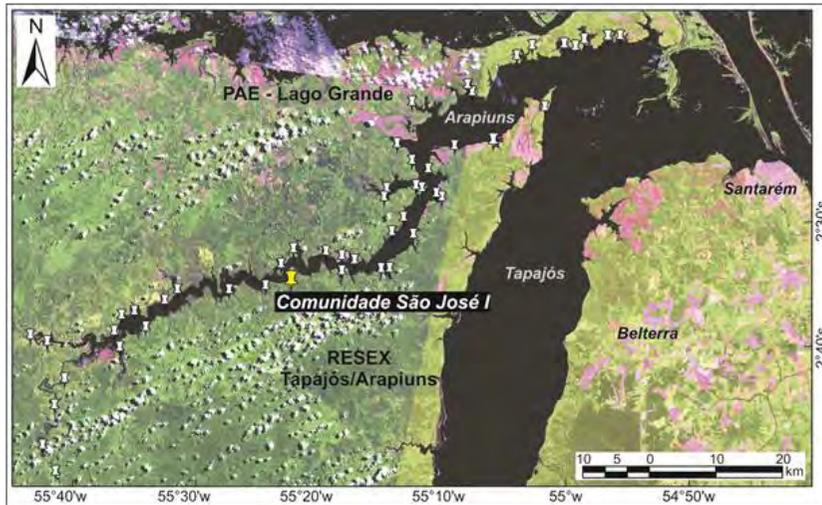
- Microsistema para abastecimento de água.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São José I



Há 15 anos foi fundada a Comunidade São José I, cuja origem está associada a descendentes de portugueses.

Atualmente, com cerca de 86 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ACOSJOS1), a TAPAJOARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade conta com o agente comunitário da comunidade Bom Futuro e são atendidos pelo posto de saúde da Comunidade São Pedro.



Na comunidade a escola atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e EJA.

Na comunidade, a água é de micro-sistema, poço e rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. A comunidade tem projetos para criação de peixes, para a geração de renda, e de energia (para atender toda a comunidade).



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

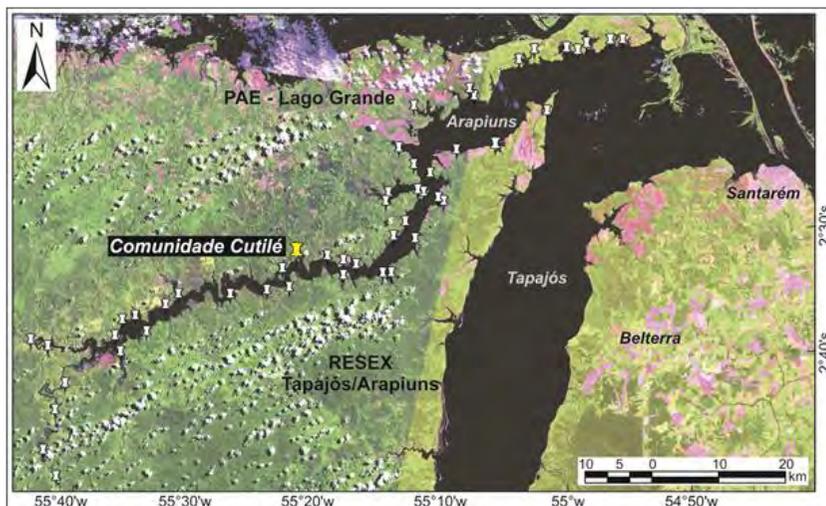
- Escola e educação de qualidade;
- Melhor atendimento na saúde;
- Apoio de entidades governamentais e não governamental para estruturação de projetos na comunidade.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Cutilé



Há 28 anos, com a construção da escola foi fundada a Comunidade Cutilé.

Atualmente, com cerca de 80 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza através da Coordenação da Comunidade, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras entidades.



A comunidade conta com o agente comunitário da Comunidade Bom Futuro e são atendidos pelo posto de saúde da Comunidade São Pedro. Maior independência na saúde é a principal prioridade.

A escola da comunidade atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e EJA. Para melhorar a educação, a prioridade é melhorar a estrutura da escola.



Na comunidade, a água é do rio e de um poço, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. A cobertura de celular é para uma única operadora



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

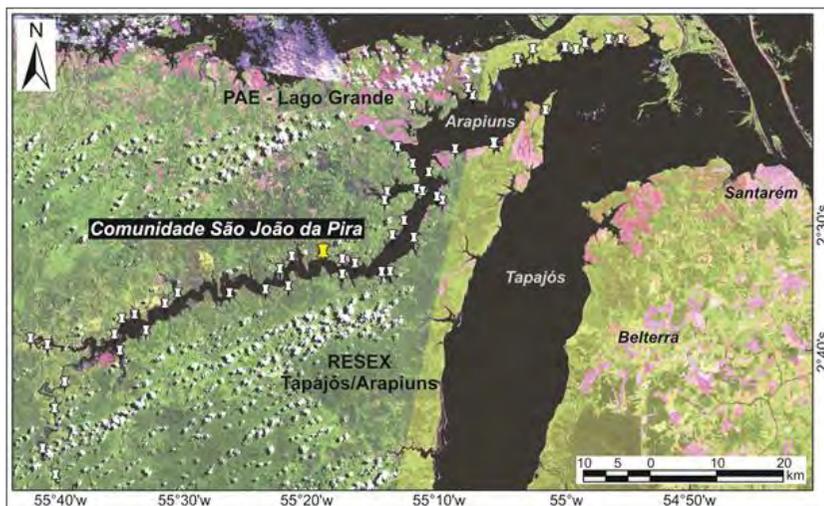
- Escola melhor;
- Comunicação mais efetiva;
- Saúde mais independente.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade São João da Pira



Há 10 anos, com escola e barracão a diocese de Santarém fundou a Comunidade São João da Pira.

Atualmente, com cerca de 12 famílias, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca. Devido a presença de algumas famílias indígenas, em 2006 a comunidade foi reconhecida como área indígena.



A comunidade é articulada e se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ASCOVIFRAN), a TAPAJOARA, Associação dos Produtores rurais, cooperativas, entre outras.



A comunidade conta com o agente comunitário da Comunidade Atrocal e utiliza o posto de saúde das comunidades São Pedro e São Miguel. Para melhorar a assistência à saúde na comunidade, requisita-se um posto de saúde mais próximo e o atendimento pelo barco Abaré.

A escola da comunidade atende os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e EJA. Para melhorar a educação, a prioridade é uma escola mais estruturada.



Na comunidade, a água é de poço e de rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Não possui telefone público, mas há cobertura de celular para uma operadora e todos na comunidade possuem telefone celular.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Educação;
- Água de qualidade para todos;
- Melhoria na saúde.

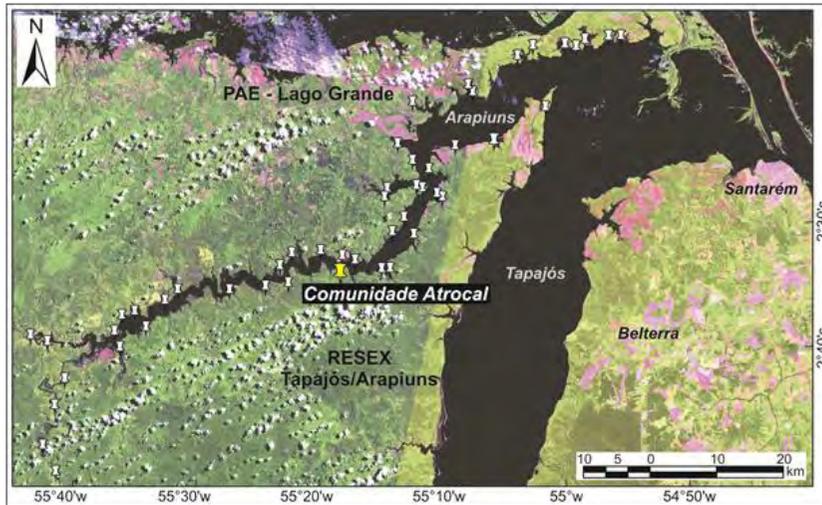


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Atrocal



Há 10 anos, com a associação de moradores foi fundada a Comunidade Atrocal.

Atualmente, com cerca de 47 famílias, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores e Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Criança, entre outras.



A comunidade possui um agente comunitário local. Para melhorar a assistência a saúde requisita-se um posto de saúde mais equipado e mais próximo da comunidade, com medicamentos e profissionais qualificados.

A Comunidade Atrocal possui Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e EJA.



Na comunidade, a água é de poço e de rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Melhorias na saúde;
- Água encanada;
- Energia para as casas.

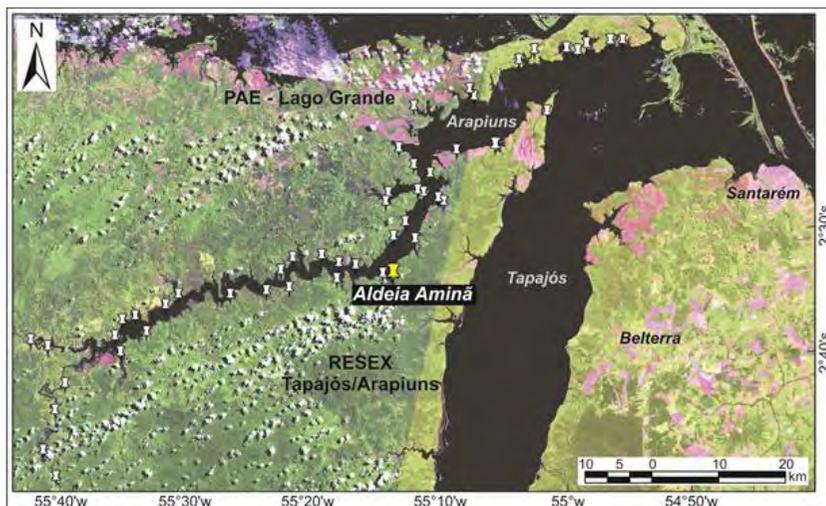


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Aldeia Aminá



Há aproximadamente 70 anos, com a chegada de familiares dos atuais moradores surgiu a Aldeia Aminá.

Atualmente, com cerca de 380 habitantes, a aldeia se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e está em processo de demarcação de suas terras. A principal atividade da aldeia é a produção de farinha de mandioca.



A aldeia se organiza em entidades como a Associação das Culturas Indígenas do Aminá (ASCUIAM), CITA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Possuem um agente comunitário de saúde e são atendidos pelo barco Abaré. Para melhorar a assistência à saúde, requisita-se um posto de saúde mais próximo ou na própria aldeia.



Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na Aldeia Aminá há também o ensino de jovens e adultos (EJA).

Para melhorar a educação, a prioridade é melhorar a estrutura da escola, com melhores instalações e salas de aula

Na aldeia, a água é de micro sistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Há telefone público e cobertura de celular para uma operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Educação;
- Alojamento para os professores.

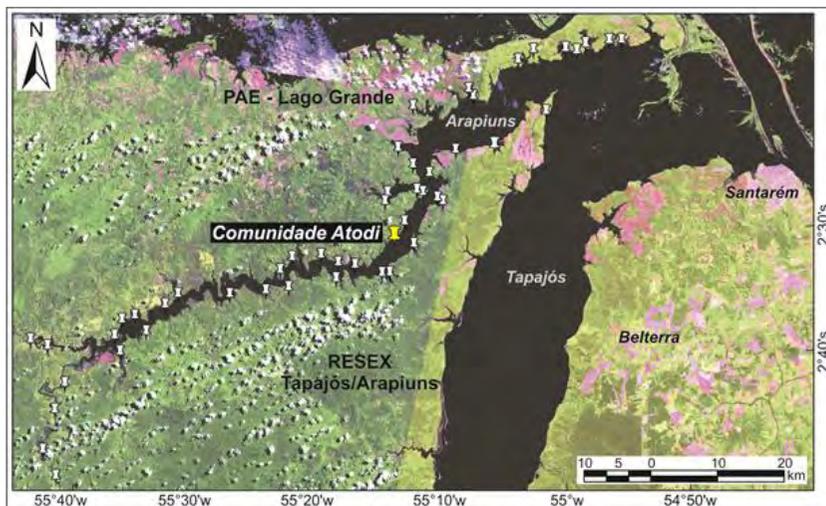


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Atodi



Há mais de 50 anos, com algumas famílias surgiu a Comunidade Atodi.

Atualmente, com cerca de 226 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade é articulada se organiza em entidades como a Associação de Produtores e Pescadores, Z-20, Pastoral da Criança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, entre outras.



Possuem um agente comunitário de saúde residente na comunidade e são atendidos pelo barco Abaré. Para atendimento em posto de saúde se deslocam até à Comunidade São Miguel.

A comunidade possui Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino para Jovens e Adultos. Para melhorar a educação, a prioridade é implementar o Ensino Médio na comunidade.



Na comunidade, a água é de microsistema e de rio, a energia elétrica provida por gerador e o lixo é separado e o orgânico é utilizado na geração de adubo, através da compostagem.

A comunidade possui dois celulares comunitários, redário e cozinha comunitária para atender projeto de turismo.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Transporte;
- Assistência técnica;
- Energia elétrica;
- Radio comunitária para melhorar a comunicação.

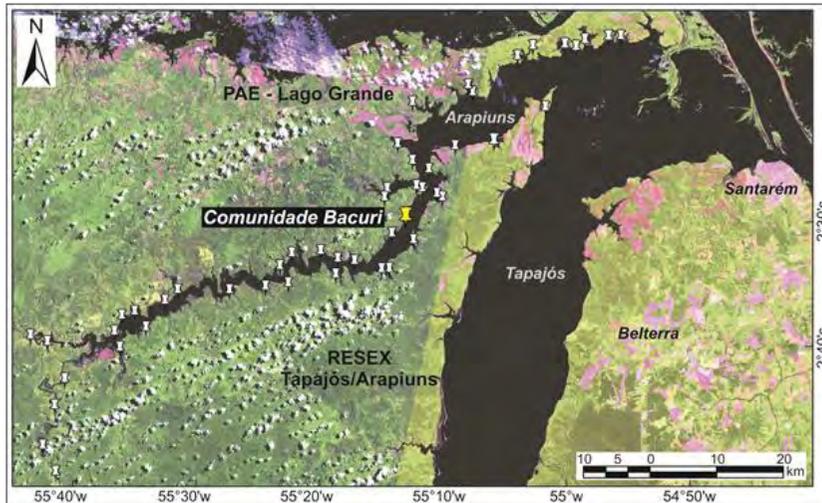


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Bacuri



Há 55 anos, com quatro famílias surgiu a Comunidade Bacuri. Atualmente, com cerca de 110 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (AMPRAB), FEAGLE, Pastoral da Criança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



A assistência à saúde na comunidade é realizada pelo barco Abaré e as prioridades são agente comunitário e posto de saúde na comunidade.

A escola da comunidade atende apenas os alunos do Ensino Fundamental 1. As prioridades para melhorar a educação são a implantação da Educação infantil e EJA e a melhoria na estrutura da escola.



Na comunidade, a água é de poço artesiano e de rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Possui acesso por estrada para a Vila Gorete.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

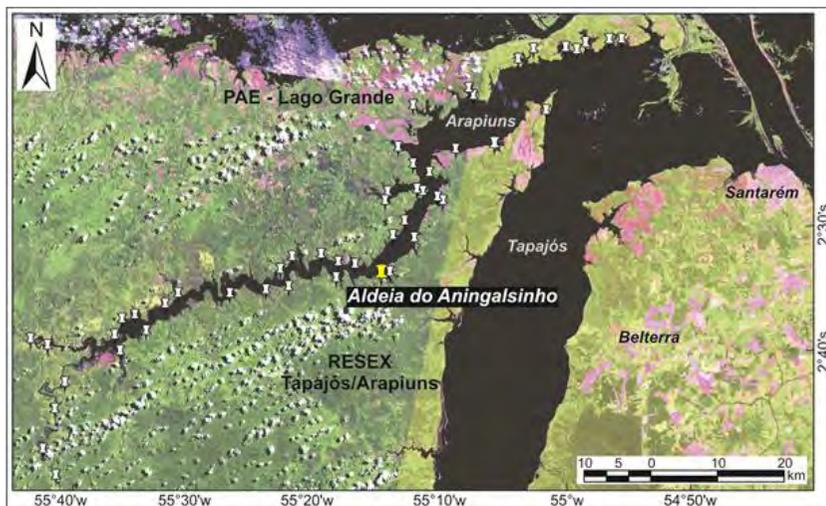
- Comércio;
- Posto de saúde;
- Melhorias na educação.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Aldeia do Aningalsinho



Há mais de 60 anos surgiu a Aldeia do Aningalsinho.

Atualmente, com cerca de 104 habitantes, a Aldeia se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A aldeia se organiza em entidades como a Associação de Produtores Agroextrativistas (ASPROAEXA), a TAPAJOARA, entre outras.



Contam com o agente comunitário de saúde, da Aldeia Aminã, e enfermeira, para a vacinação das crianças. Para melhorar a assistência à saúde, requisita-se visitas mais frequentes do barco Abaré e maiores recursos de saúde dentro as aldeias.



Na aldeia, a escola atende os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental 1 e 2. Há projeto para a implementação do ensino de disciplina indígena.

Para melhorar a educação, as prioridades são ampliar a escola, com mais salas de aula, recursos para material didático e equipamentos de informática.

Na aldeia, a água é de micro sistema e igarapé, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

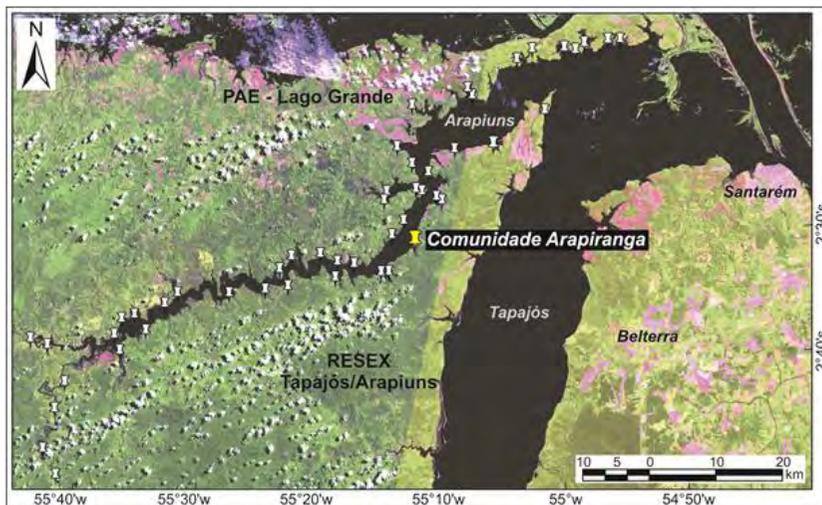
- Educação, com Ensino Médio;
- Saúde;
- Demarcação da terra indígena.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Arapiranga



Há 28 anos, devido a necessidade de uma escola foi fundada a Comunidade Arapiranga.

Atualmente, com cerca de 135 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a agricultura, através da produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Crianças, entre outras.



Contam com o agente comunitário da Comunidade Pedreira e utilizam o posto de saúde da Comunidade São Miguel. Para melhorar a assistência à saúde, requisita-se um agente comunitário residente na comunidade e mais médicos no barco Abaré.

Na comunidade, a escola atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e EJA. Para melhorar a educação, as prioridades são regularizar o abastecimento da merenda escolar e a implantação da Educação Infantil.



Na comunidade, a água é de poço, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Microsistema de água;
- Profissionais de saúde;
- Energia: rede de distribuição comunitária.

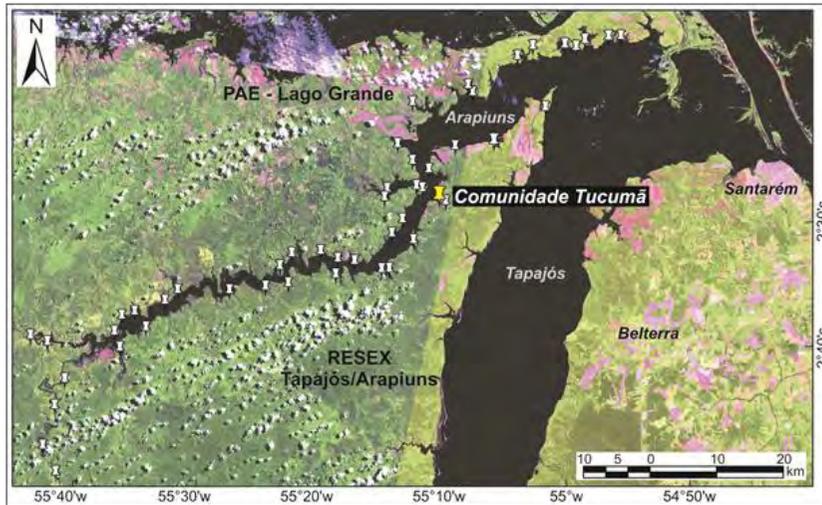


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Tucumã



Há 65 anos, a partir da cooperativa produtora e com algumas famílias surgiu a Comunidade Tucumã.

Atualmente, com cerca de 277 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e suas principais atividades são a produção de farinha de mandioca e o artesanato da palha de tucumã.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Produtores Rurais (AMPRAT), a TAPAJOARA, Sindicato dos trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade conta com um agente comunitário de saúde e recebe atendimento do barco Abaré. Para melhorar à assistência a saúde na comunidade requisita-se um posto de saúde e material para prevenção dentária das crianças.

A escola da comunidade atende os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, EJA e MOVA, direcionado para idosos.



Para melhorar a educação, as prioridades são implementar o Ensino Médio, cercar o entorno da escola, transporte dos alunos no período de seca e aumentar o número de salas de aula.

Na comunidade, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado numa área comunitária. A comunidade possui iluminação pública, um telefone público e cobertura de celular para uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

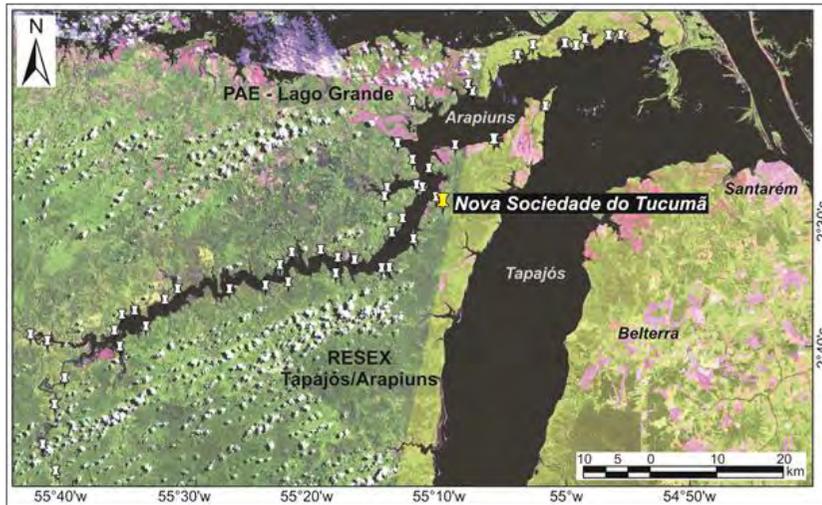
- Posto de Saúde com atendimento adequado;
- Ganho para os jovens – Ensino Médio local e trabalho;
- Acesso ao mercado para a venda do artesanato e farinha com preços melhores.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Nova Sociedade do Tucumã



Há 23 anos, alguns moradores que participavam da comunidade Tucumã fundaram a Comunidade Nova Sociedade do Tucumã.

Atualmente, com cerca de 300 habitantes, a comunidade se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação dos Moradores (ACOMPAGRO), a TAPAJOARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Contam com o agente comunitário de saúde da Comunidade Tucumã e são atendidos pelo barco Abaré. Para melhorar a assistência à saúde, requisita-se mais profissionais, como um enfermeiro, e posto de saúde.

A comunidade possui Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e EJA.

Para melhorar a educação, as prioridades são a ampliação da estrutura da escola para aumento no número de salas de aula e material didático.



Na comunidade, a água é de microssistema e de rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante numa área comunitária.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

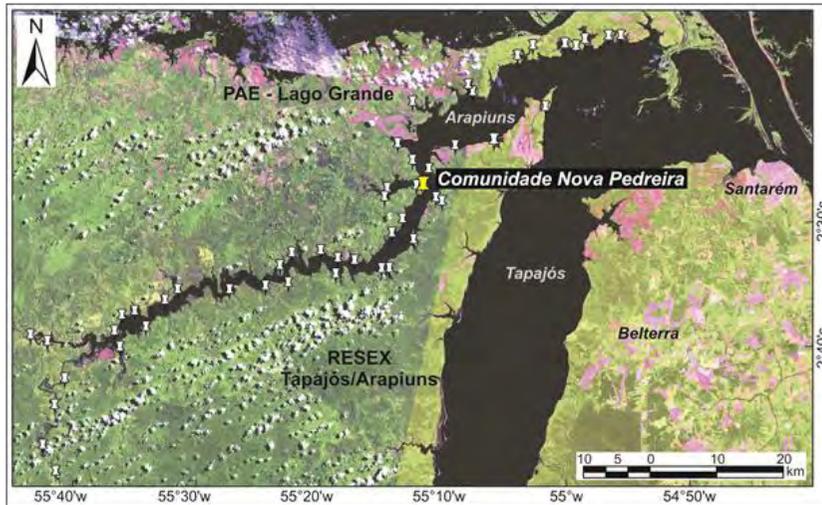
- Saúde;
- Energia – gerador comunitário para manter a escola e o microssistema;
- Educação, com ampliação da escola.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Nova Pedreira



Há 10 anos, a partir de um grupo de oração da Comunidade São Miguel foi fundada a Comunidade Nova Pedreira.

Atualmente, com cerca de 60 habitantes, a comunidade, que possui também indígenas, se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação dos trabalhadores Agroextrativistas (ASMOCOP), Associação de artesanato, FEAGLE, CITA, entre outras.



Contam com um agente comunitário de saúde residente na comunidade e são atendidos pelo barco Abaré. Para atendimento no posto de saúde se deslocam à Vila São Miguel.

A escola da comunidade atende os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1. Para melhorar a educação, a prioridade é melhorar a estrutura da escola.



Na comunidade, a água é de poço artesiano ou de rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante numa área comunitária. Latas e garrafas pet são separadas para reaproveitamento.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

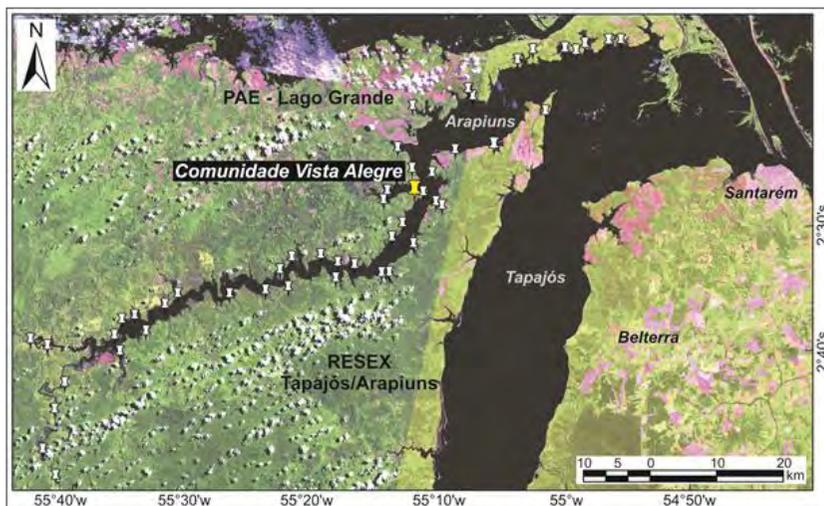
- Infra-estrutura comunitária: igreja, barracão e escola;
- Microsistema de abastecimento de água;
- Atividades para geração de renda;
- Energia de lençóis.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Vista Alegre



Há cerca de 30 anos, devido a necessidade de escola surgiu a Comunidade Vista Alegre.

Atualmente, com cerca de 14 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade participa da Associação de artesanato, Z-20, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Contam com um agente comunitário de saúde da comunidade Nova Pedreira e são atendidos pelo barco Abaré. Para atendimento no posto de saúde se deslocam à Vila São Miguel.

Os alunos da comunidade são atendidos pela Vila São Miguel.



Na comunidade, a água é de poço artesiano e do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Ampliação e melhoria da escola;
- Energia.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila São Miguel



Há 80 anos, com a construção de uma capelinha surgiu a Vila São Miguel.

Atualmente, com cerca de 350 habitantes, a vila se insere na RESEX Tapajós/Arapiuns e sua principal atividade é a construção civil. Na vila residem famílias indígenas que buscam reconhecimento junto a FUNAI.



A vila é articulada e se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ASCOVISM), TAPAJOARA, CITA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de contar com posto de saúde, agente comunitário de saúde, enfermeiro e técnico em enfermagem, requisita-se a ampliação e melhoria do centro de saúde para melhorar a assistência à saúde na vila.

Na vila a escola atende os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio.



Na vila, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado em local comum.

A vila possui redário, telecentro, telefone fixo coletivo e cobertura de celular para duas operadoras.



Para melhorar a condição de seus habitantes, a principal demanda apontada foi:

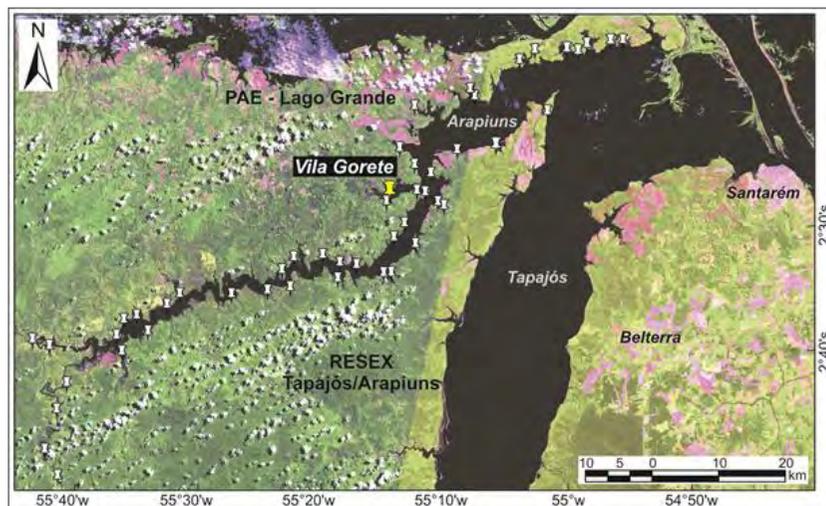
- Emprego e atividades que possam gerar renda para os jovens;
- Energia.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila Gorete



Há 57 anos foi fundada a Vila Gorete, porém antes desse período a vila já existia como comunidade.

Atualmente, com cerca de 518 habitantes, a vila se insere no PAE Lago Grande e suas principais atividades são a produção de farinha de mandioca, o artesanato e a pesca.



A vila é articulada e se organiza em entidades como a Associação Comunitária, TAPAJOARA, Z-20, Grupo de Artesanato, Pastoral da Criança, FEAGLE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de contar com um posto de saúde e um agente comunitário de saúde, requisita-se um novo posto de saúde e um enfermeiro para melhorar a assistência à saúde na vila.

Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e EJA, na Vila Gorete há também o curso de graduação, na modalidade EAD, em Pedagogia.



Na vila, a água é de microsistema, a energia elétrica provida por linha, desde 2011, e o lixo destinado numa área comunitária.

A vila possui alojamento comunitário, cobertura de celular para uma operadora e acesso por estrada até a Translago.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

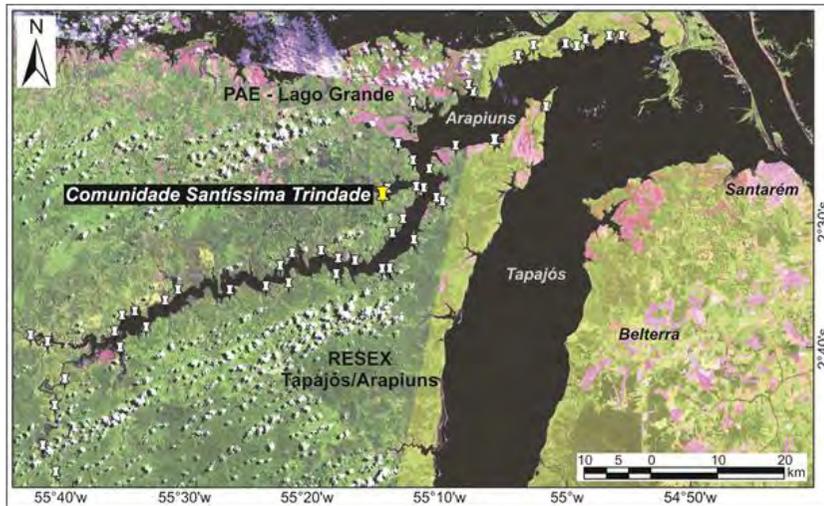
- Assistência técnica para a agricultura;
- Saúde;
- Infraestrutura, através de transporte fluvial mais barato e ramais para escoar parte da produção.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Santíssima Trindade



Há 74 anos foi fundada a Comunidade Santíssima Trindade.

Atualmente, com cerca de 10 famílias, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de artesanato, Pastoral da Criança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Os moradores são atendidos pelo posto de saúde da Vila Gorete e requisita-se um agente comunitário de saúde local para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A escola da comunidade atende os alunos do Ensino Fundamental 1. Para a educação, a prioridade é melhorar a estrutura escolar, com a construção de uma nova escola, quadra de esportes e classes para os alunos.



Na comunidade, a água é de poço, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Posto de saúde com medicamentos;
- Energia elétrica provida por linhão;
- Microsistema de abastecimento de água.

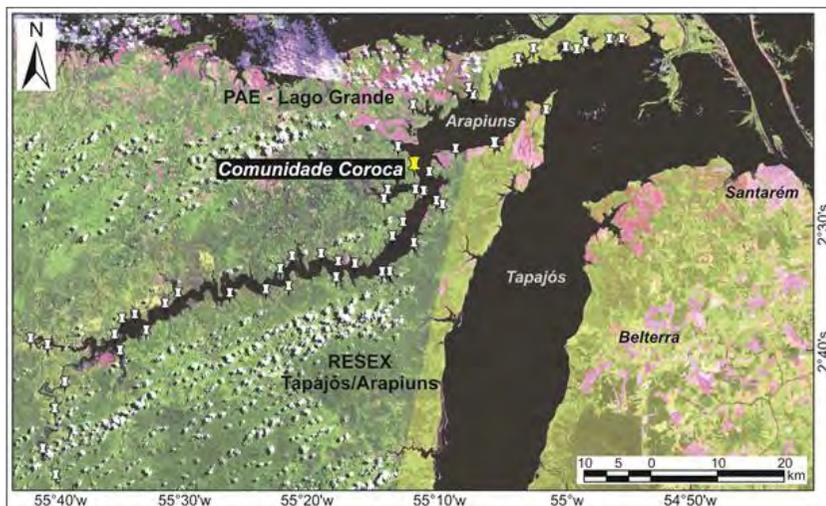


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Coroca



Há cerca de 78 anos, devido a necessidade de escola surgiu a Comunidade Coroca.

Atualmente, com cerca de 100 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a extração de seringa.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Produtores Rurais (APRUCIPESC), Associação de Artesanato (AARTA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais cooperativas, entre outras.



Contam com o agente comunitário de saúde da Vila Brasil e utilizam o posto de saúde da Comunidade São Miguel. Para melhorar a assistência a saúde requisitam medicamentos e profissionais qualificados no posto de saúde.

A escola da comunidade atende os alunos do Ensino Fundamental 1. Para melhorar a educação, a prioridade é investir em recursos humanos, como secretária, servente e merendeira, bem como regularizar o abastecimento de merenda.



Na comunidade, a água é de micro sistema, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui acesso terrestre a Vila Brasil e casa para dormir da Associação de Artesanato.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Água, pois no verão a água do poço fica escassa;
- Energia elétrica provida por linhão;
- Desenvolvimento de atividades que possam gerar renda, como turismo.

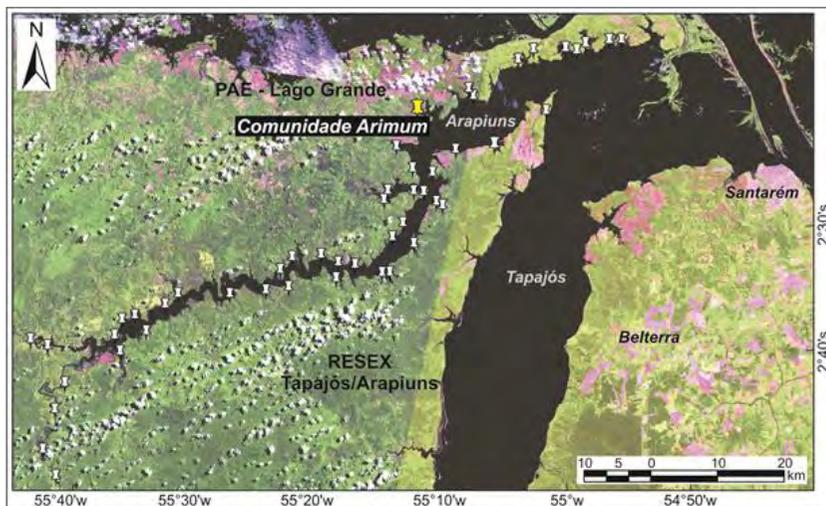


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Arimum



Há 42 anos foi fundada a Comunidade Arimum.

Atualmente, com cerca de 143 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato. Na comunidade residem algumas famílias indígenas que recebem apoio FUNAI.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (AMPACA), Z-20, FEAGLE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Os moradores contam com o atendimento de um enfermeiro da comunidade São Miguel, onde também buscam atendimento no posto de saúde.

Na comunidade, a escola atende apenas os alunos do Ensino Fundamental 1. Os demais alunos se deslocam à Vila Brasil e Santarém.



Na comunidade, a água é de poço artesiano e de rio, a energia elétrica provida por gerador e o lixo reciclado e destinado em local comum.

Com telefone celular e cozinha comunitários, a comunidade, em parceria com o PSA, recebe turistas e tem projeto para construção de uma casa de farinha comunitária.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

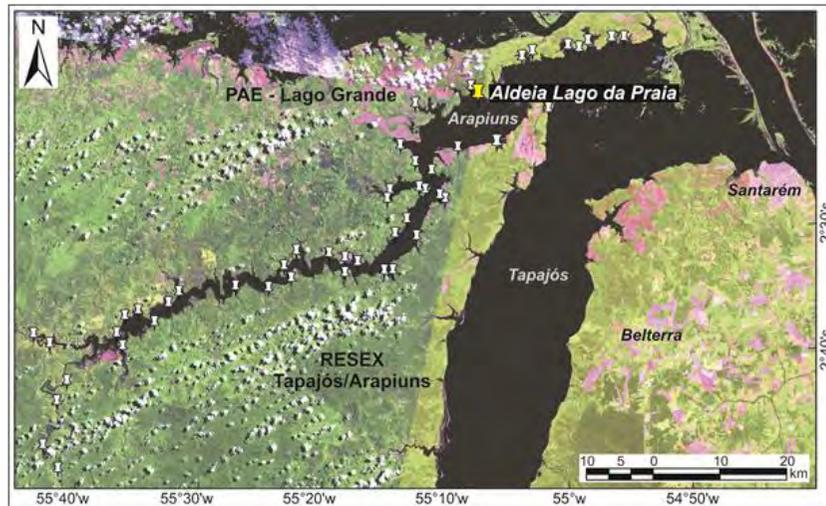
- Saúde;
- Educação;
- Microsistema para abastecimento de água;
- Energia, com aquisição de um novo gerador comunitário.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Aldeia Lago da Praia



A partir de três famílias, se desenvolveu a comunidade que desde 2003 é reconhecida como aldeia indígena.

Atualmente, com cerca de 270 habitantes, a aldeia se insere no PAE Lago Grande e suas principais atividades são a pesca e a produção de farinha de mandioca.



A aldeia se organiza em entidades como o Conselho Indígena da Terra Cobra Grande (COITECOG), a CITA, Z-20 e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Contam com um agente comunitário de saúde e atendimento do barco Abaré e requisitam um centro de saúde para melhorar a assistência à saúde na aldeia.

Além da Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, na Aldeia Lago da Praia há também o ensino indígena Arapyun.



Na aldeia, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado em local comunitário. A aldeia possui um telefone orelhão e cobertura de celular para apenas uma operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

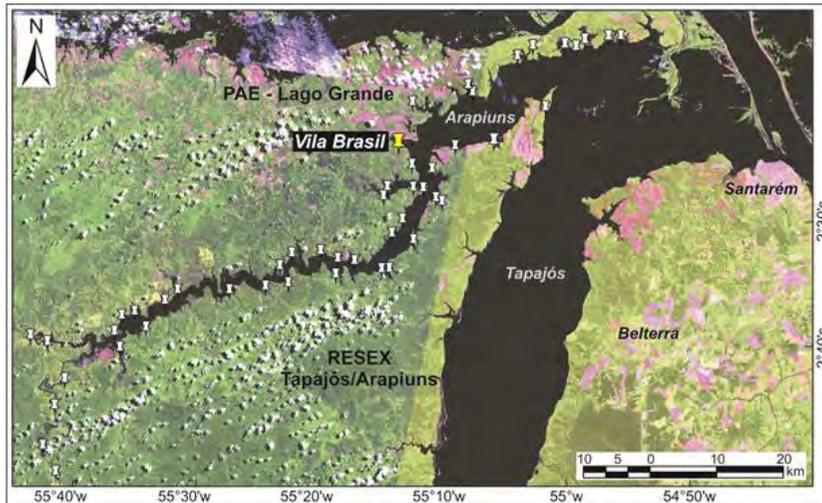
- Assistência médica;
- Água encanada de qualidade;
- Saneamento básico.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila Brasil



Há 55 anos, com algumas famílias surgiu a Vila Brasil.

Atualmente, com cerca de 87 famílias, a vila se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato da palha do tucumã.



A vila é articulada e se organiza em entidades como a Associação de Produtores e Moradores (AMPRAVIBRA), Associação de artesanato (TAMUARTE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Z-20, entre outras.



A vila é atendida pelo barco Abaré e conta com um agente comunitário de saúde. Para o atendimento no posto de saúde, o destino é a Vila São Miguel.

A escola atende os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental 1 e 2. Para melhorar a educação, as prioridades são aumentar a infra-estrutura da escola, adquirir computador para a secretaria e disponibilizar Ensino Médio.



Na vila, a água é de poço, a energia elétrica provida por linhão, e o lixo destinado por cada habitante. A comunidade possui rádio comunitária e acesso terrestre a rodovia Translago.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Microsistema para abastecimento de água;
- Iluminação pública;
- Ensino Médio.

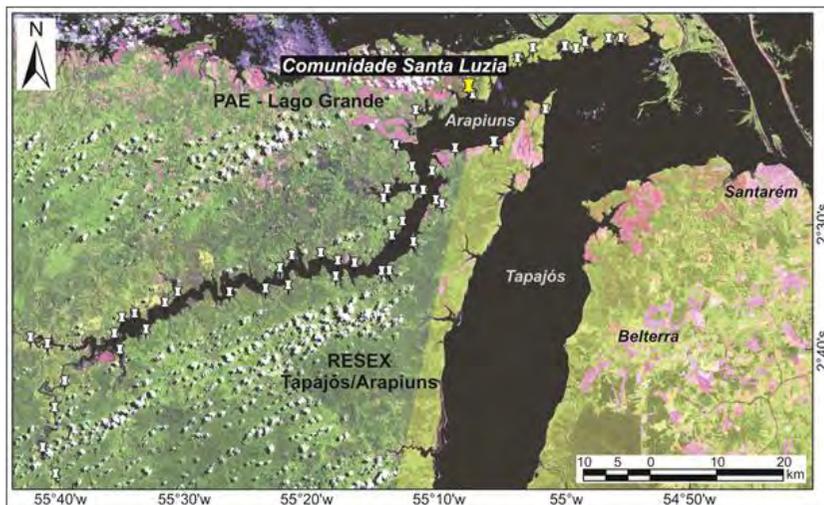


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Santa Luzia



Há oito anos, desmembrando da Comunidade Lago da Praia surgiu a Comunidade Santa Luzia.

Atualmente, com cerca de 37 famílias, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, FEAGLE, entre outras.



A assistência à saúde é realizada pelo agente comunitário da Comunidade Caruci e pelo barco Abaré. As prioridades para a área de saúde são agente comunitário residente na comunidade e posto de saúde com medicamentos.



Na comunidade, a escola atende apenas os alunos do Ensino Fundamental 1 e 2.

Para melhorar a educação, as prioridades são regularizar o abastecimento da merenda escolar, implementar Educação Infantil e Ensino Médio e aumentar a estrutura da escola.

Na comunidade, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Saúde;
- Educação;
- Parceria para o desenvolvimento de projetos que possam gerar renda fixa,.

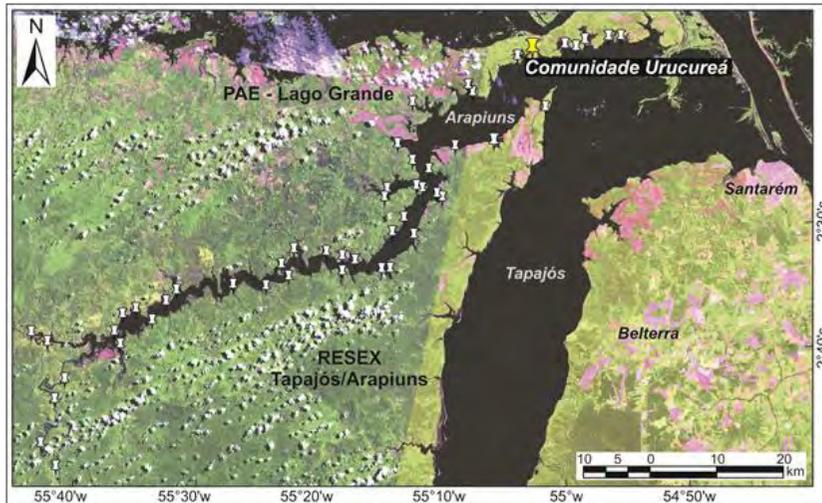


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Urucureá



Com 110 anos a comunidade se desenvolveu através da catequese e da escola.

Atualmente, com cerca de 360 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato da palha do Tucumã.



A comunidade é articulada e se organiza em entidades como a Associação de Moradores e Produtores Rurais (ASMOPREURA), a FEAGLE, Z-20, cooperativas, entre outras.



A comunidade possui agente comunitário de saúde local e atendimento do barco Abaré. Para melhorar a assistência à saúde na comunidade, requisita-se um posto de saúde.

Com Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, a comunidade recebe alunos de outras comunidades. Para melhorar a educação, a prioridade é e melhorar o acesso a comunicação (internet).



Na comunidade, a água é de microsistema e poço artesiano, a energia elétrica provida por linhão, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui telefone público, telefones fixos particulares e cobertura de celular para apenas uma operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Apoio do poder público;
- Saúde.

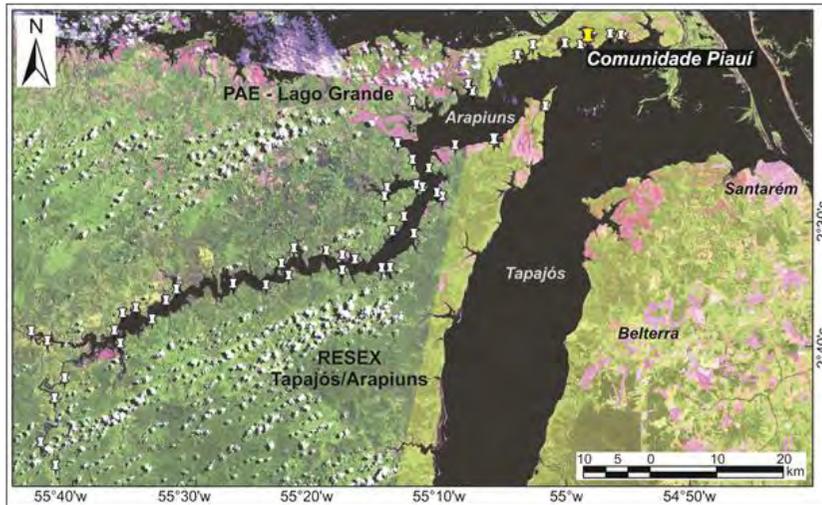


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vila Piauí



Há quase 80 anos surgiu a Vila Piauí.

Atualmente, com cerca de 80 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a pesca.



A vila não possui associações comunitárias e se organiza em entidades, como a FEAGLE, a Z-20 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



A vila é atendida pelo barco Abaré e pelo agente comunitário de saúde da Comunidade Cuipiranga. Para melhorar a assistência à saúde na vila, requisita-se um posto de saúde.

A escola da vila atende os alunos do Ensino Fundamental 1 e os demais frequentam a escola na Comunidade Guajará.



Na vila, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A vila possui apenas cobertura de celular e para duas operadoras.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

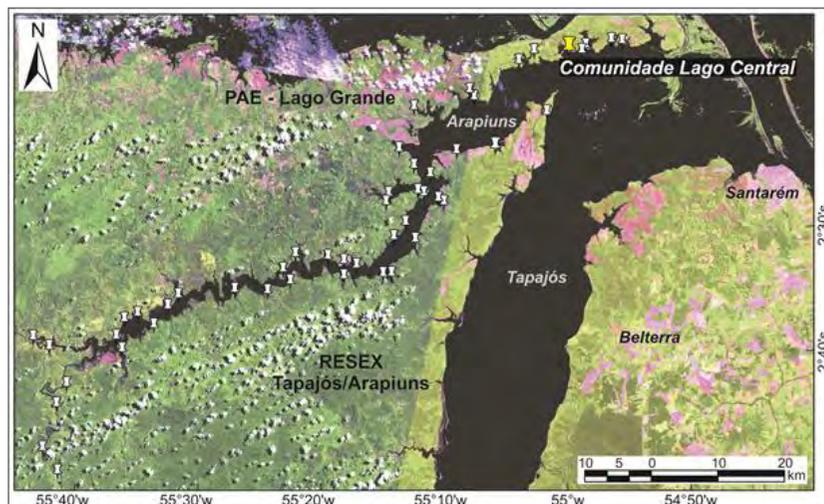
- Energia elétrica;
- Assistência técnica para a implementação de projetos geradores de renda;
- Saúde.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Lago Central



Há 32 anos, com a escola e a igreja, surgiu a Comunidade Lago Central.

Atualmente, com cerca de 85 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a roça.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (ASMOALCE), a FEAGLE, Z-20, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



A comunidade é atendida pelo agente comunitário de saúde da Comunidade Cuipiranga e pelo barco Abaré.



Na comunidade a escola atende os alunos de 1ª a 4ª séries e os demais frequentam a escola na Comunidade Guajará.

Na comunidade, a água é de poço artesiano, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui apenas cobertura de celular e para uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

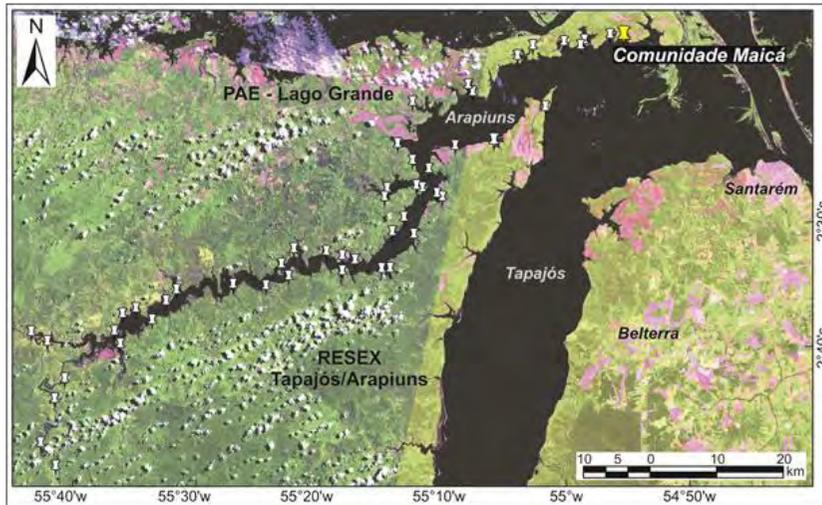
- Escola;
- Telefone público.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Maicá



Há 60 anos, a partir de poucas famílias surgiu a Comunidade Maicá.

Atualmente, com cerca de 168 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a pesca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Comunitária (AACM), a FEAGLE, Associação de Pescadores (Z-20), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outras.



Apesar de não possuir agente de saúde local, a comunidade é atendida pelo barco Abaré.

A comunidade possui escola de Ensino Fundamental 1 e 2, que atende também outras comunidades.



Na comunidade, a água é de poço semi-artesiano e do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui apenas cobertura de celular e para uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Melhorias na educação;
- Saúde;
- Microsistema de água.

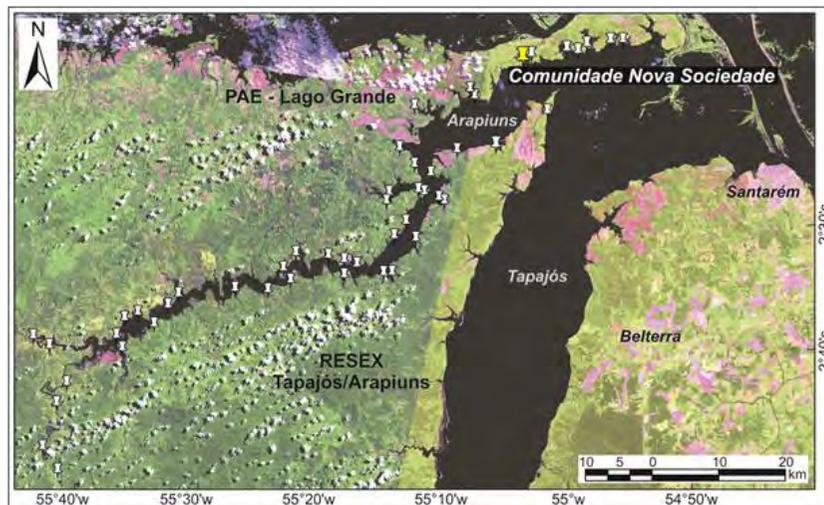


As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Nova Sociedade



Há mais de 20 anos, desmembrando de Urucureá, surgiu a Comunidade Nova Sociedade.

Atualmente, com mais de 200 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a pesca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de moradores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Z-20, entre outras.



A ausência de agente comunitário de saúde local é uma demanda para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A escola da comunidade atende os alunos de 1ª a 5ª séries e os demais alunos se deslocam para a escola da Comunidade Urucureá.

Para melhorar a educação, a prioridade é o transporte para trazer as crianças distantes até a comunidade.



Na comunidade, a água é de poço e do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante. Apesar de apenas um telefone público, há cobertura de celular para uma operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

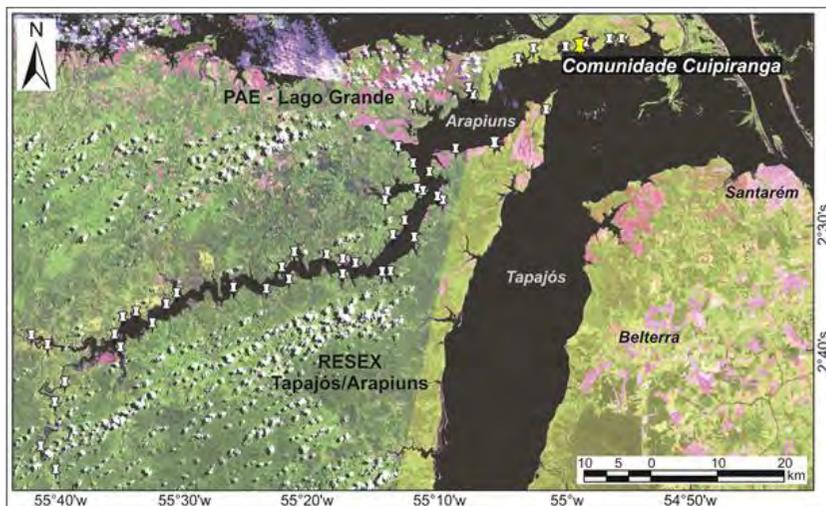
- Saúde, especialmente posto de saúde e remédios;
- Microsistema para abastecimento de água;
- Educação, com melhorias na escola e transporte escolar.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Cuipiranga



Há mais de 100 anos, surgiu a Comunidade Cuipiranga.

Atualmente, com cerca de 30 famílias, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de artesanato.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação de Moradores (ASCOVIFRAN), Z-20, entre outras.



Dispondo de um agente comunitário que atende outras duas comunidades, requisita-se maior acesso a projetos e profissional de saúde para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A escola da comunidade atende os alunos de 1ª a 4ª séries e os demais são atendidos na Comunidade Urucureá. Para melhorar a educação, a prioridade é melhorar o transporte escolar.



Na comunidade, a água é do rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui apenas cobertura de celular e para uma única operadora.



Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

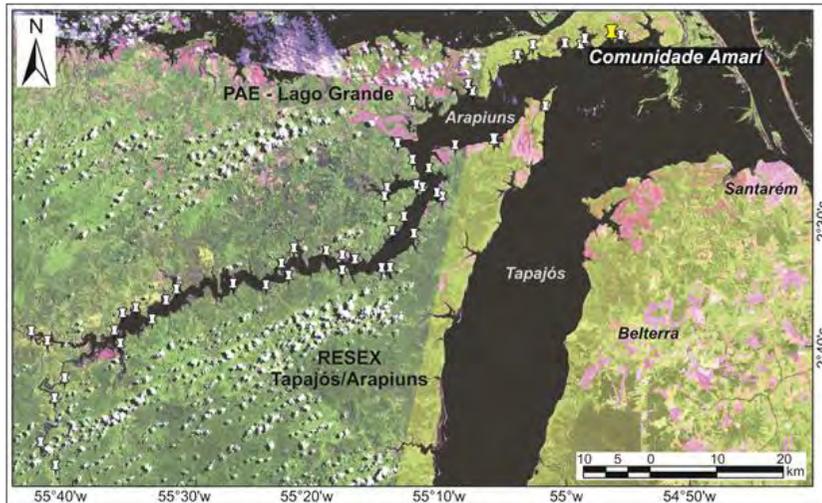
- Melhoria e ampliação do sistema de transporte;
- Energia elétrica provida com linhão, através do programa Luz para Todos.

As comunidades ribeirinhas do Arapiuns (PA)

Sumário das observações de campo de 04 a 15 de junho de 2012

Pesquisadores do INPE, Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Comunidade Amari



Há aproximadamente 80 anos, com a escola e a igreja, surgiu a Comunidade Amari.

Atualmente, com cerca de 100 habitantes, a comunidade se insere no PAE Lago Grande e sua principal atividade é a produção de farinha de mandioca.



A comunidade se organiza em entidades como a Associação Comunitária (ASCTA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Z-20, entre outras.



Dispondo de um agente comunitário de saúde que atende também a Comunidade Maicá, requisita-se um posto de saúde, para melhorar a assistência à saúde na comunidade.

A escola da comunidade atende os alunos de 1ª a 4ª séries e os demais alunos frequentam as escolas das comunidades Maicá e Guajará.

Para melhorar a educação, as prioridades são ter sistema bi-série na escola e aumentar o número de professores.



Na comunidade, a água é de poço e rio, a energia elétrica provida por gerador, e o lixo destinado por cada habitante.

A comunidade possui apenas cobertura de celular e para duas operadoras.

Para melhorar a condição de seus habitantes, as principais demandas apontadas foram:

- Desenvolvimento de projetos que possam gerar renda fixa na comunidade;
- Melhoria na infra-estrutura (estradas, escola de pesca, igreja, barracão comunitário);
- Mobilização comunitária para o resgate da cultura

